

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos
Naturais**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA
TEMPORALIDADE DO ACRE: Um olhar
sobre a heterotopia de Chico Mendes**

Heitor Queiroz de Medeiros

São Carlos – SP
2006

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos
Naturais**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA TEMPORALIDADE DO
ACRE: Um olhar sobre a heterotopia de Chico
Mendes**

Heitor Queiroz de Medeiros

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como parte dos requisitos para a obtenção de título de Doutor em Ciências (Ciências Biológicas) na área de Concentração em Ecologia e Recursos Naturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Michèle Sato

São Carlos – SP
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M488ea

Medeiros, Heitor Queiroz de.

Educação ambiental na temporalidade do Acre: um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes / Heitor Queiroz de Medeiros. -- São Carlos : UFSCar, 2007.
182 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. Educação ambiental. 2. Amazônia. 3. Acre (Estado). I. Título.

CDD: 372.357 (20^a)

Quero ficar vivo

para salvar a Amazônia

(Chico Mendes)

**Às minhas filhas
Mariana Olhos D'Água e Flor,
por tudo que vocês
representam em minha vida.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram e até me acompanharam nesta viagem.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais** da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar pela possibilidade da experiência de vivenciar um doutoramento em um ambiente acadêmico instigante e construtivo.

Especialmente à minha orientadora, **Profa. Dra. Michèle Sato**, pela orientação segura, generosa, sensível, pelo privilégio de compartilhar lágrimas na discussão da pesquisa, entrelaçada com sonhos e responsabilidades, pela confiança, amizade, companheirismo, e também pelo privilégio de compartilhar diversas experiências no Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA), do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bem como na Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA).

Ao **Prof. Dr. José Eduardo dos Santos**, pelo apoio durante o período do doutoramento, indicando caminhos e formas no desenvolvimento da pesquisa para a sua finalização, bem como pelas seguras e preciosas indicações à melhoria da tese por ocasião da banca de exame de qualificação.

Ao **Prof. Dr. José Roberto Verani**, pelo apoio como coordenador do programa e pela participação e contribuições importantes na banca de exame de qualificação.

Ao **Prof. Dr. Paulo Sérgio Maroti**, também pela generosa e competente contribuição na banca de exame de qualificação.

Ao **Prof. Dr. Marcos Sorrentino**, professor da ESALQ/USP e diretor de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, por todo o apoio durante

o doutorado, pela atenção, paciência e cordialidade no atendimento de minhas consultas, com sugestões que foram decisivas na finalização do trabalho.

Aos **funcionários(as) da secretaria do PPGERN-UFSCar**, pelo atendimento sempre atencioso, gentil e profissional, facilitando minha vida acadêmica no programa durante o período de doutoramento.

Aos amigos **Prof. Dr. Jerry Magno Penha** e **Profa. Dra. Lúcia Matheus**, pelo apoio durante o início do doutoramento, no período acadêmico, bem como na providencial hospedagem enquanto cursava as disciplinas.

Aos companheiros de doutoramento **João Carlos Gomes** e **Rodolpho Slaw**, pela parceria constante e solidária neste período e também nas viagens e moradias em São Carlos.

No Acre, ao **Conselho Nacional dos Seringueiros**, especialmente ao **Júlio Barbosa**, por quem tenho uma profunda admiração e respeito por toda a trajetória como liderança expressiva junto aos seringueiros, por todas as informações e facilitação de diálogos com os seringueiros.

Com gratidão, ao **Sr. Pedro de Oliveira**, presidente do **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri**, pelo apoio, contatos e abertura para diálogos com seringueiros, que facilitou o trabalho para a gravação das entrevistas com os mesmos.

Com todo o carinho, **Elenira Mendes** sempre esteve presente em minha memória e com certeza na de ecologistas, por diversos cantos do mundo, como a criança nos braços de seu pai Chico Mendes e hoje uma moça atenciosa, esposa e mãe, com a responsabilidade de presidir a **Fundação Chico Mendes**.

Principalmente ao **Anselmo Alfredo Forneck** e **Cláudia Cunha**, respectivamente, gerente e coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental (NEA), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA), no Acre, e sua equipe, pelo apoio em todo o processo de enraizamento da educação ambiental no estado.

À **Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA)**, que vi nascer, em nome de toda a sua malha de educadores e educadoras ambientais que atuam no estado do Acre, pelo apoio recebido durante estes anos de vivências e compartilhamento no aprendizado sobre trabalhar com cultura de rede.

À **Comissão Estadual de Educação Ambiental do Estado do Acre (COMEEA)**, em nome de todos os seus membros, pela vivência com pessoas e instituições envolvidas com a ação ambiental no estado.

Carinhosamente, à **Fátima Silva**, coordenadora de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), e ao **Leilson**, técnico desta coordenadoria, pelo apoio permanente em todas as minhas ações de enraizamento da EA no estado.

Com especial carinho, à **Célia Pedrina**, diretora da **Associação Vertente**, por todo o apoio na articulação com pessoas, lideranças, nas entrevistas e pela oportunidade de conviver com o belo trabalho com os jovens agitadores ambientais. A todos vocês o meu especial carinho.

Na SEDUC, à **Maria de Lurdes Pereira**, tão atenciosa e parceira nos trabalhos com a Secretaria Estadual de Educação.

À **Maria José Teixeira**, pela revisão cuidadosa e profissional nos momentos de fechamento deste trabalho.

Um agradecimento todo especial a quem sempre estimulou, apoio e incentivou meus estudos, meus pais, **Cândido Queiroz de Souza** (*in memoriam*) e **Olíria Luiza de Souza**, bem como minha irmã, **Ílzia Luiza de Queiroz**, acredito que estudei um pouco por vocês e para a alegria de vocês.

A todos vocês sou imensamente grato de todo coração.

LISTA DE SIGLAS

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMEEA – Comissão Estadual de Educação Ambiental
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPI-AC – Comissão Pró-Índio do Acre
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Acre
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEA – Instituto de Estudos da Amazônia
IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG – Organização Não-Governamental
PESACRE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGERN – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais
PT – Partido dos Trabalhadores
PZ – Parque Zoobotânico
RAEA – Rede Acreana de Educação Ambiental
REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação
SNUC - Sistema Nacional de Educação Ambiental
SOS Amazônia

SUDHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

UDR – União Democrática Ruralista

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNI – União das Nações Indígenas

WWF-Brasil – Fundo Brasileiro para a Conservação

RESUMO

Este trabalho busca interpretar experiências em Educação Ambiental no estado do Acre, a partir das lutas territoriais desde os povos indígenas, passando pelos seringueiros, ribeirinhos, com especial destaque ao fenômeno Chico Mendes, lançando um olhar sobre o estado da arte da Educação Ambiental no estado. Discute-se aqui o contexto em que o estado de Acre está inserido, em sua vertente histórica e antropológica, procurando entender o processo de construção do ideário dos povos da floresta, principalmente dos seringueiros da Amazônia Acreana, capitaneados pelo olhar e liderança de seu líder Chico Mendes. Propondo um diálogo dessa experiência com a Educação Ambiental em suas mais diferentes nuances presente neste estado amazônico. Busca-se também estabelecer um relato analítico de experiência prática de enraizamento da educação ambiental no estado, na construção de diálogos de políticas públicas em Educação Ambiental. Através de quatro artigos articulados que dialogam entre si, analisa o processo antropofágico das experiências dos povos da floresta em sua dinâmica cotidiana e permanente de uso e manejo da floresta amazônica. Procurando entender a contribuição da Educação Ambiental neste processo, no contexto de um estado educador ambiental popular, a luta sócio-ambiental dos povos da floresta é um processo educador contínuo, permanente e em contato direto com a floresta amazônica, laboratório de vivência e prática desse povo simples e de uma sabedoria impar.

Palavras-chave: 1. Acre. 2. Amazônia. 3. Educação Ambiental

ABSTRACT

This work searches to interpret experiences in Environmental Education in the state of the Acre, from the territorial fights since the indigenous peoples, considering the rubber men, with special care to the Chico Mendes phenomenon. Launching to look at on the state of the art of the Environmental Education in the state, this research argues the context where the state of Acre is inserted, in its historical and anthropological source. Looking for to understand the process of construction of the political perspective of the peoples of the forest, mainly of the rubber men of the Acre Amazonia, commanded for the look and leadership of its Chico leader Mendes, considering a dialogue of this experience with the Environmental Education in its more different nuances present in this Amazonian state. The study also searches to establish an analytical story of practical experience of “grass root” of the environmental education in the state, the construction of dialogues of public politics in Environmental Education. Through four articulated articles that dialogue between themselves, it analyzes the anthropological process of the experiences of the peoples of the forest in its daily and permanent dynamics of use and handling of the Amazonian forest, looking for understanding the contribution of the Environmental Education in this process in the context of a state popular environmental educator, understanding the social and ecological fight of the peoples of forest as the one process continuous, permanent educator and in direct contact with the Amazonian forest, laboratory of practical experience and of this simple people and a singular wisdom.

KEYWORDS: Acre, Amazon. Environmental Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	17
Objetivo geral	17
Objetivos específicos	17
METODOLOGIA E MÉTODOS	19
TEMPEROS DE CHICO MENDES NO CARDÁPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANTROPOFÁGICA	26
EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR UM ACRE SUSTENTÁVEL	52
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÉPOCA DE MUDANÇAS OU NA MUDANÇA DE UMA ÉPOCA	95
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CHICO MENDES E RESERVAS EXTRATIVISTAS	130
RESULTADOS E DISCUSSÃO	163
CONCLUSÃO	170
ANEXOS	176

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) vem sendo construída com diversos conceitos e abordagens, mas que coincidem na intenção em construir um outro ser humano, que possa estar mais integrado à natureza natural e em si mesmo, diferindo em si no caminho e na forma de se construir o processo educacional.

Na construção da Educação Ambiental (EA) diversas contribuições podem ser citadas, podendo-se destacar as resoluções e propostas geradas em espaços como a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo, em 1972, a Conferência de Belgrado organizada pela UNESCO, em 1975, que também em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), organiza a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, a Conferência de Tbilisi, em 1977, a Agenda 21 e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, ambas geradas no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou ECO-92, no Rio de Janeiro, e a Declaração de Tessalônica, apresentada na Grécia em 1997, documentos estes considerados por muitos como referenciais para toda a revisão bibliográfica sobre o tema.

Ao apontarmos neste trabalho para uma centralidade na figura de Chico Mendes, o que se busca é situar o contexto coletivo de sua luta, sua liderança junto aos povos da floresta, apontando para o que (SATO & PASSOS, 2006)¹ vão aprofundar no diálogo com a concepção de utopia de Thomaz More, que vem a ser o conceito de heterotopia, que propõe uma ação para além da mudança de comportamento do indivíduo, portanto, a construção de projetos em comunhão, e para esses autores “a utopia consagrada por Thomaz More (2004, p.67)² revela o

¹ SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In: GUIMARÃES, Mauro (Orgs.) **Caminhos da Educação Ambiental - da forma à ação**. São Paulo: Papyrus, 2006, 17-30.

² MORE, Thomaz. **Utopia**. São Paulo: Escala, 2004.

local verdadeiro da felicidade do sujeito. Clama por uma “mudança para subverter a ordem criminosa social sustentada por poucos privilegiados ou, para melhor, uma revolução que conduza o sonho da utopia”. Foucault (1983)³ reescreve a utopia, perspectivando-a num território coletivo, onde a revolução possa ser concretizada, e nomeia este sonho intrigante como “heterotopia”. Pois a “utopia serve como consolo individual, mas a heterotopia é uma coletiva revolução”. Tal qual More, Foucault⁴ (1984) considerava a possibilidade da existência de várias experiências na civilização humana que formassem a resistência ao legado dominador. Tais experiências poderiam habitar territórios absolutamente diferentes, tornando-se espelhos que poderiam ser visíveis. “Eu me vejo neste lugar em comum, estou nele e minha sombra projetada no espelho revela minha existência intersectada com outras” (FOUCAULT, 1983, p. 4). Assumindo corpo e essência de renovação, a heterotopia só será possível quando conseguirmos vencer o estruturalismo e aceitar outra temporalidade fora da tirania cronológica.”

Uma avaliação inicial sobre o estado da arte da educação ambiental na Amazônia demonstra que ela tem pouco conseguido mudar o quadro de degradação ambiental e de modelo econômico predador implantado na região nas últimas décadas, apesar de ter um peso significativo no envolvimento de distintos atores da sociedade amazônica, principalmente urbana, mas também dos segmentos tradicionais como o do extrativismo, formados pelos seringueiros e trabalhadores rurais e outros movimentos, bem como a introdução de debates sobre os problemas ambientais da Amazônia pelas populações locais, inclusive os excluídos.

A educação ambiental surge como uma possibilidade de contribuir para a mudança de comportamentos da sociedade humana que precisam ser revistos na

³ FOUCAULT, Michel. **This is not a pipe**. Los Angeles: University of California Press, 1983.

⁴ FOUCAULT, Michel. Des espaces autres (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967), **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5, octobre pp. 46-49, 1984. [download], <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.en.html>, 05.nov.05.

busca de um modelo socialmente justo e ecologicamente sustentável, tomando, momentaneamente, ares de ser todo-poderosa, que tudo poderia resolver.

Na prática, nas duas últimas décadas percebeu-se que a educação ambiental conseguiu poucas mudanças qualitativas num mundo globalizado onde os lucros são privatizados e os prejuízos ambientais e sociais são socializados entre, principalmente, a população mais carente de nosso país, e isto reflete-se no contexto local em que poucos resultados qualitativos são alcançados através da EA para uma gestão participativa, democrática e ecologicamente correta na região amazônica.

É assim que vemos e sentimos a educação ambiental e esta quer ser visceralmente revolucionária, no sentido não de basear-se em conceitos e formas já superadas, mas de inscrever-se no espaço de construção do novo, reconhecendo, entretanto, a importância da trajetória até aqui desenvolvida e a importância dos atores que contribuíram no processo.

A nova perspectiva da EA abandona os espaços comportamentalistas e inscreve-se na condição mais política, visando à participação, individual e coletiva, na construção de uma sociedade com menos desigualdades e mais cuidados ecológicos.

Embora a estrutura administrativa emperre a realização de projetos, em função de vícios impregnados na burocracia, por anos de clientelismo, corrupção e mandonismo, as diretrizes do governo da floresta, que tem no 'desenvolvimento sustentável' a sua mola-mestra, sinalizam a perspectiva de fazer da floresta, em pé, um instrumento de progresso socioeconômico para o Acre, que gere trabalho, renda e melhores condições de vida para a maioria da população.

Este trabalho de pesquisa optou por estruturar os resultados do processo

de investigação como um documento final de tese para defesa pública, na forma de um conjunto de trabalhos publicados e em processo de publicação em revistas especializadas, na área de educação e meio ambiente, todas indexadas em registro “qualis”, estando o primeiro capítulo já publicado e tendo o mesmo sido submetido à banca examinadora de qualificação, sendo que os demais estão no prelo em fase de revisão final do texto.

Algumas informações que se repetem nos capítulos têm justificativa em função de que eles foram publicados, ou estão em fase de publicação em revistas distintas e, portanto, serem necessárias nesses artigos individualizados.

O primeiro capítulo denominado “Temperos de Chico Mendes no Cardápio da Educação Ambiental Antropofágica”, publicado na Revista de Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na sua edição de abril de 2006, analisou o processo antropofágico das experiências dos povos da floresta em sua busca por um modelo de uso e manejo da floresta amazônica no estado do Acre, buscando entender o papel da liderança de Chico Mendes junto aos seringueiros de seu estado e de toda a região amazônica, e como vai ser a construção da aliança dos povos da floresta, estabelecida entre seringueiros e povos indígenas, que anteriormente foram inimigos apesar da relação íntima com a mesma floresta.

No segundo capítulo “Educação Ambiental por um Acre Sustentável”, são analisadas algumas experiências em educação ambiental desenvolvidas no estado, procurando entender em que medida o Acre pode ser considerado um estado educador ambiental, a partir do que é proposto por (BRANDÃO, 2005) como “município educador sustentável”, bem como a apresentação e a análise do processo de enraizamento da educação ambiental no estado do Acre, através das ações desenvolvidas pela sociedade civil e o poder público, buscando dialogar com os conflitos socioambientais ali presentes, o processo de migração, o conseqüente manejo dos recursos naturais e o modelo de vida da sociedade. Foram utilizadas diversas entrevistas e analisadas as questões.

No terceiro capítulo “Educação Ambiental em Época de Mudanças ou na Mudança de uma Época”, procura-se inicialmente entender a floresta como o espaço de reprodução da vida na sua mais ampla dimensão, incluindo a vida dos povos humanos que a habita secularmente, também servindo, além de sua própria manutenção, como um cardápio antropofágico aos povos que nela viveram e vivem.

No quarto capítulo “Educação Ambiental, Chico Mendes e Reservas Extrativistas” é abordada a figura enigmática do líder popular seringueiro, sindicalista e ambientalista, o mito Chico Mendes, como o idealizador de um processo não-intencional de educação ambiental, ao pensar, junto com outras pessoas, o modelo de unidade de conservação de uso múltiplo, as reservas extrativistas, depois incluídas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como modelos de gestão a partir das experiências e formas de vida da comunidade que nela vive, no caso, o modo de uso da floresta pelos seringueiros, num reconhecimento da sabedoria no uso desse bioma, tão rico em biodiversidade, sendo também intencionalmente uma proposta dos extrativistas da Amazônia para uma reforma agrária diferenciada, e com assumida responsabilidade ambiental e social inscrevendo-se como um movimento de vanguarda na proposição e implementação de políticas públicas socioambientais para a região amazônica.

Portanto, esta pesquisa busca interpretar algumas experiências em educação ambiental no estado do Acre, a partir das lutas territoriais, desde os povos indígenas, passando pelos seringueiros, ribeirinhos, e com especial destaque o fenômeno Chico Mendes. Os olhares se entrecruzam ante a presença deste ícone e sustenta que a Educação Ambiental deve ter o seu papel de mediadora na proteção ecológica da floresta.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar o estado da arte da educação ambiental no estado do Acre a partir das experiências da sociedade civil e do poder público, com ênfase nas experiências dos seringueiros e de seu líder, Chico Mendes, em seu diálogo com a construção de um modelo de gestão da floresta amazônica em bases sustentáveis, mantendo a floresta em pé, assumindo a transformação socioambiental dentro de um quadro histórico singular, dialogando com as incertezas diante da mutação existente em função da dinâmica e, principalmente, da degradação socioambiental acelerada, portanto, relativizando o olhar acadêmico diante das experiências vividas neste contexto.

Objetivos específicos

1. Entender o processo de ocupação da região onde hoje está situado o estado do Acre, desde a presença dos primeiros habitantes humanos, os povos indígenas, os conflitos com a chegada dos seringalistas e seringueiros, até a introdução do modelo de ocupação da terra por fazendas de gado;

2. Interpretar o mito Chico Mendes e o seu papel como articulador do processo de luta e de propostas dos povos da floresta, para um novo modelo de gestão da floresta amazônica, em bases sustentáveis, ampliando o conceito de unidades de conservação, presente nas experiências no país;

3. Compreender a aliança dos povos da floresta, representada por

seringueiros e povos indígenas, no contexto da luta travada por estes para a manutenção da posse de suas terras e pelo direito ao uso sustentável da floresta amazônica acreana;

4. Interpretar as políticas públicas federais, estaduais e municipais na área de educação ambiental, em processo de implementação no estado;

5. Perceber as experiências em projetos e programas de educação ambiental no estado do Acre, procurando dar visibilidade às experiências bem-sucedidas.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho dialoga com diversos métodos e técnicas de pesquisa que ajudam a entender o universo pretendido, estruturando-se a partir do método de abordagem dialético e o método de procedimento monográfico, e segundo (MARCONI & LAKATOS, 2005)⁵ o método dialético “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.” E o método monográfico “consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos”, com ênfase na pesquisa diagnóstica, avaliativa, participante e na história oral.

Para essas autoras o método de abordagem “se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade”, já, os métodos de procedimento “seriam etapas concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular.”

Pesquisa Diagnóstica: Caracteriza-se por uma avaliação assistemática, através de informações levantadas aleatoriamente a partir de diversas formas de contatos. Aqui foram analisados os projetos disponibilizados pela coordenação do projeto “Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na Amazônia” do WWF-Brasil.

Pesquisa Avaliativa: No sentido de avaliar o estado da arte da Educação Ambiental no estado do Acre, na região amazônica, e segundo (SATO & TAMAIO,

⁵

MARCONI & LAKATOS. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2005.

2002)⁶ “a avaliação é a tentativa de romper com a participação binária do pensamento cartesiano (certo ou errado; encontros ou despedidas), é a estratégia de perceber nossos passos, que muitas vezes desviam-se do destino, escondem-se nas matas ou quando perdemos o sorriso”.

Pesquisa Participante: Diversos autores tratam dessa questão e (BRANDÃO,2001)⁷ afirma que Malinowski é o criador desta pesquisa e que “é necessário que o cientista e sua ciência sejam um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa deve compreender para servir”. Paulo Freire foi o pioneiro da pesquisa participante no Brasil.

História Oral: Engloba trabalhos de campo, realizados no período de maio de 2004 a junho de 2006, resultado de viagens constantes ao estado do Acre, com a participação em diversas reuniões com educadoras e educadores ambientais articulados em coletivos como a Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), a Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA), bem como por meio de 21 entrevistas com lideranças dos povos indígenas, seringueiros, técnicos de ONGs, do IBAMA, IMAC, SEDUC, além de pessoas que viveram e trabalharam com Chico Mendes, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), de sua filha e de parceiros que assumiram de alguma forma o poder no estado.

A história oral recuperou narrativas de dois líderes indígenas: um cacique Huni-kuin, denominado pelos antropólogos de Kaxinauá, também vice-prefeito do município de Jordão, no vale do Juruá; e uma jovem liderança dessa mesma etnia, além de um cacique Ashaninca. Nossas entrevistas estenderam-se aos diversos seringueiros de Xapuri e Brasiléia e a ex-seringueiros que vivem na periferia de Rio Branco, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores

⁶ (SATO, Michèle & TAMAIO, Irineu & MEDEIROS, Heitor. Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental. Brasília WWF-Brasil, 2002).

⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001

Rurais de Xapuri. Incluímos também o secretário de formação e comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e Eptaciolândia; o fundador e vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e ex-prefeito de Xapuri pelo Partido dos Trabalhadores (PT), considerado o substituto de Chico Mendes; a presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o secretário de formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília e Eptaciolândia; o presidente da Cooperativa da Reserva Extrativista Chico Mendes; além do presidente da Associação João Barbosa de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes. Soma-se à lista, a filha de Chico Mendes, hoje presidente da Fundação Chico Mendes.

Além do cenário dos seringais, a entrevista também envolveu um jornalista correspondente do Jornal *Folha de S. Paulo* na época do assassinato de Chico Mendes, que deu visibilidade internacional ao fato; a presidente da ONG Associação Vertente; um membro da ONG SOS Amazônia; um membro da Comissão Pró-Índio do Acre; a gerente de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC); e a coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis).

Para a organicidade do processo de entrevistas foram elaborados três roteiros, sendo um para os seringueiros, outro para os povos indígenas e outro, especificamente, para os seringueiros que migraram para as cidades, principalmente para Rio Branco. Os questionários buscaram levantar por meio de entrevistas gravadas em gravador Powerpack Digital Player DVR-SD3850, informações que foram desde o levantamento de dados pessoais dos entrevistados como nome, idade, sexo e profissão, sua origem, onde morou e quanto tempo, se sempre foi seringueiro, qual o envolvimento com a luta dos seringueiros, se participou da fundação e luta de algum sindicato de trabalhadores rurais, se teve participação em algum empate, se participou na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, como viam a figura de Chico Mendes se transformando em líder ecologista respeitado internacionalmente, se o assassinato de Chico Mendes trouxe alguma melhoria para a vida dos seringueiros em geral e para a sua individualmente, e como viam a aproximação

dos seringueiros com os povos indígenas, na luta dos povos da floresta pela não-destruição das mesmas, e vice-versa em relação aos índios, qual a importância da hoje senadora e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na luta dos seringueiros no Acre, o fato de Marina Silva se transformar em Senadora e Ministra do Meio Ambiente no governo Lula trouxe alguma mudança e benefício para a vida do entrevistado ou entrevistada e para a dos seringueiros em geral, se as reservas extrativistas trouxeram benefício para os seringueiros, a relação entre índios e seringueiros melhorou após a União dos Povos da Floresta, houve diminuição no desmatamento da floresta após a criação das reservas extrativistas, por que o entrevistado deixou de ser seringueiro, qual foi o motivo e se a vida na cidade tem sido melhor do que no seringal, para quem está morando nas cidades.

A manutenção das falas dos entrevistados e entrevistadas, na íntegra, como se apresentam nas gravações, em momento algum quer expor e desqualificar o depoente do ponto de vista de seu linguajar ser considerado “errado”, mas, pelo contrário, quer reconhecer a diversidade presente na cultura dos povos da floresta, valorizando a riqueza de seu universo, bem como respeitando a diferença como forma de construção de uma sociedade mais justa e ecologicamente sustentável.

Halbwachs (1999)⁸ estuda a memória como “os quadros sociais e da memória”, onde analisa com profundidade esse fenômeno, afirmando que

“o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa

⁸

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, 1999

consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”.

Nesta linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo das pessoas (relação entre o corpo e o espírito), por exemplo, mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esses indivíduos.

A cultura da oralidade permeia as relações dos seringueiros, estando presente nas relações que se faz presente na reprodução do ideário desse grupo, transmitido através das gerações que se vão passando no contato direto com os conhecimentos da floresta, sabendo que, por décadas, os seringueiros foram mantidos quase que absolutamente no analfabetismo intencional por parte dos patrões seringalistas, onde era proibido colocar filho nas escolas, pois, a sua responsabilidade, como a dos pais, era cortar seringa para o enriquecimento do seringalista, além do quê, o analfabetismo também era estratégia para o roubo no acerto de contas que beneficiava sempre o seringalista, que era quem sabia fazer as contas.

O desenvolvimento da história oral deu-se principalmente pela combinação dos avanços tecnológicos entre eles, o gravador e a necessidade de se conhecer as experiências vividas por sociedades não letradas, por meio dos relatos orais.

Por esse entendimento buscou-se trabalhar valorizando os depoimentos

orais de diversos seringueiros, indígenas, técnicos de governo, ecologistas e também pessoas que de alguma forma participaram da luta dos seringueiros, valorizando a história oral como forma de entender e interpretar os fenômenos ligados à forma de se viver na floresta e da luta que há que se travar por ela.

É sob este olhar que esta pesquisa busca analisar as primeiras correntes migratórias para o Acre, que se dirigiram para os vales do Purus e do Tarauacá, no rastro da borracha já conhecida pelos índios desde tempos imemoriais. Foram os índios Cambeba que ensinaram as demais nações como extrair e utilizar o "leite da seringa".

Procedeu-se a um acompanhamento das reuniões da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), coletivo responsável pela definição da política de Educação Ambiental no estado do Acre, e também da Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA), como espaço de articulação de educadoras e educadores ambientais no estado.

A análise do processo de enraizamento no estado também dialogou com as 21 entrevistas com lideranças indígenas, líderes dos seringueiros dos seus sindicatos, técnicos dos governos federal, estaduais e municipais, representantes da sociedade civil organizada, bem como autoridades do estado do Acre, da área de meio ambiente e de educação.

Esse processo vem sendo construído desde a nossa participação como consultores do projeto do WWF-Brasil, "Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na Amazônia", que envolveu os estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2002)⁹. Iniciamos os trabalhos de campo pela coleta de dados, visitando os sujeitos, realizando reuniões, participando da organização de encontros de EA nesses estados, bem como auxiliando no processo de execução

⁹ SATO, Michèle & TAMAIO, Irineu & MEDEIROS, Heitor. **Reflexos das Cores Amazônicas no Mosaico da Educação Ambiental**. Brasília. WWF-Brasil, 2002.

do projeto.

Especificamente, no recorte desta pesquisa, a equipe fez viagens constantes ao estado do Acre onde foram realizadas diversas reuniões com educadoras e educadores ambientais atuantes em coletivos, como a Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA) e a Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA). O enorme banco de dados foi avaliado participativamente em 16 critérios escolhidos em diálogos, muitas vezes tensivos, porém não demarcam olhares externos, pois foram frutos de proposições dos próprios sujeitos, mediados pela equipe do WWF-Brasil (SATO et al., 2001)¹⁰.

A necessidade de sustentabilidade conduziu a escolha do estado acreano nos programas oficiais do governo federal, no marco do “Programa de Enraizamento”, que permitiu melhor compreensão da dinâmica, das metamorfoses e experiências em EA. A atuação participativa nesse processo facilitou a etapa posterior de investigação, que culminou em 21 entrevistas gravadas com lideranças populares, tanto indígenas como seringueiros do estado do Acre, além de pessoas envolvidas diretamente no processo de construção da luta socioambiental pela Amazônia acreana.

A meta, assim, foi identificar como as políticas públicas se fortaleceram em diversas instituições, governamentais ou não, públicas, privadas ou mistas. Documentos, leis e orientações revelam que o estado acreano oferece prioridade à educação ambiental e as narrativas exigiam um novo olhar político que ressignificasse os campos polissêmicos da EA nos territórios e temporalidades do Acre, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999)¹¹.

¹⁰ SATO, MICHÈLE & TAMAIO, Irineu & DEPRESBÍTERIS, Léa & MEDEIROS, Heitor & SORRENTINO, Marcos. Rede de Educação Ambiental – um desejo amazônico. In.: SANTOS, J. E.: SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001, p. 569-593.

¹¹ BRASIL. Câmara Federal. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Lei n. 9.795/99. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

TEMPEROS DE CHICO MENDES NO CARDÁPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ANTROPOFÁGICA¹²

Heitor Queiroz de Medeiros¹³ & Michèle Sato¹⁴

RESUMO

Este artigo é parte de uma tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e não tem a pretensão de esgotar seu assunto neste texto. Busca-se somente interpretar algumas experiências em educação ambiental no estado do Acre, a partir das lutas territoriais desde os povos indígenas, passando pelos seringueiros e ribeirinhos, com especial destaque ao fenômeno Chico Mendes. Os olhares se entrecruzam ante a presença deste ícone e sustenta-se que a Educação Ambiental deve ter seu papel de mediadora na proteção ecológica da floresta.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Amazônia. Chico Mendes.

¹² REF. MEDEIROS, Heitor; SATO, Michèle. Temperos de Chico Mendes no cardápio da educação ambiental antropofágica. Revista de Educação Pública. v. 15, n. 27 – (jan.-jun., 2006 – Cuiabá: EdUFMT, 2006. 188 p. 61-79

¹³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Técnico da Diretoria de educação Ambiental do Ministério do Meio ambiente (DEA/MMA) – heitor.medeiros@mma.gov.br

¹⁴ Docente na UFMT e na UFSCar – michele@ufmt.br

ABSTRACT

This article is part of Doctorate thesis in the Post Graduation Programme in Ecology and Natural Resources of São Carlos Federal University (UFSCar) and does not have the pretense of exhausting the subject in this text. We seek only interpret some experiences in environmental education in the Acre state from the territorial fights since the indigenous peoples, rubber men, traditional people, under notable attention paid on the phenomenon Chico Mendes. The looks of intersect consider the presence of this icon and we sustain the role of pedagogical mediation to Environmental Education to the ecological protection of the Amazon Rainforest.

KEYWORDS: Environmental Education. Amazon. Chico Mendes.

INGREDIENTES ACREANOS

A educação ambiental na história do Acre é parte radical e antropofágica como o mapinguari, os Ashaninca, os Kaxinawá e o auasca, e merece ser tratada como tal, revolucionária e libertária, preta de força indígena, seringueira, nordestina e dos encantos de ecologistas do mundo todo pela força de seu povo. Não se trata de absorvermos ou superarmos as orientações européias, como fez Oswald de Andrade em seu manifesto, porém, a metáfora antropofágica pode ser emprestada dos Tupinambá para a defesa de uma educação ambiental genuinamente brasileira que se inscreva na cultura de seus povos. A cultura amazônica revela campos polissêmicos de contradições, violências, sobrevivências, concentração de poder e danos ambientais, mas a vida humana também acolhe tessituras coletivas de solidariedade e justiça ambiental. Além do *Tupi or not Tupi* (ANDRADE, 1928, p. 2), buscamos uma Educação Ambiental (EA) maior que a Revolução Francesa e que finalmente seja identitária à construção de diversas sociedades sustentáveis. Quiçá os nutrientes da selvageria possam ressuscitar os desejos oswaldianos à revolta surrealista de Pindorama.

É no cenário amazônico, considerado selvagem por Euclides da Cunha (2003), que a pesquisa se aliou, para a formulação de políticas públicas, nas esteiras do desejo de explicitarmos o processo de construção da consciência ambiental em setores da sociedade no estado do Acre. Talvez possamos aliar a selvageria de Cunha com a intenção de Oswald ao permitir que o primitivo floresça na devoração da vida. Inicialmente, procuramos entender a situação da educação ambiental num panorama geral, capitaneado pelo olhar dos povos indígenas que primeiro habitaram a região, seu diálogo belicoso com os seringalistas e seringueiros, o pacto entre seringueiros e índios em busca da proteção da floresta e o adensamento histórico pelo surgimento de lideranças expressivas como Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Marina Silva.

Menina dos olhos do ambientalismo internacional, o mosaico amazônico parece ser uma paisagem longe de ser explorada. Águas e florestas confundem-se na combustão de igarapés, margens e cores que oferecem novos contornos

nas expressões culturais como sinfonias sem regentes. A improvisação orquestral, entretanto, oferece um rico caldo cultural que modifica e simultaneamente é modificado pela exuberante natureza, cruamente exposta. Talvez uma fotografia antropofágica tenha inspirado Euclides da Cunha a considerar que, na Amazônia, o observador errante que percorre a bacia em busca de variados aspectos tem a impressão de circular num itinerário fechado, onde se depara com as mesmas praias, barreiras ou ilhas e as mesmas florestas e igapós, estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios:

“O observador imóvel que lhe estacione as margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre o afugentando e espavorindo-o (CUNHA, 2003, p.10).”

A história da presença humana na região hoje denominada de estado do Acre tem seu início com a chegada dos índios dos troncos lingüísticos Pano e Aruaque vindos do Peru, pelo rio Ucayali, em fuga da perseguição espanhola, chegando à região dos rios Juruá e Purus. Ao tronco Pano pertencem os Kaxinawá, Poyanáwa, Jaminauá, Nukini, Arara e Kaxararí, e ao tronco Aruaque pertencem os Kulina e os Kampa:

“Os índios Aruaque dominavam a bacia do rio Purus e os índios Pano dominavam a região do rio Juruá. Os índios Aruaque chegaram primeiro que os Pano à região do Juruá. No ano de 1892 os índios Kanamari, Maniteneri e Apurinã, do tronco lingüístico Aruaque, já se encontravam localizados nos rios Juruá e Purus, mas predominavam no Purus, ocupando as margens dos rios Iruxi, Acre e Iaco. Os índios Remo, Arara, Inuquinin, Karipuna, Pacauara, Jaminauá, Conivo e os valentes Naua, do tronco lingüístico Pano, em 1892 ainda ocupavam a região dos rios Juruá, Tarauacá e Envira (SOUZA, 2002, p. 29).

Na segunda metade do século XIX viviam aproximadamente 150 mil índios no estado do Acre, número que se reduziu drasticamente com a chegada dos seringalistas e seringueiros em busca das riquezas da floresta. A maioria absoluta dos povos indígenas foi esmagada por meio da estratégia de guerra denominada “correrias”, quando os seringueiros, a mando dos patrões seringalistas e dos donos dos seringais, atacavam os acampamentos dos índios e com armas de fogo matavam adultos e até crianças para expulsá-los de suas terras.

A população indígena da Amazônia é dividida em seis troncos lingüísticos: Tupi, Caribe, Tucano, Jê, Pano e Aruaque. As tribos habitantes do Acre são principalmente dos troncos Pano e Aruaque. Ao primeiro pertencem os Kaxinawá, Poyanáwa, Jaminauá, Nukini, Arara, Shanenawa e Kaxararí; ao segundo pertencem os Ashaninca, Kulina e os Kampa. Também são habitantes na área atual do Acre, os Katukina, os Machineri e alguns grupos isolados de contato. Os rituais de alguns povos indígenas nessa região são acompanhados da ingestão da auasca ou iagê.

No Acre, os Ashaninca e os Kaxinawá participam ativamente da vida política do Estado e até debatem a criação do Partido Indígena Brasileiro. A presença dos índios na política é crescente, e as organizações indígenas acreditam ser um dos caminhos para as comunidades lutarem pelos seus direitos. A EA, que pensamos necessária para a espécie humana que vislumbra uma busca para estar no mundo, no planeta terra azul, água azul, certamente incorpora os conhecimentos milenares dos povos indígenas, os saberes transmitidos pela cultura oral, passando dos mais velhos para os mais jovens por meio das histórias, da música, dos cultos religiosos e demais expressões da cultura.

Entretanto, as transformações ocorridas no final do século XIX, provocadas pelo início da demanda das indústrias estadunidenses e européias, pela borracha, trouxeram o primeiro movimento de imigração vindo do Nordeste do Brasil. Os novos seringalistas apropriaram-se de áreas enormes de floresta para extrair a matéria-prima para a borracha – o látex das seringas (*Hevea brasiliensis*), e a opção foi dizimar cruelmente as populações indígenas (BECKER apud DIAS, 2001).

Os índios, nas áreas de Juruá e Purus, tentaram defender suas terras, mas a sua arma de guerra, apenas o arco-e-flecha, sucumbiu aos seringalistas munidos com armas de fogo. Os novos imigrantes fizeram as chamadas "correrias", em que juntavam uns 50 homens armados com espingardas e assaltavam as aldeias indígenas. Sendo geralmente solteiros, matavam os homens e raptavam as mulheres para viver com eles. Assim, foram extintas diversas etnias, das quais muitas também se dizimaram índios com doenças como tuberculose e sarampo, que eram desconhecidas entre eles e que foram trazidas pelos imigrantes.

A mão-de-obra dos índios submetidos foi explorada para recolher o látex e construir estradas. Esse surto da borracha, que fez enriquecer as cidades de Manaus e Belém, entrou em decadência por causa da produção inglesa de borracha, na Malásia. No ano de 1913, essa produção no Oriente superou pela primeira vez a do Brasil e, em seguida, muitos seringais foram abandonados e muitos seringueiros voltaram ao Nordeste. Um segundo surto da borracha ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses, aliados aos alemães, ocuparam as plantações de seringas da Malásia. Os países inimigos da Alemanha precisavam encontrar uma fonte para adquirir a borracha, indispensável à guerra naquela época (ALBERTIN, 2000).

Assim, aconteceu a segunda vaga de imigração do Nordeste, desta vez dos chamados "soldados da borracha", sujeitos ao serviço militar que tinham de escolher entre lutar na guerra ou trabalhar como seringueiros. Esses soldados já haviam contraído dívidas antes mesmo de começarem a trabalhar. Eles entregavam a borracha em troca de equipamento e alimentos de que precisavam. Esse "sistema de aviamento" ditado pelos seringalistas fazia com que eles nunca obtivessem dinheiro e, dessa forma, não podiam voltar a sua terra depois da guerra (FRM, 2005).

Depois da Segunda Guerra Mundial a produção brasileira de borracha entrou novamente em crise. Apesar do preço baixo, ela permaneceu como o principal produto de exportação do Acre. O que havia mudado era a estrutura econômica. Quando a maioria dos seringalistas estava falida, grande parte dos trabalhadores

permaneceu na área do seringal. Eles tornaram-se seringueiros-possesores, inclusive podendo cultivar a terra, o que antes era proibido para eles, que vendiam a borracha para revendedores ambulantes chamados "regatões" ou "marreteiros".

A subsistência nos seringais é até hoje a forma de vida mais comum entre os moradores da floresta. Atualmente, os seringueiros, cuja maioria é índia ou mestiça, chamada "cabocla", não extraem só o látex, mas, também, outros produtos da floresta, principalmente a castanha. Eles praticam também a agricultura e a caça para o próprio consumo, em pequena escala. Suas casas são simples e cobertas de palha. Muitas vezes no lugar onde eles moram não há escolas nem assistência médica.

Com o processo de luta e organização da categoria dos seringueiros foi realizado em 1985, em Brasília, o "Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia", que reuniu 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará, representando 12 sindicatos e três associações. Como resultado das propostas do evento, os seringueiros exigiram uma política de desenvolvimento para a Amazônia que respeitasse os seus direitos; a desapropriação dos seringais nativos, devendo estes ser preservados, e não destruídos; postos de saúde e escolas em todos os seringais; aposentadoria para os soldados da borracha e os seringueiros e a reforma agrária (ALBERTIN apud FIELD, 2000).

Durante o evento foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e pela primeira vez foi discutido o conceito de reserva extrativista, cujas terras, de propriedade do Governo Federal, seriam controladas por associações comunitárias de seringueiros e moradores tradicionais da floresta. Em troca do manejo da terra, de forma a proteger a integridade total da floresta, eles teriam o controle sobre a coleta e o destino final dos produtos florestais, tendo como principal mediador no desenvolvimento da proposta, o sindicalista Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes, de Xapuri.

OFERTAS GASTRONÔMICAS EM ESPAÇOS TEMPORAIS DO ACRE

A Bacia Amazônica, o maior reservatório hídrico do mundo, desenha a sua geografia com os rios Acre, Purus, Juruá, Tarauacá, Muru, Iaco, Envira e Xapuri, que são navegáveis apenas nas cheias e atravessam o estado em cursos quase paralelos, sendo que a Floresta Amazônica recobre todo o território estadual. A região possui um clima quente e úmido com duas estações, a seca e a chuvosa: a primeira estende-se de maio a outubro e a segunda, caracterizada por chuvas constantes, prolonga-se de novembro a abril, estando dividida em quatro regionais (AB'SABER, 1996).

Situado na Ecorregião 4 do Sudoeste da Amazônia, na área de transição entre as Terras Baixas Amazônicas e a Cordilheira Andina, o estado do Acre destaca-se por sediar uma grande variedade de ecossistemas, riqueza na tipologia vegetal, nos gradientes topográficos e nos tipos de solos. Além da floresta tropical úmida, ocorrem outras fisionomias como formações típicas de ambientes rochosos (na Serra do Divisor) e formações de ambientes secos sobre areias brancas (campinas e campinaranas), ao norte do município de Mâncio Lima. Possui a maior riqueza de palmeiras da Amazônia Ocidental, sendo que mais de 70% das espécies de palmeiras da região foram registradas no Acre. Abriga ainda florestas densas submontanas, de terras firmes e aluviais e de florestas abertas de bambus, de cipós e de palmeiras em terras inundadas e não-inundadas. É o estado da Amazônia brasileira que mantém intacta uma das maiores áreas de floresta tropical contínua – somente 9,7% de sua cobertura florestal tinham sido desmatadas até 1998, fato que aumenta o seu potencial para a conservação. O Acre sedia também o Corredor Ecológico do Oeste da Amazônia, considerado de alta prioridade para a conservação da biodiversidade no Brasil (AB'SABER, 1996).

Somando as áreas de proteção ambiental oficialmente reconhecidas pelos governos federal, estadual e municipal, o estado do Acre apresenta atualmente sete Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral, representando 1.733.415 ha (10.52% da área do estado), e 15 UCs de uso sustentável, atingindo 4.045.569 ha (24.7% da área do estado). Somando essas áreas aos 2.167.146 ha

(13.1%) das terras indígenas, o estado possui 48.32% de seu território protegido pelas UCs, simbolizando o compromisso com o desenvolvimento da região unido à conservação ambiental.

A geografia emaranha-se na história das disputas territoriais e temporais pelos primeiros migrantes nordestinos que, refugiados da seca, foram atraídos pelo ciclo econômico da borracha. Esse rico ingrediente no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais, do que propriamente por interesse do governo brasileiro. O grande alvo de disputas pelo Brasil e pela Bolívia, em relação ao Acre, eram as seringueiras, cuja produção e beneficiamento do látex cumpriam importante papel no processo de industrialização mundial no alvorecer do século XIX. Foi nesse momento que a Bolívia adotou posições efetivas em defesa de sua soberania, papel que nunca havia cumprido com rigor no cuidado às concessões na região amazônica, definidas em tratados internacionais.

O presidente Rodrigues Alves, em 1904, por decreto, transformou o Acre em um território federal, dividindo-o em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, com prefeitos nomeados pelo governo federal. Porém, somente em 1920 a administração do território passou a ser exercida por um governador nomeado pelo presidente da República. O declínio da extração da borracha, acarretando a estagnação da economia, acelerou o processo de exploração da madeira devastando a Floresta Amazônica. Em 1962, com cerca de 200 mil habitantes, tornou-se estado, pois sua arrecadação atingia os valores necessários estabelecidos pela Constituição de 1946. Hoje o Acre é o maior produtor brasileiro de borracha, com 2,7 mil toneladas por ano, e de castanha, com quase 10 mil toneladas anuais, respondendo por um terço da produção de toda a região Norte e por metade da produção de borracha (FRM, 2005).

O TEMPERO DO BANQUETE

Até que ponto a história do ambientalismo brasileiro envolve-se com o herói Chico Mendes? Qual o legado que Marina Silva consagra à transição democrática do governo federal em suas políticas públicas? Como a educação ambiental se

inscreve no protagonismo do cenário acreano? Essas são algumas das interrogações que conduziram os objetivos do nosso doutorado. Entretanto, o recorte oferecido neste texto refere-se à luta de Chico Mendes, sem nenhuma pretensão de esgotarmos o assunto. Para a interpretação desse enredo a educação ambiental teve como dramaturgia as lutas territoriais, desde os povos indígenas até os seringueiros. O substrato primordial encontrou um enorme banco de dados da EA na região amazônica, numa pesquisa realizada previamente pelo Fundo Mundial de Conservação da Natureza do Brasil (WWF-Brasil), que diagnosticou cerca de 200 projetos, vivências e experiências em EA em seis estados amazônicos (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2002). As informações solicitavam um olhar mais denso sobre a contribuição dos povos indígenas e dos seringueiros na construção do ideário ambientalista no estado do Acre. A história recuperava Chico Mendes, uma das maiores lideranças ambientalistas, pela não-destruição da floresta, culminado com a figura de Marina Silva transformando-se em Ministra do Meio Ambiente no Brasil.

Desse panorama significativo, a pesquisa aliou-se ao Programa de Enraizamento da Educação Ambiental no Estado do Acre (BRASIL, 2005b), facilitado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A meta, assim, foi identificar como as políticas públicas se fortaleceram em diversas instituições, governamentais ou não, públicas, privadas ou mistas. Documentos, leis e orientações revelam que o estado acreano oferece prioridade à EA e as narrativas exigiam um novo olhar político que ressignificasse os campos polissêmicos da EA nos territórios e temporalidades do Acre, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

A trajetória considerou a experiência dos povos indígenas, primeiros habitantes da Amazônia acreana, que influenciou o comportamento e a relação dos nordestinos que ali chegavam para atuar na exploração dos seringais. Criando e recriando formas de relação com a floresta, o seringueiro passou de inimigo dos índios a seu aliado na defesa local, ato que se tornou um dos momentos mais emblemáticos da EA na Amazônia como um todo. A ecologia cultural do Acre pode revelar sinais de violência, como o assassinato de Chico Mendes. Todavia, apenas demonstra nossa inabilidade em combinar os diferentes jogos de poder na cotidianidade da sobrevivência (ARLT, 2006). A história da

transição acreana é uma situação, entre tantas, que ainda esconde os dilemas sociais intrinsecamente relacionados com o ambiente.

Sua etnografia é um espaço colonizado de vazios migrantes e, dialeticamente, de transbordamentos indígenas e populações locais que, talvez, o conhecimento científico não consiga explicar. Poderíamos afirmar que é quase impossível se distanciar da historiografia acreana, pois as inevitáveis lágrimas escorrem diante a casa de Chico Mendes, da escuta sensível das narrativas de sua gente, ou do som da floresta que parece ecoar em toda parte e, concomitantemente, em nenhum lugar. Quiçá o Acre possa ser um espaço sem locais em tempos sem duração (BHABHA, 1994). E este não-lugar pós-moderno talvez possa oferecer um cenário investigativo que não divorcie o conhecimento epistemológico de sua axiologia política, porque a práxis participativa nesse território impossibilita qualquer distanciamento frio no olhar. São temperos essenciais que transformam o cardápio rico de degustação, e cuja digestão se altera na ausência de um ou outro ingrediente.

DEGUSTAÇÃO DE SABERES E SABORES

Algumas táticas conectam-se no hibridismo metodológico desta pesquisa que tem seu início no método diagnóstico-avaliativo de experiências em EA, mas que evidencia fortemente sua tendência nos campos da pesquisa qualitativa historiográfica aliada à pesquisa participante. A coleta de dados deu-se mediante observação-participativa, embora já nos primeiros diagnósticos da EA, tornou-se uma participação-observante enquanto enraizadores da EA pelo Governo Federal, sem se despir do rigor investigativo ao enfrentar o maravilhamento das histórias orais dos habitantes do Acre:

“A história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevistas e as implicações de cada um deles para pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras como os historiadores relacionam-se com seus

entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática (AMADO, et al., 2005, p. XVI).”

Field (2006) considera que a história oral emerge de um contexto particular de lutas contra as dominações entre as classes sociais. Normalmente, privilegia pessoas ou grupos sociais marginalizados, possibilitando que suas narrativas sejam registradas como documento importante a qualquer tipo de estudo. Entretanto, o pesquisador também evidencia diversos estudos de caso de entrevistas orais com a elite, freqüentemente combinando a gravação da entrevista com imagens que sejam “vendáveis”. A história oral é uma metodologia que possibilita observamos que a memória vive e é muito mais atrativa nos estudos biográficos, como o de Chico Mendes, em diagnósticos de lendas ou fábulas da mitologia amazônica, ou nas tradições culturais de povos indígenas que não têm o hábito da escrita, mas cujos ensinamentos são dinamicamente narrados de geração a geração. O autor é incisivo em discordar que a história oral dá voz aos silenciados, pois ele reconhece que mesmo os marginalizados possuem suas vozes, audíveis pelos seus pares ou em âmbitos familiares. O problema é o tamanho da audiência e, obviamente, a eficiência de sua disseminação em vastos campos de poder.

Brandão (1983) afirma que Malinowski é o criador da pesquisa participante, reforçado por Paulo Freire, a qual exige compromisso e ética por parte dos envolvidos, desde que penetre no trabalho histórico e nos projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa deve compreender para servir. Transcendendo o objeto da pesquisa (o quê?), e o método investigativo (como?), a historiografia participante exige uma questão prévia (para quem?): o destino e o protagonismo dos envolvidos no cenário da pesquisa. Em outras palavras, a pesquisa não revela o utilitarismo ingênuo da intervenção, mas evidencia a preocupação com os sujeitos na ruptura dicotômica do “sujeito-objeto” à validação do diálogo “sujeito-sujeito”.

Esse processo veio sendo construído desde a nossa participação como consultores do projeto do WWF-Brasil, “Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na Amazônia”, que envolveu os estados do

Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2002). Iniciamos os trabalhos de campo pela coleta de dados, visitando os sujeitos, realizando reuniões, participando da organização de encontros de EA nesses estados, bem como auxiliando no processo de execução do projeto. Especificamente no recorte desta pesquisa, a equipe fez viagens constantes ao estado do Acre onde foram realizadas diversas reuniões com educadoras e educadores ambientais atuantes em coletivos, como a Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA) e a Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA). O enorme banco de dados foi avaliado participativamente por meio de 16 critérios escolhidos em diálogos, muitas vezes tensivos, porém não demarcam olhares externos, pois foram frutos de proposições dos próprios sujeitos, mediados pela equipe do WWF-Brasil (SATO et al., 2001).

A necessidade de sustentabilidade conduziu a escolha do estado acreano nos programas oficiais do Governo Federal, no marco do “Programa de Enraizamento”, que permitiu melhor compreensão da dinâmica, das metamorfoses e experiências em EA. A atuação participativa nesse processo facilitou a etapa posterior de investigação, que culminou em 21 entrevistas gravadas com lideranças populares, tanto indígenas quanto seringueiros do estado do Acre, além de pessoas envolvidas diretamente no processo de construção da luta socioambiental pela Amazônia acreana.

A história oral recuperou narrativas de dois líderes indígenas: um cacique Unikuin, denominado pelos antropólogos de Kaxinawá, e, também, o vice-prefeito do município de Jordão, no vale do Juruá; e uma jovem liderança dessa mesma etnia, um cacique Ashaninca. Nossas entrevistas envolveram diversos seringueiros de Xapuri e Brasiléia e ex-seringueiros que vivem na periferia de Rio Branco, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Incluímos ainda o secretário de formação e comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia; o fundador e vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e ex-prefeito de Xapuri pelo Partido dos Trabalhadores (PT), considerado o substituto de Chico Mendes; a presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); o presidente da Cooperativa da Reserva Extrativista Chico Mendes; além do presidente da Associação João Barbosa de

Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes. Soma-se à lista, a filha de Chico Mendes, hoje presidente da Fundação homônima.

Além do cenário dos seringais, a entrevista também envolveu um jornalista correspondente do jornal *Folha de S. Paulo* na época do assassinato de Chico Mendes, que deu visibilidade internacional ao fato; a presidente da ONG Vertente e uma das fundadoras do PT no Acre; um membro da ONG SOS Amazônia; um membro da Comissão Pró-Índio do Acre; a gerente de educação ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC); e a coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A rigorosa entrevista com a própria Ministra do Meio Ambiente, filha do Acre e ex-seringueira, sobre a sua trajetória na luta socioambiental no estado e a sua carreira política junto ao PT, encerra com chave de ouro a longa lista de 21 entrevistados.

Em particular, neste texto, o foco concentra-se na história de Chico Mendes e na leitura desta personagem central acerca do ecologismo internacional, tendo substrato também em documentos oficiais, como do Conselho Nacional dos Seringueiros, em Rio Branco, nos dois acervos de Chico Mendes existentes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Câmara de Vereadores de Xapuri. Encontramos ainda outras fontes sobre a atuação dele como sindicalista e vereador e nos documentos na Casa dos Povos da Floresta, no Parque da Cidade, em Brasília. Obviamente, reconhecemos a incompletude de nosso existir e, sem a pretensão de lançar o veredicto final, a vasta literatura amazônica e da própria EA consubstanciou as interpretações fenomenológicas do sujeito-aprendiz, que na aprendizagem em comunhão com os outros, ousa uma leitura do mundo acreano na intrincada relação do eu-outro-mundo.

CHICO MENDES A LA CARTE

Durante os anos de 1970, o governo militar iniciou um movimento de ocupação da Amazônia baseado em empresas agropecuárias e projetos de colonização. Esse processo levou a uma prática de depredação dos recursos naturais da Amazônia e à expulsão de índios e seringueiros de seus territórios. No

caso do Acre, a onda de especulação fundiária desencadeou a venda dos antigos seringais a grandes grupos empresariais do Centro-Sul, que passaram a expulsar os seringueiros de suas “colocações” para implantar fazendas de gado.

Franco (1994) cita que, em 1976, teve início uma forma de resistência dos seringueiros que passaram a desenvolver ações denominadas “empate”, realizadas durante o verão, como ações coletivas que buscavam impedir (ou empatar) a ação dos peões encarregados da derrubada. Um grupo de 100 a 200 pessoas, formado por homens, mulheres e crianças, dirigiu-se pacificamente aos acampamentos e convenceu os peões a abandonarem as motosserras.

As entrevistas narram que os empates de Wilson Pinheiro e Chico Mendes, em seringais de Xapuri e Brasiléia, ganharam apoio nacional, culminando, em alguns casos, na desapropriação e criação de reservas extrativistas controladas por seringueiros, valendo-lhes o ódio dos fazendeiros. Podemos considerar que as RESEX representam a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por esses trabalhadores e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações.

Nas reservas extrativistas não há títulos individuais de propriedade. Nelas são respeitados as culturas e as formas tradicionais de organização e trabalho dos seringueiros, a extração de produtos com valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não-predatórias, juntamente com pequenos roçados de subsistência que propiciam a regeneração da mata. Em outubro de 1985 foi organizado, em Brasília, o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, ocasião em que foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do qual Chico Mendes tornou-se a principal referência.

A partir de então, a luta da categoria, sob a liderança de Chico Mendes, começa a ganhar repercussão nacional e internacional, principalmente com o surgimento da proposta de "União dos Povos da Floresta". O grupo buscou unir interesses de índios e seringueiros em defesa da Floresta Amazônica, propondo ainda a criação de reservas extrativistas de preservação das áreas indígenas, da

própria floresta e ao mesmo tempo a garantia da reforma agrária, desejada pelos seringueiros (FRANCO apud MEDEIROS, 1994).

O CNS é uma associação civil de seringueiros e extrativistas que tem como finalidades lutar pela criação de reservas extrativistas, estabelecer alianças com as populações indígenas e defender, no plano legal, econômico e cultural, os interesses específicos dos trabalhadores extrativistas, bem como o da Floresta Amazônica. O CNS tem levado as propostas dos seringueiros à opinião pública nacional e internacional, recebendo amplo apoio de entidades ambientalistas e organizações indígenas. Ele encarrega-se de projetos no âmbito cooperativista, educativo e de saúde, com assessoria de entidades como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), o Centro de Trabalhadores Amazônicos (CTA), entre outras.

Em 1987, Chico Mendes recebeu a visita de alguns membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em Xapuri, quando puderam ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros, causada por projetos financiados por bancos internacionais. Dois meses depois, Chico Mendes levava as denúncias ao Senado norte-americano e à reunião de um banco financiador, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trinta dias depois, os financiamentos aos projetos devastadores foram suspensos e Chico acusado por fazendeiros e políticos de prejudicar o "progresso" do estado do Acre.

Meses depois, Chico Mendes começou a receber vários prêmios e reconhecimentos, nacionais e internacionais, como uma das pessoas que mais se destacavam, naquele ano, em defesa da ecologia, como por exemplo, o prêmio "Global 500", oferecido pela própria ONU. Durante o ano de 1988, Chico Mendes foi cada vez mais ameaçado e perseguido, principalmente por ações organizadas pela União Democrática Ruralista (UDR), do Acre. Mas a sua luta continuou e ele percorreu várias regiões do Brasil com o objetivo de denunciar a ação predatória contra a floresta e as ações violentas dos fazendeiros da região contra os trabalhadores de Xapuri (FRANCO apud MEDEIROS, 1994).

Por outro lado, Chico participou da realização de um grande sonho: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no estado do Acre, além

da desapropriação do Seringal Cachoeira, de Darly Alves da Silva, em Xapuri. A partir daí, agravaram-se as ameaças de morte, como o próprio Chico chegou a denunciar várias vezes, ao mesmo tempo em que deixava claro para as autoridades policiais e governamentais que corria risco de vida e que necessitava de garantias, chegando, inclusive, a apontar os nomes de seus prováveis assassinos. Em 1989, os representantes do CNS e da União das Nações Indígenas (UNI) encontraram-se no "Primeiro Encontro dos Povos da Floresta" e aprovaram a "Declaração dos Povos da Floresta", ocasião em que os moradores da floresta proclamaram a vontade de permanecer com suas regiões preservadas.

No 3º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Chico Mendes voltou a denunciar o problema, juntamente com vários outros trabalhadores rurais de diversas partes do país. A situação era a mesma, a violência criminosa tinha a mão da UDR de Norte a Sul do Brasil. No mesmo Congresso, Chico Mendes defendeu a tese apresentada pelo Sindicato de Xapuri "Em Defesa dos Povos da Floresta", aprovada, por aclamação, por cerca de seis mil delegados presentes. Ao final do encontro, ele foi eleito suplente da direção nacional da CUT.

Depois que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sob pressão de organizações ambientalistas e do CNS, haviam cancelado os empréstimos para a pavimentação de rodovias na Amazônia, o governo brasileiro precisou rever a sua política de desenvolvimento. Em 1988 entrou em negociações concretas com o CNS sobre as reservas extrativistas, tendo sido criada no Acre a primeira, denominada de "Alto Juruá". A base legal para essas reservas veio em 1990, com a promulgação do Decreto Geral das Reservas Extrativistas, (98.897/90), sendo que hoje existem, no Brasil, diversas delas, sendo as maiores as de "Alto Juruá" com 5.061,86 km² e 6.000 moradores, e a de "Chico Mendes", com 9.705,57 km² e 1.250 moradores (FRANCO apud MEDEIROS, 1994).

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado à porta dos fundos de sua casa, tendo em Júlio Barbosa, seu vice-presidente, o substituto

imediatamente para a continuidade da luta no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e de sua companheira de luta, Marina Silva, nascida no seringal Bagaço, em Rio Branco/AC.

Na efervescência dessas transmutações, muitas vezes marcadas pela violência, tivemos a oportunidade de visitar a casa de Chico Mendes em Xapuri, no Acre, no final de outubro de 2005 e início de fevereiro de 2006. A memória trazia notícias de seu covarde assassinato, a experiência em estar naquele mesmo local, hoje transformado em uma casa aberta à visitação, traz-nos emoções quase impossíveis de serem descritas. Seria engano pensar em uma pesquisa fria que exigisse o estranhamento entre sujeito e objeto. Cumpre ressaltar a complexidade da existência humana que não se fragmenta entre pesquisador e militante, mas que se alia nos sonhos de se promover políticas públicas capazes de ousar mudanças.

Evocaríamos Paulo Freire, mergulhando a racionalidade na paixão, sem medo de sermos pegos, ao declarar que choramos impetuosamente na essência da luta emanada daquele território. Era como sentir a própria luta de Chico Mendes na cotidianidade, nos móveis da casa com o sofá rasgado, no bule amassado no fogão da cozinha, nas camas malfeitas nos leitos dos filhos e de sua mulher. Quais sonhos embalavam aquela família? Qual o significado de uma vida, perante a tanta injustiça testemunhada neste país? Em quantos labirintos ainda deveremos nos perder para fortalecer a consciência ecologista do mundo? Impossível indagarmos essas questões sem declarar a emoção banhada em lágrimas daquele momento.

A redação deste texto foi retomada diversas vezes, pois descrever esta vivência representa um profundo reconhecimento aos homens e mulheres como Mahatma Gandhi, Chico Xavier, Madre Tereza de Calcutá e tantos outros que não precisaram de suntuosidade para lutar pelo mundo. Cada qual com os seus objetivos, princípios e sentidos de justiça, contribuíram para a construção da dignidade humana, demonstrando que em raras vezes o poder econômico consegue ser sucumbido por outros valores civilizatórios. A isso, talvez Michel Foucault (1984) se refira quando menciona a heterotopia – um local que

agregasse as várias experiências de desejos coletivos, na concreção mais audaciosa da espécie humana em sair de sua utopia individual à inescrupulosa fantasia em comunhão.

Talvez a EA possa se apropriar dessa experiência arqueológica em decifrar os símbolos deixados pelo herói nacional, estabelecendo uma seqüência pedagógica que não se inclua na linearidade cronológica de um tempo tirano, mas que sobremaneira denuncie as injustiças numa temporalidade cíclica, na eternidade daqueles que têm coragem de lutar. No caso específico da floresta, correremos o risco de jamais ter uma interpretação que ofereça uma verdade final. Haverá sempre uma dinâmica de releituras e ressignificações, de racionalidade e, acima de tudo, de muita paixão. São contextos que exigem antropofagia no comer, digerir e devolver a degustação para que um novo cenário possa surgir. É provável que o cansaço chegue pela nossa insistente vontade de compreender melhor o significado desse símbolo, mas ainda assim não haverá tédio, pois o infante está apenas adormecido, jamais sua luta. “O homem passa, a obra fica. O homem pode ser a obra, mas o espírito ainda nos consome e abre novas naus em nós” (PESSOA, 2006, p. 37).

CONVITE A NOVAS RECEITAS

Ao anunciarmos que não temos a pretensão de esgotar o assunto, assumimos que este item não poderia ser um epílogo, senão um convite a tantas outras pesquisas, leituras e interpretações. Entretanto, será inegável deixar de reconhecer o legado de Chico Mendes na história da EA. Sua essência é tão forte que a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC) orienta seu programa intitulado “Educação Chico Mendes” no cenário nacional. A DEA-MMA assume a mesma perspectiva, implementando programas e políticas que coadunem com o espírito de luta deste símbolo, hoje internacional (BRASIL, 2005a). Para a maioria dos ecologistas do mundo inteiro, suas lutas políticas têm a vida de Chico Mendes como referência.

Não há dúvidas de que as políticas governamentais, as proposições da sociedade civil e da academia buscam ressonâncias em orientações participativas à formulação de políticas públicas, a exemplo da luta de Chico Mendes. A recente publicação da United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), intitulada “Enciclopédia de Suporte aos Sistemas de Vida (EOLSS)”, carregando 20 volumes de exageradas informações, têm inúmeros textos preocupados com modelos participativos de gestão ambiental, desde padrões cibernéticos, passando por considerações construtivistas e culminando com ideários libertários do anarquismo. Todos são unânimes em considerar o local da cultura na simbiose com a natureza. Alvarez (2006) é enfático em considerar que não existem programas de manejo bem-sucedidos que não considerem a população local nas tomadas de decisão. Analisando o antagonismo do comportamento humano, em ser destruidor e simultaneamente preservador, reconhece que os sistemas sociais estão completamente conectados ao ambiente. Sem negligenciar os campos de poder nos sistemas sociopolíticos, sugere que a pesquisa ambiental deve se circunscrever nas orientações transdisciplinares em função da complexidade exigida.

A obra organizada por Luiz Ferraro (2005) também explicita vários textos sobre participação. Nela, o texto de Henri Acserald (2005) oferece a tessitura dos conceitos de justiça ambiental, os quais, ao reconhecerem que os danos ambientais geralmente atingem as camadas economicamente desfavorecidas, buscam construir táticas de superação para as próprias comunidades tomarem suas decisões, conforme escolhas e ideários políticos.

“A noção de justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas políticas tradicionalmente envolvidas com a construção de justiça em sentido mais amplo (ACSERALD, 2005, p. 219).”

Inevitavelmente, adentramos a arena de conflitos que, em doses exageradas, podem nos conduzir ao pesadelo da Terra. Percebido como indesejável pela maioria, o conflito parece ser um ingrediente importante evocado ao preparo de políticas públicas, em especial ao estado do Acre. Sem reivindicarmos a teoria do caos, parece que a existência humana em si geraria conflitos. O obstinado clamor

pela paz deve ser cuidadosamente examinado, pois pode demarcar consensos e “harmonias” apenas para camuflar um cenário mais real para outros fins determinados. Na era da globalização, as identidades tendem a ser varridas em nome do comum e os padrões genéricos estabelecidos pelas ciências Modernas ainda imperam no mundo da Academia. Compreendemos que esses modelos, ou paradigmas kuhnianos, devem ser repensados à luz do que chamamos empoderamento político e sustentamos que na aprendizagem da EA é preciso construir uma comunidade participativa desde as suas diferenças. A tese que ora sustentamos busca construir uma EA como mediadora dos processos de aprendizagens, por não perder a noção da complexidade exigida por essa Modernidade Tardia. Literalmente, ao degustar os conflitos, poderemos saborear outros temperos.

Nesse contexto, o uso da história oral como método pode atender a mediação, desde que Field (2006, p. 6) relata ter sido ela criada com o intuito de perceber os antagonismos das relações multiculturais, construindo suas histórias, percepções, desejos e memórias que, embora pessoais, pulsam e determinam uma relação social mais ampla: “Se estamos desejando ser um grupo de resistência contra os legados coloniais da era do apartheid, é imperativo que façamos esforços à construção de táticas participativas, onde a história oral pode ter uma função essencial”(tradução nossa). Simultaneamente, ele se distancia e alerta contra qualquer fórmula mágica que veja na história oral a possibilidade de ser a solução do empoderamento comunitário. Ela não é um método psicanalítico de lidar com emoções surgidas na era dos conflitos, e não há histórias irreais ou promessas de expectativas de cura da humanidade. Mas a história oral vai contextualizar depoimentos, verdades em confronto e, sem se esquivar de um cenário político, poderá recapitular a vida, oferecendo diferentes olhares ao invés de estabelecer o veredicto final sobre a vida amazônica.

Aliando-nos ao pensamento de Field, evocaríamos Raul Seixas, permitindo que a EA se ancore no desejo de revistar as histórias, no pulsar da transmutação e no ousar ser uma “metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”. Em especial, nos discursos sobre o chamado “desenvolvimento sustentável” no estado do Acre talvez possamos recuperar as táticas de superação, absolutamente expostas por Field:

“O desenvolvimento não é exatamente uma ciência. Datado com discórdias, incompreensões e falhas históricas, ele tem sido mascarado em sua trajetória. Há um aumento significativo na compreensão de que os danos industriais no ambiente são justificados pelas teorias dos padrões. A história oral que identificar alguns caminhos que possam oferecer a mesma audiência a outras vozes, talvez possa manter o debate democrático sobre o desenvolvimento (2006, p.16, tradução nossa).”

Gough & Scott (2006), por outro lado, argumentam que o desenvolvimento sustentável é um fato, tendo discordâncias em sua interpretação, ou não. Como se estivessem num tribunal de julgamento, iniciam o texto com ênfase defensiva, sob o argumento de que a Nova Era exige novos paradigmas e que o legado do desenvolvimento sustentável (DS) poderá oferecer uma reflexão mais densa sobre a humanidade. Reconhecem que o DS não é fim, mas um meio de construção que equilibra sociedade, ecologia e economia. Condenam a visão estreita dos tecnocratas numa circunstância do paradigma dominante e utilizam um discurso parecido para defender que a sustentabilidade planetária está na dependência das necessidades locais. Denunciam a estrutura curricular das escolas, inserida na competição econômica, e orientam que a educação seja mais política.

Estranha aparição de quem utiliza paradigmas hegemônicos para reforçar o mesmo mal. Não será difícil compreendermos a razão do DS estar sendo tão aceito no mundo dos ambientalistas, já que, confusos, aparentam e carregam a mesma bandeira dos ecologistas. Todavia, escorregam fatalmente no final do texto, quando consideram que a perda cultural será inevitável no mundo da internacionalização. Apesar de considerarem as regionalidades importantes, esses autores anglo-saxões citam Adam Smith como referência de prosperidade das nações. Obstruindo os possíveis ataques, confundem os discursos novamente e concluem que a perda da cultura tradicional poderá ser pior do que a perda econômica no mercado transacional.

A comparação pode soar bizarra aos que lutam pela construção de sociedades sustentáveis e que, minimizando os processos econômicos que

sempre determinaram os rumos de uma nação, querem construir novas significações de vida, em especial a Amazônia. Assim, como protagonistas de uma política governamental inédita, esta pesquisa também acreditou no enraizamento da EA como um dos caminhos da mediação pedagógica. Entretanto, entre o ideal do perfil de motivação, cuja competência evoca a capacidade de resolver conflitos, promovendo diálogos flexíveis na comunicação, haverá sempre o aprendiz que erra e suas lacunas poderão não responder à concreção da EA *per se*. Vivemos a era das incertezas e não temos respostas prontas. Porém, na ambigüidade de se viver a pesquisa acadêmica e sendo técnicos do governo federal, seria um desperdício imperdoável ignorar a vida e a trajetória de Chico Mendes à construção dos conhecimentos científicos e ao fortalecimento de políticas públicas em EA.

A mediação pedagógica da EA busca no legado de Chico Mendes uma engenharia institucional demarcada pelos processos de luta e de participação. Aos ideários de sociedades sustentáveis proclamados pela vida desse ícone, somam-se os desejos da guinada político-conceitual da própria EA em promover mudanças, balançar estruturas e ousar revolução. Obviamente ao lado da pesquisa grita o desejo quase insano de se promover as políticas governamentais, mas uma convergência aponta a mesma rota: a inclusão social por meio da democracia participativa, que empodere as comunidades em suas escolhas e opções à proteção da ecologia local.

Nesse desejo eminentemente político, Chico Mendes tem a sua essência significativa à construção da EA, pois se relaciona com a luta travada em conflitos econômicos díspares, tendo o controle social como mediação pedagógica às sociedades sustentáveis. Na transcendência de um estudo acadêmico, o radicalismo da luta mistura-se ao sabor dos cheiros amazônicos, na indignação da situação desfavorecida amalgamada pela sensibilidade da vida. Não há fronteiras, senão as esperanças em construirmos a EA espelhada na trajetória de Chico Mendes no Acre, no Brasil e no mundo.

Retomando o título deste texto, Oswald de Andrade diria que o que inibia a sociedade era o homem interno e a sua vestimenta exterior. Na EA antropofágica

há uma consciência rítmica que anuncia a consciência participativa na revolução dos caraíbas. O DS pode representar a inquisição exterior, mas o mundo interno pode ser reversível. Estamos comendo os remanescentes do legado dominante para que uma nova EA possa ser construída. Acreditamos nos sinais das estrelas e estamos devorando o imponderável da vida. Na escala termométrica do instinto antropofágico, a EA luta contra a injustiça ambiental vestida de opressão, afinal, “nunca fomos catequizados. Vivemos de um direito sonâmbulo e fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará” (ANDRADE, 1928, p. 4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SABER, Aziz N. **A Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: EdUSP, 1996.

ACSERALD, Henri. Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: FERRARO, L. (Org.) **Encontros e caminhos** – formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília: DEA-MMA, p. 219-228, 2005.

ALBERTIN, Catherine. A ocupação da Amazônia – das drogas do sertão à biodiversidade. _____ . **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP, Imprensa Oficial do Estado & Científica Emperaire, p. 23-48. 2000.

ALVAREZ, Lujan. Participatory Development Model for Sustainable Resource Management. In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**. Oxford: UNESCO, Eolss Publishers, 15p. 2006. [<http://www.eolss.net>] [Retrieved February 10, 2006].

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropofágico. **Revista de Antropofagia**, v.1, n.1, 4p. 1928 [download] -
www.lumiarte.com/luardeoutono/oswald/manifantropof.html, 23.set.04.

ARLT, Herbert. Culture, Civilization, and Human Society. In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**, Oxford: UNESCO, Eolss Publishers, 35p. 2006. [<http://www.eolss.net>] [Retrieved February 10, 2006].

BECKER, Bertha. Amazônia: construindo conceito e a conservação da biodiversidade na prática. In: GARAY, I.; DIAS, B. (Orgs.) **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais**: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, p. 92-101, 2001.

BHABHA, Homi. **The Location of Culture**. London and New York: Routledge, 1994.

BRANDÃO, Carlos R. **Pesquisa Participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Articular, fortalecer e enraizar a Educação Ambiental para um Brasil de todos**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - MMA/MEC, fev. 2005a.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Manual de Enraizamento – Subsídios para a atuação de Enraizadores e Facilitadores**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - MMA/MEC, fev. 2005b.

CUNHA, Euclides. **À margem da história**. v. 2. São Paulo: Literatura Brasileira, REVIC, 2003 [CD-ROM].

FIELD, S.P. Developing dialogues: the value of oral history. In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**. Oxford: UNESCO, Eolss Publishers, 11p. 2006. [<http://www.eolss.net>] [Retrieved February 6, 2006].

FOUCAULT, Michel. Des espaces autres (Conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars, 1967), **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5, octobre p. 46-49, 1984. [download], www.foucault.info/documents/heteroTopia/foucault, 05.nov.05.

FRANCO, Mariana Pantoja. Seringueiros e Cooperativismo: o fetiche das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, L. et al. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, p.20-45, 1994.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (FRM). **Tom da Amazônia**. Rio de Janeiro: FRM, 2005.

GOUGH, Stephen; SCOTT, William. The politics of learning and sustainable development. In: **Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)**. Oxford: UNESCO, Eolss Publishers, 16p. 2006. [<http://www.eolss.net>] [Retrieved February 6, 2006].

PESSOA, Fernando. Poesia em Pessoa. In: **Entre livros**, ano I, n.10, p.28-47, 2006.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e gestão de recursos naturais. In: CASTRO, E; PINTON, F. (Coords.) **Faces do trópico úmido** – conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPANA/NAEA & São Paulo: Cejup, p. 187-200. 1997.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; DEPRESBÍTERIS, Lea; MEDEIROS, Heitor; SORRENTINO, Marcos. Rede de Educação Ambiental – um desejo Amazônico. In: SANTOS, J.E.; SATO, M. (Orgs.) **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, p.569-593, 2001.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; MEDEIROS, Heitor. **Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental**. Brasília: WWF-Brasil, 2002.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco: Editor CAAS, 2003.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR UM ACRE SUSTENTÁVEL

Heitor Queiroz de Medeiros¹⁵ & Michèle Sato¹⁶

RESUMO

Este artigo se propõe a entender o fato de o Acre ser um estado educador ambiental popular onde os (as) educadores (as) ambientais ainda não descobriram como transformar essa riqueza de iniciativas e ações em Política Pública que os fortaleça. Discute-se aqui o contexto em que o estado do Acre está inserido em sua vertente histórica e antropológica. A construção do sentimento do “orgulho de ser acreano”, presente na consolidação da cidadania acreana, está em diálogo com as diversas experiências em educação ambiental vivenciadas no estado por instituições e pessoas que continuam, de alguma forma, dando continuidade à luta de Chico Mendes. Procura-se também estabelecer um relato analítico de experiência prática de enraizamento da educação ambiental no estado do Acre, na construção de diálogos de política pública, atuando na construção de um ideário ambientalista para o estado, no enfoque proposto, sonhado e concretizado pelos povos da floresta.

Palavras-chave: Acre, Amazônia, Chico Mendes, Educação Ambiental.

¹⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Técnico da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

¹⁶ Profa. Dra. Docente no Instituto de Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e no Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ABSTRACT

This article proposes to understand the Acre, a Brazilian state which promotes environmental education, however, did not discover ways to empower the environmental education as remarkable way to empower the public policy. It argues here the context, in which the Acre state is inserted, in its historical and anthropological slope. The feeling of pride in Acre, present to built the citizenship, is in dialogue process between many experiences in environmental education, by institutions or people who continue somehow giving sustainability to the fight of Chico Mendes. I searches itself also establish an grass-root experience of environmental education in Acre, through public policies dialogues, acting to transform and establish an ecologist dream, desired and dignified by the forest peoples.

Keywords: Acre. Amazon. Chico Mendes. Environmental Education.

O CONTEXTO

No Brasil, a região Amazônica tem se transformado nas últimas décadas em um espaço onde cada vez mais se concentram interesses divergentes. No cenário nacional a região tem importância estratégica para as políticas de “desenvolvimento” e da “conservação”, bem como desperta diferentes interesses e opiniões que potencializam nos últimos anos ardentes debates entre diversos atores sociais.

Por um lado temos historicamente diversas ações de governo buscando fazer a “integração” da região aos centros de produção do país, como a construção da Transamazônica na década de 1970, que abriu as portas para a ocupação da região com custos altamente negativos para as populações locais, principalmente para os povos indígenas que ali vivem secularmente, bem como para os seringueiros presentes.

No contexto internacional a Amazônia tem despertado o interesse dos países ricos do Hemisfério Norte. Temos ações de investimento por parte do PPG-7 (Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais), implementadas pelo MMA – Ministério do Meio Ambiente, com recursos do grupo dos sete países mais ricos do mundo, principalmente a Alemanha, com investimentos em projetos com incidência em todos os estados amazônicos, buscando criar condições para o desenvolvimento de um modelo baseado na sustentabilidade ambiental e social para a região.

Programas de “desenvolvimento” para a região, como o Avança Brasil, sofreu grande resistência face ao mesmo ser representação de uma proposta de “desenvolvimento” baseada em modelos antigos que trazem em sua gênese o comprometimento ambiental da região, além da exclusão da população local nunca efetivamente beneficiária nesse processo desenvolvimentista.

Temos também um grande envolvimento do terceiro setor com a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e de movimentos sociais que atuam principalmente no monitoramento das políticas públicas para a região, com considerável poder de interferência nas políticas locais e nacionais.

Por outro lado, temos diversas ações do autodenominado segmento produtivo que defende os interesses do avanço do capital na região, por meio de atividades tradicionais como a pecuária, possuindo grande poder de pressão junto ao poder público, na busca da implementação de políticas que atendam seus interesses e tragam como consequência o desmatamento e outros impactos negativos para a região.

A educação ambiental no contexto das lutas socioambientais no estado do Acre pode e deve ser percebida sob o ponto de vista do olhar do mapinguari, numa opção pela radicalidade presente nos mitos amazônicos que povoam o imaginário de seu povo e que encantam secularmente os sonhos e pesadelos de crianças, até quando adultas.

No contexto etnoecológico, o saber popular torna-se imperativamente importante ser incorporado. São histórias orais narradas de geração a geração, que buscam compreender o mundo. Não se pretende debater se muitos são reais ou imaginação inventiva da sabedoria popular. O que se pretende é aliar conhecimento erudito com demais saberes, para que, na ressignificação da vida, as crenças, valores e histórias possam também ser incorporadas à educação ambiental. São histórias achadas, que podem reinventar a EA no marco de contextos biorregionais¹⁷ e na capacidade de dialogar o local (UNO) com o global (MÚLTIPLO).

¹⁷ Compreende-se o biorregionalismo como uma orientação metodológica da pesquisa em Educação Ambiental. Abordando um território, com suas características geológicas ou fitofisionômicas próprias, busca recuperar as identidades e contextos históricos da região para evitar a segregação da natureza com a sociedade (SATO, 2005).

No Acre, os caboclos descrevem o mapinguari como um bicho semelhante a um homem, com o corpo coberto de pêlos, como um grande macaco e com apenas um olho bem no meio da testa, e uma das suas características mais marcantes é o odor insuportável que ele exala na mata. Dizem também que a boca do mapinguari é algo descomunal, tão grande que não termina no queixo, como a dos homens, mas na barriga. A pele dessa figura mitológica é descrita como parecida ao couro dos jacarés e ele tem nas costas uma espécie de armadura que se parece com um casco de tartaruga.

É sabido que o mapinguari ataca mais durante o dia do que à noite, sendo que há também os que dizem que o mapinguari só aparece em dias santos. Dentro da mata, é fácil perceber o rastro de um mapinguari: os arbustos ficam quebrados e o mato todo esmagado. Ao correr no meio da mata o mapinguari solta gritos da mesma forma como os caçadores fazem para se comunicar uns com os outros, e sua finalidade é atrair a atenção dos caçadores e poder devorá-los com a sua boca imensa, começando pela cabeça da vítima.

Portanto, o mapinguari cumpre uma função ecológica no ambiente mítico amazônico como um protetor da natureza natural e sobrenatural, da qual ele também faz parte, ao estabelecer seu confronto com os caçadores, aqueles que se divertem, ou até ganham dinheiro, eliminando a fauna amazônica com caçadas, portanto, matanças sem piedade.

O repositório do mais profundo conhecimento sobre a natureza e sobre a cultura de um povo que viveu e vive na Amazônia, da forma que até hoje ela se mantém, é representado pelos povos indígenas, este povo que entende de floresta e de vida com magia e que manteve intacta toda a exuberância e biodiversidade presente nessa floresta amazônica com cor, cheiro, sabor e magia, e que merece ser olhada com olhos mais generosos do que o habitual.

Na Amazônia acreana os povos indígenas pertencem a dois troncos lingüísticos, Pano e Aruaque, sendo que no tronco dos Pano temos os índios Kashinauá, Poyanáwa, Jaminauá, Nukini, Arara, Shanenawa, Katukina e Naua; no tronco dos Aruaque temos os índios Kulina, Ashaninca e Machineri.

O estado do Acre, mesmo pertencendo à Bolívia até o início do século XX, tem desde as primeiras décadas do século XIX a maioria de sua população formada por brasileiros que habitam o território e exploram seus seringais, sem nenhuma obediência às autoridades bolivianas, criando, na prática, com sua ação, um território independente, exigindo das autoridades brasileiras sua anexação ao Brasil.

Com a assinatura entre o Brasil e a Bolívia do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, fica dirimido esse conflito territorial com o Brasil, recebendo definitivamente a posse da região com o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré e de áreas no estado de Mato Grosso, sendo o Acre integrado ao Brasil como território. Foi subdividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, com este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá.

O Acre foi elevado à condição de estado em 15 de junho de 1962, por meio de lei sancionada pelo presidente João Goulart, possuindo, segundo dados do IBGE, uma área de 152.581,388 km² para uma população de 557.526 pessoas, sendo 280.983 homens e 276.543 mulheres, tem como capital a cidade de Rio Branco e é composto de 22 municípios.

Localizado no sudoeste da região Norte tem seus limites com os estados do Amazonas (N), Rondônia (L), Bolívia (SE) e com o Peru (S e O). Seus maiores rios são o Acre, Envira, Iaco, Juruá, Muru, Purus, Tarauacá e Xapuri, possuindo clima equatorial. As cidades mais populosas são: Rio Branco, com 253.059 habitantes, Cruzeiro do Sul, com 67.441 habitantes, Tarauacá, com 26.037

habitantes, Sena Madureira, com 29.420 habitantes, e Brasiléia, com 17.013 habitantes e Xapuri, com 12.357 habitantes. (IBGE, 2000).

O guia para o uso da terra acreana com sabedoria, resumo educativo da primeira versão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE), como material de apoio a processos educacionais que promovem uma participação comprometida com a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida de todos e de cada um dos habitantes desse estado, apresenta proposta para se conhecer melhor o estado com informações do processo de ocupação territorial, estrutura fundiária, demografia, população, política florestal, terras indígenas, unidades de conservação, entre outras, além das propostas do ZEE para as reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista, terras indígenas, conservação e preservação, atividades florestais, entre outras.

Para SORRENTINO (2001), várias formações geológicas ocorrem no estado do Acre, como a Formação Solimões e os Depósitos Aluviais Holocênicos, Formação Cruzeiro do Sul e mais cinco formações, sendo Formação Ramon, Grupo Acre, Complexo Xingu, Formação Formosa e Sienito República, sendo que estas ocorrem apenas dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor e do seu entorno.

As rochas mais antigas da região, representadas pelo Complexo Xingu, são principalmente gnaisses, granulitos, anfibolitos e veios de pegmatito, que se encontram numa área bastante restrita na Serra da Jaquirana e na Serra do Moa, na fronteira com o Peru.

O estado possui três unidades morfoestruturais, respectivamente, a Depressão Amazônica, representada no estado pela Depressão dos rios Acre/Javari e alcança altitudes de no máximo 300 m, exceto pela área da Serra do Divisor, com altitudes mais elevadas, chegando a 580 m, o Planalto rebaixado

da Amazônia Ocidental, área de relevo plano com altitudes de 250 m, e a Planície Amazônica, que é a superfície mais baixa, com 200 m (SORRENTINO, op. cit.).

Ainda sob o ponto de vista do autor, o clima é quente e úmido com duas estações, a seca que se estende de maio a outubro, e a chuvosa, também chamada de “inverno”, que vai de novembro a abril. A temperatura média anual está em torno de 24,5°C, a temperatura máxima fica em torno de 32°C, aproximadamente uniforme para todo o estado, sendo que a temperatura mínima varia de local para local.

A vegetação apresenta um grande número de variáveis que caracterizam as diferentes paisagens naturais, ocorrendo dois grandes Sistemas Ecológicos Regionais: o Domínio da Floresta Ombrófila Densa (FOD) e o Domínio da Floresta Ombrófila Aberta (FOA), que se subdividem em sete grandes formações com dominância de palmeiras, cipós ou bambus. Dentro desses domínios, foram identificadas 11 tipologias florestais diferentes, sendo floresta aberta com bambu dominante, floresta aberta com bambu mais floresta com palmeira, floresta com palmeira em área aluvial, floresta aberta com palmeira, floresta com palmeira mais floresta densa, floresta densa mais floresta aberta com palmeira, floresta com palmeira mais floresta com bambu, floresta com bambu em área aluvial, floresta densa, floresta aberta com bambu mais floresta densa e floresta densa submontana. (SORRENTINO, 2001)

OS CAMINHOS PERCORRIDOS NESTE ESTUDO

Este artigo foi estruturado inicialmente a partir de uma significativa base de dados da educação ambiental na região amazônica, numa pesquisa realizada previamente pelo Fundo Mundial de Conservação da Natureza do Brasil (WWF-Brasil), que diagnosticou cerca de 200 projetos, vivências e experiências em EA em seis estados amazônicos (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2002).

Esse processo veio sendo construído desde a nossa participação como consultores do projeto do WWF-Brasil “Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na Amazônia”, que envolveu os estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (SATO; TAMAIO; MEDEIROS, 2002). Iniciamos os trabalhos de campo pela coleta de dados visitando os sujeitos, realizando reuniões, participando da organização de encontros de EA nesses estados, bem como auxiliando no processo de execução do projeto.

O enorme banco de dados foi avaliado participativamente por 16 critérios escolhidos em diálogos, muitas vezes tensivos, porém não demarcam olhares externos, pois foram frutos de proposições dos próprios sujeitos, mediados pela equipe do WWF-Brasil (SATO et al., 2001).

Foram feitas também viagens constantes ao estado do Acre, a partir de 2004, quando foram realizadas diversas reuniões com educadoras e educadores ambientais atuantes em coletivos, como a Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA) e a Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA).

Desse panorama significativo, a pesquisa aliou-se ao Programa de Enraizamento da Educação Ambiental no Estado do Acre (BRASIL, 2005b), facilitado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A meta, assim, foi identificar como as políticas públicas se fortaleceram em diversas instituições, governamentais ou não, públicas, privadas ou mistas. Documentos, leis e orientações revelam que o estado acreano oferece prioridade à EA, e as narrativas exigiam um novo olhar político que ressignificasse os campos polissêmicos da EA nos territórios e temporalidades do Acre, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

A atuação participativa nesse processo facilitou a etapa posterior de investigação, que culminou em 21 entrevistas gravadas com lideranças populares,

tanto indígenas quanto de seringueiros do estado do Acre, além de pessoas envolvidas diretamente no processo de construção da luta socioambiental pela Amazônia acreana.

Por meio da história oral recuperaram-se narrativas de dois líderes indígenas: um cacique Huni-Kuin, denominado pelos antropólogos de Kashinauá, vice-prefeito do município de Jordão, no vale do Juruá, e uma jovem liderança dessa mesma etnia, um cacique Ashaninca. Nossas entrevistas englobam diversos seringueiros de Xapuri e Brasiléia e ex-seringueiros que vivem na periferia de Rio Branco, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Incluímos ainda o secretário de formação e comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia; o fundador e vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros e ex-prefeito de Xapuri, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), considerado o substituto de Chico Mendes; a presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); o presidente da Cooperativa da Reserva Extrativista Chico Mendes; além do presidente da Associação João Barbosa de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes. Soma-se à lista, a filha de Chico Mendes, hoje presidente da fundação homônima.

Além do cenário dos seringais, a entrevista também envolveu um jornalista correspondente do jornal *Folha de S. Paulo* na época do assassinato de Chico Mendes, que deu visibilidade internacional ao fato; a presidente da ONG Vertente e uma das fundadoras do PT no Acre; um membro da ONG SOS Amazônia; um membro da Comissão Pró-Índio do Acre; a gerente de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC); e a coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

ACRE: UM ESTADO EDUCADOR SUSTENTÁVEL?

O estado do Acre ocupa hoje no imaginário do ecologismo brasileiro e mundial um papel de destaque como um dos espaços em que historicamente a luta pela conservação da floresta amazônica esteve sempre presente, tanto por parte dos povos indígenas que ali vivem como pelos seringueiros que passaram a habitar esse território a partir do final do século XIX. Poderíamos afirmar que seria o Acre um estado educador sustentável nos moldes do que nos propõe Carlos Rodrigues Brandão em seu brilhante trabalho “Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos” – escrito para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Seria esse espaço da Amazônia brasileira um modelo de estado/sociedade que educa cotidianamente para a sustentabilidade?

“Hoje, vemos que apesar de tudo, e de uma maneira afortunada, um número crescente de pessoas – grupos, comunidades, povos e governos – tem obtido uma nova consciência a respeito de quem afinal somos nós; do que seja o mundo onde vivemos e de como devemos viver e interagir entre Nós, em nome da Paz, e com a Natureza em nome da Vida.

Sem perder nada do que é essencial para vivermos uma Vida fecunda, pródiga, feliz, solidária e em harmonia com a Natureza, sabemos agora que podemos passar de uma relação agressiva, expropriadora e insustentável entre Nós e para com o Mundo Natural, para uma relação amorosa, recriadora e sustentável. Podemos e devemos continuar progredindo e nos desenvolvendo. Mas com uma nova sensibilidade e um novo sentido humano de partilha, de gratuidade, de generosidade, de solidariedade, de cooperação, de participação crítica e criativa, e de uma amorosa co-responsabilidade para com Nós mesmos, para com a Vida e para com o nosso Mundo” (BRANDÃO, 2005, p. 62-63).

Num primeiro momento entendemos que sim, aqui se manifestam cotidianamente diversas experiências de exercício de cidadania plena, com ações

socioambientais que podem ser exemplares para outras regiões do país, que vão desde as ações dos povos indígenas e dos seringueiros, com propostas de reservas extrativistas, além de projetos pontuais com grande capacidade de mudança de paradigmas em gestão de florestas, com a presença e importância das pessoas que ali vivem, o que vai redundar numa proposta de política pública de um governo da floresta, que se propõe a fazer a gestão das políticas locais tendo a floresta como o centro dessas ações e tratando da manutenção da floresta em pé, e a partir dela construindo as condições de uma vida digna para o povo.

Podemos destacar diversas experiências bem-sucedidas, primeiramente as dos povos indígenas dos troncos lingüísticos Pano e Aruaque que ali vivem secularmente, como os Kashinauá, Poyanáwa, Jaminauá, Nukini, Arara e Kaxararí, Kulina e Kampa, sabendo-se que os índios Kanamari, Maniteneri e Apurinã, do tronco lingüístico Aruaque, que desde 1892 já se encontravam localizados nos rios Juruá e Purus, mas predominavam no Purus, ocupando as margens dos rios Iruxi, Acre e Iaco. Os índios Remo, Arara, Inuquinin, Karipuna, Pacauara, Jaminauá, Conivo e Naua, do tronco lingüístico Pano, em 1892 ainda ocupavam a região dos rios Juruá, Tarauacá e Envira (SOUZA, 2002, p. 29).

Esses povos sabidamente construíram um modelo de sociedade baseado no extrativismo da floresta, mantendo-se do que a floresta e a sua biodiversidade lhes oferecem e com toda a cultura conhecida, disputando espaços para a sua sobrevivência, fazendo guerras de conquistas, estabelecendo relações afetivas e sobremaneira sabendo conviver num ambiente natural, em que souberam construir sua cultura e um modo todo peculiar de estar no mundo.

A principal referência de se viver na floresta e da floresta, para além do modelo proposto pelos povos indígenas, está na proposta de reservas extrativistas, pensada, gestada e proposta pelos seringueiros, em sua luta cotidiana contra as propostas de introdução nesse espaço amazônico de modelos já ultrapassados e sabidamente insustentáveis do ponto de vista socioambiental,

como a implementação do velho e desgastado modelo de fazendas de gado, que expulsa o trabalhador da terra e devasta a biodiversidade local com o desmatamento total da floresta nativa.

Ali se vive e convive com a criatividade de um povo que vive na floresta e conhece como ninguém como viver dignamente com ela, com todas as contradições da espécie humana, sendo que os seringueiros, por meio de suas lutas históricas, tendo mantido um diálogo pedagógico com a floresta e Chico Mendes, mais do que ninguém souberam mostrar isso ao Brasil e ao mundo.

Com o preço da própria vida, Chico Mendes consolidou nesse espaço amazônico um respeito pelas coisas que se relacionam com a floresta, seus segredos e encantos, sua mitologia, sua dinâmica ecológica, sua utilização e uso, a busca de seu entendimento tanto sobre o olhar dos povos que nela vivem quanto da comunidade científica, na maior parte das vezes com certa desconfiança por parte desta, face ao pouco retorno que os estudos científicos realizados nesse bioma têm trazido para o seu povo.

Uma questão que salta aos olhos no Acre é a sua relação com os agentes externos, como consultores e especialistas em educação ambiental, relação de chamamento, convite e repúdio. É preciso procurar entender essa relação, em que o acreano é extremamente cioso de sua identidade cultural local, em que o “orgulho de ser acreano” está presente em todo o processo. Poucos estados no Brasil possuem uma identidade local tão presente como no Acre.

Inicialmente isso se explica pelo fato de que o Acre, para ser integrado ao território brasileiro, teve que efetivamente contar com a luta de seu povo, inclusive luta bélica, travada pelos seringueiros como forma de ocupar o território pertencente à Bolívia. Isso vai acontecer em diversos momentos em que na maior parte das vezes a busca dessa identidade não contava com o interesse das autoridades brasileiras. A revolução acreana se dá muito mais pela tenacidade de

seu povo do que por interesses geopolíticos do governo central brasileiro. Até hoje a figura de Plácido de Castro é reverenciada no estado como um ícone na construção da identidade geográfica acreana.

Essa condição de pertencimento leva também a uma condição provinciana em que se percebe que “o de fora” sempre é um intruso e, portanto, na maior parte das vezes, indesejável por não possuir as qualidades necessárias para integrar-se à dinâmica do processo local, por não ser nativo.

Isto posto, é legítimo perguntar se os não nativos não possuem os atributos necessários para participar das lutas locais, qual a justificativa para o chamamento de pessoas com experiência em outras regiões do país? Chamam por quê? Por que os organismos internacionais ou nacionais obrigam ou por insegurança? Por imposição dos dirigentes dos órgãos ou por demanda dos técnicos? Repudiam por quê?

Os técnicos no dia-a-dia ficam enciumados? Percebem que o agente externo não conhece nada da realidade local? Ficam brabos com a imposição e desvalorização dos saberes locais? Os técnicos locais valorizam os saberes locais? Qual seria a medida exata da interlocução externa? O orgulho do acreano por ter desenvolvido exemplos para o planeta – vide os empates, sindicalistas da floresta, Chico Mendes, Marina Silva, revolução acreana – não é suficiente para sentir-se seguro para continuar a caminhar com as próprias pernas no campo da EA?

As ONGs e governos com financiamento externo acabam reféns de uma lógica externa de eficiência e competência? Por quê? Ainda não se desenvolveu uma educação ambiental da florestania? Uma educação ambiental popular da floresta? Como responder à demanda de Chico Mendes formulada em resposta a uma pergunta de Sorrentino, em 1988, dias antes de sua morte, por uma escola da floresta, uma escola e uma educação que estimulassem o filho do seringueiro

a permanecer na floresta? Por que os órgãos centrais, formuladores e implementadores de políticas públicas só fazem o bê-á-bá da EA – papel artesanal, trilhas de interpretação, palestras e cartilhas – e não avançam na direção de uma EA popular, empoderadora dos indivíduos e grupos sociais, crítica, radical, revolucionária, emancipatória, freiriana? Sem dúvida o Acre sendo a referência nacional e internacional que é, espera-se mais, muito mais do que tem sido desenvolvido na área da educação ambiental no estado.

Essas perguntas estão postas e aguardam respostas das educadoras e educadores ambientais do estado no diálogo com as políticas públicas já postas e em processo, como é o caso da revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Acre, já em seu segundo momento de revisão, o que é extremamente desejável. No entanto sua atualização, encaminhada pelo IMAC por meio da contratação de uma empresa do Paraná, com equipe com pouca experiência em políticas públicas e muito menos em Educação Ambiental, sem nenhum conhecimento da realidade acreana, somente para atender exigências contratuais do financiador externo, é uma forma totalmente equivocada.

A revisão do Programa de Educação Ambiental do estado, obrigatoriamente, deveria passar por uma avaliação e discussão de melhorias, com a comunidade que faz Educação Ambiental no estado, por meio da Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA), espaço de articulação e controle social da sociedade civil, num diálogo com a Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), lócus privilegiado de interlocução do estado com a sociedade, para a definição e implementação participativa da sociedade nas políticas públicas em educação ambiental.

As dissidências e brigas internas dificultam a tradução da diversidade e profundidade das iniciativas e experiências de educação ambiental popular, emancipatória, participativa em política pública, em lei estadual de educação ambiental, em programa estadual de educação ambiental e em efetivas ações de enraizamento, empoderamento, testemunho da educação ambiental popular,

promovida pelo estado em todas as suas esferas, coordenada pela Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), controlada pela Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA) e implementada por Coletivos Educadores e COM-VIDA (ou de outra forma) que promova uma EA com totalidade de forma permanente, continuada e articulada.

O exemplo do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) pode ser ilustrativo da dificuldade de se transformar e capitalizar os avanços em propostas de educação ambiental popular. Ali se constrói e pratica educação ambiental por meio de diversos conceitos e abordagens, mas que coincidem na intenção de construir um outro ser humano, que possa estar mais integrado à natureza e em si mesmo, diferindo em si no caminho e na forma de se construir o processo educacional.

A nova perspectiva da EA abandona os espaços comportamentalistas e inscreve-se na condição mais política, visando à participação, individual e coletiva, na construção de uma sociedade com menos desigualdades e mais cuidados ecológicos. Estará essa nova abordagem crítica presente no cenário amazônico? Como poderemos avaliar tais situações? Como os sujeitos ecológicos estão atuantes nesse ecossistema? Que critérios poderão ser utilizados para a avaliação desse processo?

É assim que vemos e sentimos a educação ambiental e ela quer ser visceralmente revolucionária no sentido de não se basear em conceitos e formas já superados, mas se inscrever no espaço de construção do novo, reconhecendo, entretanto, a importância da trajetória até aqui desenvolvida e a importância dos atores e atrizes que contribuíram nesse processo.

ENRAIZAMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO ACRE

Após a concretização da luta de educadoras e educadores ambientais de todo o país na construção da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em 1999, por meio da Lei n. 9.795, regulamentada somente cinco anos depois, em 2002, por meio do Decreto n. 4.281, que traz em seu bojo a criação do Órgão Gestor desta PNEA, coordenado e dirigido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, respectivamente, por meio da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) e da Coordenação de Educação Ambiental (CGEA), o desafio passa a ser a implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

A busca na construção do sonho de um Brasil mais educador, educando e educado nas questões socioambientais, se põe agora como desafio de todos (as) aqueles (as) que acreditam e trabalham por uma mudança de comportamento da sociedade brasileira no tocante as suas formas de relação com a natureza e com a sociedade.

Foram significativas as mobilizações e participações de atrizes e atores envolvidos com a práxis em educação ambiental, tanto na elaboração da lei quanto do decreto, quando se viu um rico e bonito espaço de articulação e discussões na busca da institucionalização da política de educação ambiental nacional, tendo a Rede Brasileira de Educação Ambiental, com as demais redes articuladas em seu âmbito, liderando um processo que contou com a decisiva participação de pessoas com significativa atuação na comunidade científica.

Essa ação é estruturada como política pública do governo federal, por meio do MMA e sua Diretoria de Educação Ambiental (BRASIL, 2005a) como uma ação do órgão gestor que objetiva potencializar a educação ambiental em todos os cantos do país e contribuir para o empoderamento dos distintos atores e atrizes do campo da EA, devendo ser encarada como uma ação processual e não pontual. Diversas atividades são desenvolvidas junto às unidades da Federação,

a fim de articular e fortalecer entidades, instituições e colegiados que trabalham com educação ambiental, incentivando a organicidade entre as ações, projetos e programas.

Promover essa interação significa criar uma estrutura em rede capaz de fortalecer a ação educativa e possibilitar que ela chegue a todos os brasileiros e brasileiras. O órgão gestor busca trabalhar, nas unidades da Federação, com as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e com a sociedade civil, por intermédio das Redes de Educação Ambiental e as escolas públicas.

No caso específico do estado do Acre as ações buscaram estabelecer diálogos com os educadores e educadoras ambientais locais, na perspectiva da promoção de novos encontros que permitissem a aglutinação de esforços para fortalecer a educação ambiental no estado, consistindo na instauração ou potencialização de articulações entre todos os segmentos que trabalham com a educação ambiental, tendo como horizonte o fomento e a organicidade das atividades por intermédio de várias perspectivas integradas, tais como o intercâmbio de informações, experiências e iniciativas, o estabelecimento de parcerias e articulações institucionais, planejamento participativo do Programa Nacional de Educação Ambiental, fortalecimento da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), consolidação da Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA), bem como o fomento à Política e ao Programa Estadual de Educação Ambiental.

O enraizador é a pessoa-referência para o estado e deve deflagrar o processo e mantê-lo em constante motivação. É desejável que possua algumas qualidades como: capacidade de resolver conflitos e de promover o diálogo, flexibilidade, facilidade de comunicação (presencial, à distância e difusa), conhecimento do estado onde atua (visão político-pedagógica e dados da UF) e engajamento em participar desse processo. Ele precisa estar permanentemente em contato com os pontos focais do estado, buscando acompanhar notícias e realizações de organizações de educação ambiental do estado e atuando como

um facilitador desse processo. O facilitador é aquela pessoa que atua na animação e dinamização das informações, buscando abrir oportunidades para que novas pessoas se insiram ao processo, bem como para que seja estimulado um permanente rodízio de funções e de lideranças.

Portanto, facilitar é descentralizar e fazer circular informações de maneira ágil e numa linguagem acessível aos públicos com os quais se relaciona no estado; relacionar-se fluidamente com pessoas e organizações com diferentes objetivos e funções socioambientais e políticos, evitando tomar partido ou associar a sua imagem institucional a este ou àquele grupo político do estado; saber onde as informações se encontram e como acessá-las rapidamente, sempre que necessário.

No caso do Acre as ações de enraizamento foram marcadas pela oportunidade de diálogo com esferas governamentais federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio do Núcleo de Educação Ambiental (NEA), executor da política ambiental nacional no estado, como preposto do Ministério do Meio Ambiente (MMA); a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); a Caixa Econômica Federal; o Banco do Brasil; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA); instituições estaduais como o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a Procuradoria-Geral do Estado, o Corpo de Bombeiros e órgãos municipais por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), bem como por membros da sociedade civil como Associação Ambiente, Associação Vertente, Prefeituras Municipais de Traumaturgo, Tarauacá, Câmaras Municipais, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco (SEMEIA), Conselho Jovem, SOS Amazônia, Serviço Nacional do Comércio (SENAC), Fundação Bradesco e Centro de Tecnologias Alternativas (CTA).

Uma das estratégias para o enraizamento da educação ambiental no estado foi a opção pela ação presencial. Estar no estado dialogando com as

instituições públicas e privadas, com a sociedade civil organizada e procurando contribuir com o processo bastante dinâmico na área ambiental e também específico na educação ambiental, que palpita no estado.

Para além das ações presenciais a utilização de mecanismos virtuais também foi intensamente utilizada, como a lista da discussão da Rede Acreana de Educação Ambiental (RAEA), uma sala virtual disponibilizada pelo SIBEA e, em especial, a página da educação ambiental no site do MMA, com a disponibilização de informações sobre todo o processo de enraizamento pelo país.

A proposta conceitual do enraizamento da educação em todo o país está expressa no documento “Articular, Fortalecer e Enraizar a Educação Ambiental para um Brasil de Todos”. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental/Ministério da Educação/Coordenação-Geral de Educação Ambiental/Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, e explicita o estabelecimento de processo construído coletivamente na busca da consolidação de uma política local de educação ambiental, com a instauração do diálogo entre as esferas federal, estadual e municipal no planejamento das políticas públicas de educação ambiental, ressaltando a construção democrática do espaço público por meio de mecanismos participativos, envolvendo os segmentos autônomos e organizados da sociedade, de modo descentralizado, representativo e transparente.

Propugna que a dimensão que se pretende enfatizar no atual momento histórico da gestão federal da educação ambiental brasileira é a construção democrática do espaço público destinado à definição e implementação participativa das políticas públicas de educação ambiental.

No contexto democrático espera-se do poder público a condução para a elaboração e aplicação de políticas públicas conforme manifestam as demandas

emanadas pelos grupos organizados na sociedade. Nesse sentido, cabe-lhe não apenas possuir a sensibilidade adequada à escuta atenta dos anseios da sociedade para construir políticas públicas coerentes à realidade social, mas, também, garantir as condições ideais para prover a existência do espaço público coletivo e representativo dos interesses díspares da sociedade, em que converge o exercício da cidadania ativa.

Para tal esforço, que requer uma engenharia institucional demarcada pela necessidade de existência do espaço público destinado à definição participativa das políticas públicas de educação ambiental – e de estruturas coletivas organizadas na sociedade que possam atuar como instâncias representativas das demandas sociais a esse respeito – tanto as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) quanto as Redes de Educação Ambiental necessitam ser mutuamente fortalecidas numa relação dialógica, na perspectiva do estímulo simultâneo à participação e ao controle social.

No estado do Acre esse processo de enraizamento vem sendo articulado por técnicos da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e da Coordenação-Geral de Educação Ambiental do MEC em articulação com instituições, entidades e diversos segmentos da sociedade civil acreana.

Diversas viagens foram feitas ao estado do Acre entre os anos de 2004 e 2006, especificamente à capital Rio Branco, no Alto Acre, aos municípios de Xapuri e Brasiléia, no Juruá, ao município de Cruzeiro do Sul e ao Baixo Purus, no município de Sena Madureira, para realizar reuniões e seminários. Foram feitas quatro visitas ao estado no ano de 2004, três no ano de 2005 e duas no primeiro semestre de 2006, buscando a aproximação entre as três esferas do poder público e a sociedade civil organizada.

Trabalhou-se a revisão do decreto de criação da COMEEA e seu regimento interno buscando fortalecer valores como paridade, pluralidade das

representações, transversalidade e horizontalidade, enraizamento coordenado das ações, projetos e políticas de EA no estado, estruturação de um órgão gestor estadual, composto por representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Educação, mapeamento da situação da COMEEA e da RAEA.

O Programa de Educação Ambiental para o Estado do Acre, institucionalizado pelo governo do estado em 1996, contou com a participação de representantes de diversas instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada, como IMAC, IBAMA, SEC, SEMEIAM, UFAC/PESACRE, SOS Amazônia, FUNTAC, CTA, EMBRAPA, SANACRE, SIC, tendo sido feita uma revisão do mesmo em 2001. O programa estadual de EA está novamente em processo de revisão para atender o contrato firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Na segunda fase do programa de enraizamento, iniciado em 2005, buscou-se apoiar a continuidade das discussões sobre política e programa estadual de educação ambiental, incentivando a construção participativa da política estadual de educação ambiental, ainda inexistente no estado, a melhoria da estrutura da COMEEA por meio da revisão de seu decreto de criação, bem como de seu regimento interno e a implementação do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas – Formação I e II e a criação de uma sala virtual no SIBEA.

No ano de 2005 as ações buscaram conhecer o estado da arte da EA no estado e nos municípios, fortalecer o enraizamento da EA, chegar aos municípios por meio da COMEEA e da RAEA, buscando o fortalecimento dessas articulações, apoiando a discussão de revisão de decretos e regimentos internos da COMEEA, a discussão e avaliação do Programa Estadual de Educação Ambiental, promovendo o diálogo deste com o ProNEA, apoiando a criação da Política Estadual de Educação Ambiental, promovendo o diálogo desta com a PNEA, apoiando e incentivando o diálogo entre o estado e os municípios, apoiando e incentivando o diálogo entre as diversas instâncias do poder público

(incluindo o órgão gestor) e a sociedade, ampliando a participação desta última na formulação e implementação de políticas públicas no estado, apoiando e incentivando a organicidade entre as ações, projetos e programas de educação ambiental, contribuindo para a potencialização dos distintos atores e atrizes do campo da EA, mapeando a situação da educação ambiental no estado e disponibilizando esses dados pelo SIBEA e outros meios.

Com o lançamento do Edital n. 05/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para pequenos projetos de EA, destinado à fundos socioambientais estaduais, em julho de 2005, foi condicionada a participação das comissões estaduais de educação ambiental e das redes como parceiras dos fundos, a fim de promover o fortalecimento institucional. Estabeleceu-se um processo de discussão sobre a viabilidade e condições reais de participação das instituições locais, não sendo possível concretizar essa articulação por falta de condições do estado de aportar às exigências contidas no edital.

O enraizamento da Educação Ambiental no estado do Acre em fase de avaliação demonstra avanços e dificuldades principalmente no âmbito da COMEEA, como podemos aferir do depoimento da coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) do IBAMA no Acre:

“...avançou enquanto conhecimento de seu papel, ainda tem que avançar mais, mas estamos aprendendo muito, avançou para um grupo que continuou participando, nós temos uma comissão que nas duas ultimas reuniões participam umas cinco ou seis instituições... temos diversas coisas a serem feitas, temos que continuar a discussão do decreto de criação da COMEEA, além de outras discussões que a gente vem acompanhando... para essas pessoas avançou esse conhecimento, enquanto pessoa avançou esse conhecimento, antes a COMEEA reunia muita gente para fazer coisas que não era de sua competência, que não era o que tinha que fazer, hoje quando ela começa a fazer o que é de sua competência, tem poucas pessoas participando, então a gente tem que ver onde está o nó ai... é preciso reconquistar, ir para dentro da instituição...

esse diagnostico temos ainda que fazer de forma mais acurada, ainda não enfrentamos esse problema efetivamente... a participação diminuiu mas quem está participando aumentou o reconhecimento do papel da COMEEA.”¹⁸

Temos portanto colocado um grande desafio para a consolidação das políticas públicas locais em educação ambiental, percebendo que a discussão e desafio estão postos, há um fervilhas de ações em processo, mas que precisa ser apropriado efetivamente pela sociedade local, mas com possibilidades reais de consolidação, tendo como uma das ações estruturante a articulação do Coletivo Educador Samaúma, programa de educação ambiental que articula os municípios do Baixo Acre e Purus.

“Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA). O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto, visando a sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.” (BRASIL, 2005b)

Um primeiro processo de avaliação de projetos em educação ambiental (SATO, Michèle & TAMAIO, Irineu & MEDEIROS, Heitor, 2002) identifica que no campo político o estado do Acre prenuncia um espaço politicamente fértil para o

¹⁸ Entrevista com Cláudia Conceição Cunha, analista ambiental do IBAMA/AC e coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) gravada em Rio Branco, no dia 10 de fevereiro de 2006, em gravador Powerpack Digital Player DVR-SD3850.

fortalecimento do campo da EA, em decorrência do movimento histórico dos seringueiros e das ONGs, na luta pelas áreas extrativistas. A conjuntura política acreana, portanto, propicia inúmeras possibilidades de implementação de projetos gerenciados em parceria com o governo do estado. Sob a égide do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) foi criado, com a coordenação do Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC), o Fórum Estadual de Educação Ambiental, reunindo representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal, com o objetivo de definir diretrizes e estimular a implementação da EA.

Há um cenário rico de experiências educativas não-governamentais que devem ser observadas em função da concepção metodológica, embora muitas vezes a EA surja como um objetivo secundário. A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) e a SOS Amazônia desenvolvem atividades diretamente relacionadas à EA com planejamento, monitoramento, avaliação, produção de materiais didáticos e formação de profissionais. Suas experiências têm potencial para inspirar a elaboração de políticas públicas de educação e, especificamente, da EA na Amazônia e no Brasil como um todo.

O governo está assumindo projetos antes implementados em escalas reduzidas e com recursos limitados, tecendo parcerias com as entidades responsáveis pelas propostas que vão receber recursos públicos e infra-estrutura para amplificá-las. Empoderar e formar novos profissionais, captar verbas para os projetos e enfrentar as amazônicas distâncias no interior do estado são desafios que o governo acreano precisa vencer para implementar seus programas e assegurar a continuidade das ações como políticas públicas, dentro de seu modelo mais amplo de incremento estadual.

A EA tem no Acre condição bastante favorável para o seu pleno desenvolvimento como política pública formulada e implementada pelo estado conjuntamente com a sociedade civil. Nutrido pelo acúmulo de experiência social

de sindicatos, movimentos sociais e ONGs, o novo governo abre a possibilidade de implementar como políticas públicas iniciativas antes restritas em espaço, tempo e abrangência, limitações impostas pela disponibilidade de recursos financeiros e humanos e inexistência de interesse político por parte do poder público.

ALGUMAS INSTITUIÇÕES ATRIZES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ACREANA

Diversas experiências em educação ambiental são desenvolvidas no estado do Acre e algumas delas são extremamente bem-sucedidas, conforme o mapeamento da EA nos estados amazônicos (SATO et al., 2002) que, com algumas atualizações, são apresentadas a seguir.

Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

No âmbito das escolas, professoras e professores estão sendo formados em cursos ministrados nos municípios com o apoio das prefeituras, universidades e ONGs, e trabalham com o tema das queimadas nas disciplinas por meio do “Projeto Respirar”. Um *kit* com textos e sugestões metodológicas integra os cursos. Outro programa consiste na geração de renda vinculada à venda de papel reciclado na periferia de Rio Branco. Em 1999, o Projeto Respirar envolveu produtores rurais dos municípios de Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira, Porto Acre, Bujari e Plácido de Castro. Seis seminários participativos com o objetivo de discutir técnicas alternativas de substituição do uso do fogo, além de informações sobre a legislação ambiental e procedimentos de licenciamento ambiental para as queimadas. Duas grandes metas configuram-se para as políticas públicas: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e a reformulação de programas que fortaleçam as políticas públicas, principalmente com cursos de formação que potencializem os técnicos e as populações, buscando o planejamento participativo.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) acreano busca decidir, em conjunto, sobre os locais mais adequados para cada tipo de iniciativa – assentamentos, cidades, reservas, aldeias, estradas, pesca, turismo, comércio, indústria ou qualquer outra atividade do estado. É um conjunto de informações para estimular a ocupação do espaço com cuidados ecológicos.

Foi lançado o resumo educativo sobre o ZEE (SORRENTINO, 2001b) que traz uma visão educativa sobre o processo, auxiliando o planejamento espacial e social com compromisso e responsabilidade. Apesar de ser avançado no sentido de haver a preocupação de produzirem-se materiais didáticos e de haver algum envolvimento da população no início da sua elaboração, esse processo não se estrutura efetivamente.

A Coordenadoria de Educação Ambiental é responsável, no âmbito do PGAI, pela difusão da temática ambiental como um meio para viabilizar o entendimento e a participação ativa da sociedade no processo de definição da política ambiental no estado do Acre.

O IMAC é o responsável pela coordenação da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA) desde a sua instituição, em 2001, com o enfoque inicial voltado mais para a organização coletiva das datas comemorativas, como as semanas do meio ambiente, do que para a discussão do papel institucional, redefinindo a sua ação na busca de efetivamente se consolidar como um espaço de controle social na definição e implementação de políticas públicas em educação ambiental, nem sempre valorizada como tal.

Na revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental, no início de 2006, para atender exigências contratuais com o BID, definiu-se pela contratação, por licitação pública, de uma empresa do Paraná para produzir a revisão do programa. Empresa esta sem expressividade e experiência em se tratando de políticas públicas em educação ambiental, além de inexperiência da equipe

contratada, que não considerou a COMEEA como o lócus mais habilitado para a articulação de revisão do programa, tendo em vista que dela faziam parte instituições públicas e da sociedade civil os atuantes em educação ambiental no estado. Nos dois últimos anos essa comissão vem procurando fazer uma reflexão e redefinição de seu papel nas políticas públicas de EA no estado.

Universidade Federal do Acre – UFAC

A UFAC tem desenvolvido diversas pesquisas em EA, principalmente em nível de iniciação científica, além do oferecimento de cursos de especialização e extensão. O departamento de antropologia focaliza suas atenções aos grupos indígenas e há diversos outros em desenvolvimento. O maior destaque é o Parque Zoológico (PZ), que se localiza a 7 km do centro urbano da cidade de Rio Branco. Ele se constitui em um laboratório ideal para estudos de recuperação ambiental, bem como em um refúgio para pequenos animais e abrigo para plantas, por ser a maior área verde no perímetro urbano. É uma iniciativa multidisciplinar que desenvolve pesquisas no campo dos recursos naturais, apoio didático, extensão nas escolas de ensino fundamental e médio e apoio a pequenos produtores rurais do estado.

Quatro projetos foram identificados no PZ: “Visitas orientadas em trilhas interpretativas”; “Difusão de conhecimentos/capacitação de professores”; “Educação agroflorestal para uma mudança no uso da terra com bases sustentáveis”; “Projeto saúde ambiental” e projeto “Estruturação da Rede Acreana de Educação Ambiental”. Os projetos pautam-se em três grandes pilares: biodiversidade, ecologia e manejo de ecossistemas e EA. As metas são variadas neste universo – valoração dos recursos; estudos sobre a ecologia das espécies com potencial de uso e de produtos; potencialização da sustentabilidade do extrativismo e da produção; desenvolvimento de tecnologias apropriadas para processamento; criação e expansão do mercado e a comercialização de produtos florestais –, na tentativa de garantir a interação entre a educação, o desenvolvimento econômico e os mecanismos de manutenção dos processos ecológicos da região.

O “Projeto Criação e Estruturação da Rede Acreana de Educação Ambiental” facilita a comunicação entre os educadores ambientais e destes com a comunidade em geral, dada a dificuldade de acesso a vários municípios, as grandes distâncias e a prioridade da região para a conservação.

Uma experiência extremamente importante que tem a UFAC como articuladora no estado é a Universidade da Floresta, já em processo inicial de suas atividades no Vale do Juruá, município de Cruzeiro do Sul, proposta por organizações sociais dos povos da floresta, que vem sendo discutida intensamente no âmbito das instituições envolvidas e que pode ser uma proposta totalmente inovadora do ponto de vista da valorização dos saberes dos povos da floresta.

SOS Amazônia

A ONG mais antiga e reconhecida no Acre talvez seja a SOS Amazônia, cujos projetos voltam-se para a conservação dos ecossistemas e a preservação das espécies, além do Zoneamento Econômico-Ecológico. No âmbito da EA, existe o projeto “Arco-Íris” e o “Acre 2000”, ancorados no planejamento participativo, em cada escola, pela inserção da temática ambiental no ensino fundamental e a formação de professores, possibilitando uma nova percepção ambiental aos estudantes. Concomitantemente aos planejamentos bimestrais, as propostas oferecem oficinas de alimentação alternativa, reciclagem de papel e compostagem. Apesar da reciclagem ser uma das práticas em EA mais populares entre as escolas, os professores ainda apresentam um grau elevado de dificuldade para trabalhar a relação da afetividade com os conteúdos das disciplinas.

O projeto “Acre 2000” ancora-se na política de formação continuada de professores e técnicas administrativas, além dos estudantes do ensino fundamental. O projeto adapta-se no cotidiano da escola, facilitando a informação

na área ambiental e sua metodologia localiza-se na pesquisa/ação como a principal estratégia para promover a formação de professores e implementar a EA com um olhar mais crítico.

Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC

A originalidade dessa proposta de educação indígena alicerça-se numa experiência de autoria da própria comunidade indígena acreana, que tem como principal objetivo a formação de docentes indígenas. Com a produção de textos e ilustrações nos cursos, a proposta enfatiza o papel social e cultural da comunidade escolar, especialmente o trabalho social de professores em seu efeito multiplicador. Atualizando o debate sobre a diversidade de etnias, valores e línguas, aprofunda a importância do saber indígena entre as sociedades.

O “Projeto de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas” tem como finalidade preparar índios de cinco nações – Ashaninca, Katukina, Kaxinawá, Machineri e Jaminauá, para estimular suas comunidades a introduzir alternativas econômicas, como os SAFs (Sistemas Agroflorestais), compatíveis com a conservação dos recursos naturais. O projeto acontece em três frentes: os cursos anuais no Centro de Formação dos Povos da Floresta em Rio Branco, capital do estado, a produção de material didático e as viagens de assessoria de consultores e técnicos da CPI-AC. A EA transcorre várias abordagens como nas aulas de artes e ofícios, ecologia, história, cartografia, manejo de palha para a cobertura de casas, tecnologias alternativas e técnicas de implantação e manejo de SAFs. Nos cursos anuais, as índias produzem textos bilíngües e desenhos utilizados na elaboração de livros didáticos que subsidiam o currículo das escolas indígenas na sua discussão sobre temas ambientais. A comunidade indígena acaricia a EA dentro dos sentidos ideários e sociais, fazendo emergir o sentido crítico da etnia e da cultura local.

Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA

A cidade de Xapuri é um dos pontos estratégicos na Amazônia para a realização de projetos na área ambiental, em função da história de luta dos seringueiros. As organizações dos extrativistas (sindicatos, cooperativas e associações) desempenham papel fundamental na implementação das reservas e assentamentos extrativistas, reunindo as populações locais para discutir planos de utilização da mata, reivindicações de benfeitorias sociais e viárias, introdução de experimentos como o cultivo da pupunha, a coleta do óleo de copaíba ou o cultivo da pimenta-longa para a extração do safrol, entre outras atividades.

A expressão “educação ambiental” pode ser algo não incorporado no cotidiano das atividades de órgãos públicos municipais, cooperativas, sindicatos e associações dos seringueiros, mas sua significação se insere nas variadas dimensões do processo de organização e mobilização da sociedade local para conciliar o desenvolvimento com a preservação da floresta. Como exemplos, apontamos os planos de utilização elaborados pelos seringueiros no PAE (Projeto de Assentamento Extrativista) do seringal Cachoeira e na Reserva Extrativista Chico Mendes, que estabelecem regras de controle da caça, da pesca e da exploração da mata, e o próprio seminário sobre queimadas, realizado dentro do Programa Respirar.

O “Projeto Seringueiro” é um programa que vem sendo realizado desde 1981, com o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica compatível com a realidade social e cultural das populações que vivem na floresta. A proposta começou a ser desenvolvida conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com a finalidade de mobilizar a sociedade civil e o estado para levar escolas ao interior da floresta. Chico Mendes foi uma das pessoas que conceberam o projeto e o iniciou na década de 1980.

Nos últimos anos, tem-se concentrado maior esforço na sistematização de uma proposta de formação de “professores leigos” – que são escolhidos pelas comunidades onde irão trabalhar – e na elaboração de materiais didáticos

adequados para a realidade das populações extrativistas. Por meio de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Xapuri, o Projeto Seringueiro foi transformado em referência para o ensino fundamental da cidade. Segundo a equipe, a proposta pedagógica diferenciada para os povos da floresta é um instrumento importante para evitar a repetência e a evasão escolar.

O meio ambiente é tratado no conjunto de temáticas do programa de professores. No início do projeto, havia uma grande ênfase sobre a natureza, em especial a biodiversidade, a água ou a floresta. O enfoque tomou outros rumos quando a equipe e os professores perceberam a necessidade de uma visão mais sistêmica e política do processo ambiental. Com o projeto diminuiu a evasão escolar, além de ampliar os cursos em diversas localidades, assegurando que mais professores participassem da formação continuada. “A educação ambiental não vem polarizada numa dada linha, mas vem por dentro da tessitura – da trama urdida que visa à formação da cidadania”, diz Djalcir Pingo, um dos responsáveis pela excelência da proposta. A presença da avaliação formativa e uma riquíssima abordagem em Vygostky consolidam o projeto como uma das mais belas da região amazônica, talvez do Brasil.

Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE

O PESACRE é um grupo multidisciplinar e não-governamental criado com o objetivo de estudar aspectos ecológicos, sociais e econômicos da exploração da floresta e também dos sistemas agroflorestais e agrícolas de colonos, índios e seringueiros. O PESACRE tenta viabilizar projetos de SAFs e ecoturismo a partir de um processo participativo que envolve a organização comunitária dos seringueiros. O objetivo é melhorar a qualidade da alimentação das famílias extrativistas e gerar uma fonte alternativa de renda. A interação na comunidade é obtida não apenas com conceitos científicos, mas também com consideração da técnica, do saber que emerge dos moradores, além dos valores subjetivos e afetivos necessários ao processo da aprendizagem.

Associação Vertente

Uma experiência exemplar de educação ambiental e de inclusão social é a experiência da Associação Vertente, uma ONG que desenvolve trabalho com jovens por meio do “Projeto Som da Floresta”, que teve início com o trabalho da artista Doroti Marques, conhecida por sua trajetória de ações na área cultural e ambiental, em 2001 e 2002, sendo que essas informações foram registradas por entrevista gravada com uma das diretoras da ONG, Célia Pedrina e de seu testemunho gravado no V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em novembro de 2004, em Goiânia/GO.

Essa experiência em parceria com a Secretaria de Estado de Educação – que há três anos ajuda crianças a compreender o mundo em que vivem e a necessidade de preservar a floresta e de se reconhecer como cidadãos, capazes de transformar a realidade pela música –, traduz-se na fabricação de instrumentos para percussão com produtos da floresta, o trabalho de estudo e apresentação de espetáculos de percussão e canto, além da capoeira, que veio a se transformar em um ponto de cultura em Rio Branco, junto ao Ministério da Cultura.

Outra das ações desenvolvidas pela Vertente é o projeto oficina de informática ambiental, que surgiu de uma proposta inovadora de fazer inclusão digital enfocando o meio ambiente. Tudo começou com oito computadores doados pela ONG Moradia e Cidadania, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, e uma sala cedida pela Paróquia Cristo Libertador, no Bairro Sobral, que dá formação por meio da Escola de Informática Ambiental, denominada “Palavras Verdes”. Com a proposta de aprofundar o debate sobre a acreeuidade e o meio ambiente, foram selecionados e capacitados seis jovens para atuarem como “Agitadores Ambientais” em escolas e comunidades.

Esses jovens atuaram em trabalho de educação ambiental em parceria com os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco

(SEMEIA), tendo como objetivo trabalhar junto aos parques ambientais e igarapés, para sensibilizar as comunidades para a manutenção e a preservação do ambiente como uma prática de educação ambiental emancipatória e construtiva junto à comunidade.

IBAMA /Acre – Núcleo de Educação Ambiental

O IBAMA, por meio do Núcleo de Educação Ambiental (NEA), tem tido importante atuação no processo de enraizamento da educação ambiental no estado do Acre. Ele é um dos maiores articuladores da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), bem como da Rede Acreana de Educação Ambiental, tendo sido um dos parceiros em seu projeto de implantação, junto ao FNMA, cumprindo um papel permanente dessa articulação horizontal no âmbito da EA no estado do Acre.

O NEA tem desenvolvido também ações educativas no âmbito das unidades de conservação federais existentes no estado, principalmente no trabalho com populações tradicionais e extrativistas, além de produzir de forma quase que permanente um programa de rádio, em AM, com grande penetração na zona rural, caracterizando-se como um ótimo veículo para a educação de massa e a distância, além de efetivo veículo de comunicação entre as populações que estão mais distantes na floresta.

Secretaria de Estado de Educação – SEDUC

Uma equipe multidisciplinar foi responsável pela implementação dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além de fazer parte de outros programas em nível local. Há várias iniciativas, mas a maioria segue orientações propostas pelos Ministérios da Educação ou do Meio Ambiente. O “Projeto Eco da Arte” tem como objetivos: apoiar as atividades de EA com oficinas de reciclagem de papel e produção de artesanato; propiciar a melhoria da qualidade do papel reciclado; identificar mercado interno e externo para produtos de papel reciclado; promover intercâmbio de experiências bem-

sucedidas dentro e fora do estado; fomentar e incentivar a utilização dos produtos produzidos pelo projeto; gerar renda; incentivar a redução, reutilização e reciclagem de papel no IMAC, SEDUC e Secretaria de Cidadania, Trabalho e Assistência Social. Os materiais produzidos são pastas para eventos, sacolas, agendas, certificados, embalagens, entre outros. Com a amortização das equipes de EA nas SEDUCs, o estado do Acre ainda continua sendo um exemplo nacional, cuja equipe técnica continua resistindo e é bastante comprometida para fortalecer a EA escolarizada.

Desde 2003, a SEDUC, a partir da indução da CGEA/MEC, passa a implementar o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, que busca construir um processo permanente de educação ambiental na escola e na comunidade. O MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, Diretoria de Educação para a Cidadania e a Diversidade e a Coordenação-Geral de Educação Ambiental – CGEA, desenvolveu, a partir de 2004, uma série de ações de aprofundamento dos debates iniciados nas conferências das escolas, tendo esse processo se estabelecido com grande ênfase nas escolas no Acre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mantendo a convicção de que o Acre é um estado educador ambiental mais pelas virtudes das lutas e comportamentos de seu povo – que não se verga diante da opressão e reivindica e exige qualidade e respeito a todos, como a conquista de um governo que está construindo escolas na floresta, cunhando o conceito de florestania – do que pela diferenciação da EA que faz, não deixa nada a desejar ao comum da EA que é feita em todo o Brasil, mas precisa ganhar a sua marca de uma EA Acreana Popular, condizente com o estado do Acre educador ambiental.

Um estado educador ambiental (popular) onde as(os) educadoras(es) ainda não descobriram como transformar essa riqueza de iniciativas e ações em políticas públicas que as fortaleçam. As dissidências e brigas intestinas dificultam a tradução da diversidade e profundidade das iniciativas e experiências de educação popular e EA popular e ambientalistas e sindicais, emancipatórias, críticas e participativas, em política pública, em lei estadual de EA, em programa estadual de EA, em sistema estadual de EA, em efetivas ações de empoderamento dos atores locais, de enraizamento para todos os pedaços/territórios/setores do estado, em testemunho cotidiano promovido pelo estado em todas as suas esferas, coordenado pela CIEA, controlado pela Rede e implementado por Coletivos Educadores e Com-Vidas, ou por qualquer outra forma de organização de base que promova o enraizamento, a continuidade, a permanência, a articulação dos processos de EA junto à totalidade da base populacional a qual se destina.

O legado da modernidade nos trouxe o mito da ciência, fazendo com que a lógica aristotélica acabasse prevalecendo. É verdade que no mundo existem certas necessidades de índole técnica, que, certamente, encontram ressonâncias nas ciências naturais. Entretanto, também apresenta interesses distintos da condição social, por meio da pertinência de uma cultura. Chico Mendes, por exemplo, foi brutalmente chacinado em função da sua proposta de uso da terra. Seu legado revelou que é impossível divorciar a ecologia da luta social. A derrubada das árvores e a extinção das espécies podem representar potencial científico de análise, mas a catástrofe social estabelecida não pode ser cega ante o compromisso político de uma nação. Assim, não existe uma única forma de explicação do Universo e seus componentes, mas uma multiplicidade de expressões válidas orientadas pela história humana. O pedestal criado para as ciências, portanto, não é de origem epistemológica (HABERMAS, 1983), senão de uma plataforma política elitizante dos jogos de poder (SATO, 2001, p. 31).

Paradoxalmente, o desenvolvimento do raciocínio empírico e técnico jamais anulou o conhecimento simbólico e poético. “Somos híbridos que vivemos à temperatura da nossa combustão, da nossa destruição” (MORIN, 1998, p. 249). Somos espécies, somos múltiplos. Mas também somos unidades. Assim, é

preciso reivindicar às ciências, no plural, que reconheçam outras verdades, mesmo correndo o risco das incertezas e das ilusões (PRIGOGINE, 1996; MORIN, 2000). O inesperado da imagem, o ritmo do pensamento e a cadência de erros e acertos nos apontam que é hora de reivindicar espaços contra a precisão e a limpidez (SATO et al., 2001). Necessitamos, assim, buscar estratégias que não se limitem a situações simplificadas, mas que nos ponham diante da complexidade do mundo. Necessitamos de um conhecimento que “permita que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza” (PRIGOGINE, 1996, p. 14).

Um dos caminhos apontados para vencer este dilema circunscreve-se na EA. A cidadania configura-se como um de seus grandes desafios, trazendo a indissociabilidade entre a cultura e a natureza. Mas o acelerado desenvolvimento vem eliminando as espécies e trazendo a pobreza à região amazônica. Alguns trabalhos de estudantes da Universidade Federal do Acre (UFAC) revelam que a percepção dos habitantes traz uma “infinitude” florestal (SATO, TAMAIO & MEDEIROS, 2001), reivindicando mais áreas para o desmatamento das indústrias madeireiras, coincidentes com os estudos de (SÁ E VELÁSQUEZ, 2001), sobre as representações do empresariado da região, em antagonismo com o mito de que a Amazônia representa um símbolo eterno da biodiversidade mundial. Configuram-se, assim, conflitos e valores quanto à biodiversidade: é um estoque de vida ou um valor econômico de países periféricos?

A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Os países centrais, detentores de tecnologia, pressionam os países periféricos, detentores da biodiversidade, a preservá-lo segundo padrões cujas bases não estão claramente definidas (BECKER, 2001, p. 97).

O respeito à autonomia local e a valorização da região acreana devem também repousar no valor da biodiversidade, desde que suas culturas mantenham-se conectadas ao sistema natural. As reservas extrativistas são uma

conquista da sociedade muitas vezes em forma de cooperativas com direção ao comércio da borracha e da castanha.

Assim como a grandeza da biodiversidade ou do potencial hídrico da região, outras dimensões ressaltam aos olhos, favorecendo com que a EA seja capaz de rever, avaliar e aprimorar as políticas de cada local, aqui, em especial ao estado do Acre, caracterizado pelo símbolo e mito amazônico, mas com grandes dilemas sociais.

O estado do Acre apresenta um franco movimento em seus espaços e contextos econômicos, sociais, culturais e naturais. Uma aceitação do modelo global poderia afetar esse dinamismo perdendo a riqueza regional que garante a multidimensionalidade do estado. Nesse sentido, a maior preocupação é conseguir identificar diversas metodologias em EA que possam ser convergidas no fortalecimento de suas políticas públicas.

O trabalho de educação ambiental no Acre defronta-se com o desafio de assumir de forma inequívoca sua dimensão política e podemos dizer, transformadoras, na medida que para alcançar os resultados esperados de participação cidadã nos processos definidos como "resultados", necessitam despir-se de qualquer conotação "bancária" e autoritária, estabelecendo com as comunidades locais uma ação dialógica, de aprendizagem, de troca, de elaboração participativa do conhecimento, de reconhecimento das suas necessidades, dos seus valores, de suas expectativas, não como marcos limitadores das transformações necessárias para a construção de uma sociedade sustentável, mas como um ponto de partida.

"Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações

com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada da realidade na qual e com a qual estão" (Paulo Freire, 1975, . 32).

O resultado final da soma das ações governamentais em curso no Acre almeja a experiência social, econômica, cultural e política do desenvolvimento sustentável, experiência só realizável quando a sociedade evolui coletivamente, num processo de educação participativa e contínua. Não há como "implantar" o desenvolvimento sustentável, ele é uma construção social e as políticas públicas são instrumentais e estratégicas no processo, mas o estado e seus técnicos não são os principais atores. Na verdade dividem a cena histórica com os diversos e conflitantes atores sociais de seu tempo/espço. Dessa forma, a proposição do desenvolvimento sustentável só encontra coerência numa proposta participativa de trabalho.

Por outro lado, a experiência nos mostra que a participação só é cidadã se os atores sociais envolvidos num processo ou em dada situação estão numa condição equilibrada de conhecimento e de domínio das regras e regulamentos que regem e alimentam esses processos. Para que isso efetivamente aconteça nos projetos é necessário:

"gerar espaços para a discussão/reflexão para alcançar maior nível de organização e consciência dos participantes. Possibilitar o acesso das comunidades aos recursos necessários para alcançar os objetivos específicos, determinados por elas mesmas, oferecendo também os correspondentes apoios (material, jurídico, técnico ou estratégico) às iniciativas geradas pelo conjunto de participantes. Detectar fatores exógenos negativos fora do controle das comunidades, procurando aumentar o nível de consciência dos participantes e criar ou reforçar formas organizacionais que diminuam o efeito negativo desses fatores. Apoiar as organizações de base existentes ou facilitar a formação, onde ainda não existam, visando ao conhecimento e/ou tecnologias que, não pertencendo a sua própria cultura contribuam para o alcance de objetivos propostos

pela comunidade. Favorecer o intercâmbio e a difusão de experiências. Servir de elo entre as autoridades locais e as fontes de financiamento ou cooperação técnica para apoiar iniciativas comunitárias. Gerar espaços de participação que, ao fortalecer os níveis gerais de organização e consciência possibilitem o desenvolvimento de organização em outras áreas distintas às do projeto” (IPEA, 1990, p. 46-47).

Deve preceder e sustentar essas ações um processo de educação popular que permita, por parte das comunidades, a apropriação dos conhecimentos e técnicas necessários para a análise crítica da realidade contextual em que se situam e atuam e das propostas de regulamentação trazidas pelo sistema governamental. Há que haver investimentos não só de recursos financeiros, mas de tempo e vontade política.

A construção de condições para a participação pode ser fortalecida pela alocação de recursos financeiros que facilitem a participação das organizações populares, possibilitando a contratação de consultores independentes e de assessorias jurídicas, bem como atividades de comunicação e transporte e atividades de rotina administrativa das organizações. Assim, a participação poderá ser mais propositiva e democrática, representando um avanço na organização social e possibilitando a consolidação da sustentabilidade. Essa não pode ser entendida apenas no seu âmbito econômico do uso racional dos recursos naturais, mas deverá ser inclusiva de uma perspectiva de sustentabilidade cultural dos valores que visem à promoção da vida.

Nessas escolhas se revelará a importância cada vez maior que a questão ambiental, nesse caso, a Floresta Amazônica, terá sobre a posição do Brasil no mundo. Essa importância é material, física, econômica, pois as riquezas ali guardadas representam uma reserva significativa de tudo aquilo que o mundo inteiro necessitará. Um grande tesouro em três reinos – mineral, vegetal e animal – a serviço da manutenção de uma relativa estabilidade do planeta, ameaçado diante do risco do desaparecimento da floresta. Mas é também uma importância

simbólica, um tesouro do reino humano, tanto pela sabedoria ancestral de povos que habitam a floresta quanto pelo significado que ela tem para toda a humanidade. A Amazônia é a fronteira da civilização. Representa os limites da possibilidade de domínio total sobre a natureza, justamente porque, gigantesca e delicada, nos alerta para o desastre que o não-reconhecimento desse limite pode provocar. Pensar na contribuição que a floresta pode dar ao futuro é, antes de tudo, garantir que haja realmente um futuro (SILVA, 2001).

Podemos afirmar, sem dúvida, que o estado do Acre é um referencial na área ambiental no Brasil e com dimensão internacional. Isso se deve a todo um contexto histórico que vai culminar com o movimento dos povos da floresta, portanto, podemos abstrair que o Acre se configura como um estado educador ambiental.

Com certeza o Acre ocupa no ideário nacional uma condição de estado em que pulsa a cidadania socioambientalista, em que se trava o enfrentamento mais radical e eficiente das lutas vistas no ecologismo brasileiro – que são as lutas dos povos da floresta, índios e seringueiros, inimigos históricos desde os meados do século XIX – que por meio da sabedoria e do carisma de um líder, chamado Chico Mendes, estabelecem o inteligente pacto entre índios e seringueiros, em busca de sua própria sobrevivência. É por meio da luta que se constrói a consciência de que a manutenção da floresta amazônica, em pé, com estratégia de manejo e conceito de não-propriedade privada, nos moldes das reservas extrativistas, seja, sem dúvida, o caminho e a proposta de política ambiental mais inteligente e viável para toda a Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha. Amazônia: construindo conceito e a conservação da biodiversidade na prática. In.: GARAY, I. & DIAS, B. 9orgs.) **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de**

novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 92-101.

BRASIL. Câmara Federal. **Lei n. 9795/99** – Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação/Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável.** Carlos Rodrigues Brandão. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação/Coordenação-Geral de Educação Ambiental/Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Articular, fortalecer e enraizar a Educação Ambiental para um Brasil de todos.** Brasília, 2005a

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. **Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis.** Brasília: DEA/MMA, 2005b

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental. **Programa de Nacional de Formação de Educadores(as) Ambientais.** Brasília: DEA/MMA, 2005c

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

HABERMAS, M. **A memória coletiva.** São Paulo, 1983

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo.** Brasília, IBGE, 2000

IPEA. **Fundamentos conceituais e metodológicos da educação e participação em saneamento rural.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. p. 77, 1990.

MEDEIROS, Heitor & SATO, Michèle, Amaral, Vivianne. **Educação Ambiental nos resultados do Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI – Fase II / SPRN/PPG-7.** Rio Branco, 2001 (Relatório de Consultoria).

SATO, Michèle. Biorregionalismo: A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antônio (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, p. 37-46, 2005.

_____. Debatendo os desafios da educação ambiental. In: **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande: FURG, R14-R33p. 2001. <http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea/index.htm>.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; DEPRESBÍTERIS, Lea; MEDEIROS, Heitor; SORRENTINO, Marcos. Rede de Educação Ambiental – um desejo Amazônico. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (Orgs.) **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, p.569-593, 2001.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; MEDEIROS, Heitor. **Reflexos das cores amazônicas no mosaico da educação ambiental**. Brasília: WWF-Brasil, 2002.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco: Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002, p. 29, 2002.

SORRENTINO, Marcos (Coord.). **Guia para uso da terra acreana com sabedoria: Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Brasília: WWF-Brasil, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÉPOCA DE MUDANÇAS OU NA MUDANÇA DE UMA ÉPOCA¹⁹

Heitor Queiroz de Medeiros²⁰ & Michèle Sato²¹

RESUMO

Na transformação social de uma era marcada pela desigualdade, a educação ambiental vem sendo a esperança à sustentabilidade planetária. A proposta de um cardápio em educação ambiental vem reforçar a possibilidade de construção do conhecimento a partir do diálogo e da contextualização, dando oportunidade de escolhas ao educando, trazendo motivação e possibilitando-o saborear com prazer o seu processo de aprendizagem. O Acre é o lugar onde intensas lutas foram travadas para garantir a vida dos povos da floresta, os quais têm uma cultura própria e conhecimento profundo do ambiente onde vivem, contra a hegemonia de um paradigma dominante, de uma sociedade hegemônica e excludente. Os indígenas, seringueiros e ribeirinhos, organizados e mobilizados por uma causa de vida ou morte, têm muito que ensinar à sociedade, gerando repercussões amplas no sentido de transformação de formas de pensar e agir. Conhecendo a história de seu povo e o seu rico ambiente, é possível se pensar um cardápio próprio para ser desenvolvido no Acre. Algumas iniciativas bastante interessantes vêm sendo desenvolvidas no estado no sentido da busca de uma convivência harmônica entre gente e natureza, valorizando os conhecimentos e as trajetórias de vida, numa perspectiva de envolver o educando para protagonizar o seu processo de aprendizagem, na tentativa de emancipação e mudança/fortalecimento de uma concepção de relação entre pessoas e com o ambiente, que poderá contribuir para um futuro mais promissor.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Povos da Floresta, Sustentabilidade.

¹⁹ Este artigo contou com a colaboração de Fabiana Peneireiro. Engenheira Agrônoma, MSc em Ciências Florestais pela ESALQ/USP

²⁰ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Técnico da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

²¹ Profa. Dra. Docente no Instituto de Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e no Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ABSTRACT

In the social transformation marked by the inequality, the environmental education has been the hope to Earth sustainability. The menu proposal in environmental education comes to reinforce the knowledge construction possibility from the dialog and of broad context giving choices and opportunity to the educating, bringing motivation and enabling the knowledge savor with your pleasure learning process. The Acre is the place where intense fights were locked to guarantee the forest peoples life, the which ones has an own culture and profound knowledge of the environment where live, against the hegemony of a dominant paradigm, of a hegemonic and excluding society.

The indigenous, rubber workman and people who live close to the river, organized and mobilized by a life or death cause, they have very much to teach the society, generating wide repercussions in the forms transformation sense of thinking and to act. Knowing the history of your people and your rich environment, it is possible if think an own menu to be developed in the Acre. Some very interesting initiatives have been developed in the state in the search sense of a company harmonica between people and nature, valorizing the knowledge and life trajectories, in a perspective of involve educating it to act your learning process, in the emancipation and empowerment to attempt a relation between the conception of people and with the environment that will be able to contribute for a more promising future.

Keywords: Environmental Education, Forest People, Sustainability .

A gente sente uma grande transformação. A grande maioria já está consciente de que a luta deverá ser outra. Estão decididos a defender seus direitos, compreenderam que unidos têm força para segurar a terra e que podem lutar contra o latifúndio. Antes, não sabiam o que fazer diante do problema, mas com o correr dos tempos, os mais experientes foram conscientizando os outros, dizendo que a terra é nossa, que foram nossos antepassados que lutaram para conquistar esta terra e que hoje é possível fazer uma nova reconquista, se for preciso (Chico Mendes).²²

Desde o seu surgimento em 1987, através da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, o debate acerca do “desenvolvimento sustentável (DS)” não se esgotou e está longe de ser consenso. Ancorado no tripé da economia, sociedade e ecologia, ainda que a face ambiental seja ostentada, não conseguiu sair do seu enclausuramento econômico, e com timidez, é inábil em ousar proposições que abandonem os modelos de desenvolvimento, causadores das grandes degradações ambientais.

O movimento ecologista não é novo no cenário, orientando-se na pauta da discussão internacional bem antes do surgimento da Comissão de Brundtland e com coragem de estabelecer novos horizontes, apóia-se na possibilidade da construção de “sociedades sustentáveis (SS)”, como alternativa para se promover a inclusão social ao lado da proteção ambiental. Para além de modelos de desenvolvimento, o movimento consagra-se na década da contracultura como um movimento nem de esquerda nem de direita, mas “no front”. Humoristicamente, os ecologistas foram apelidados de “melancia” – verde por fora, com ideários de esquerda por dentro. E há uma forte tendência anarquista da horizontalidade, afastamento de chefes e estruturação de redes em níveis não hierárquicos (SMITH, 1999).

22

Entrevista concedida ao jornal Varadouro:

<http://www.chicomendes.org/chicomendes21.php>, 18.mar.1980

O movimento surgiu no bojo da defesa dos sistemas naturais, no alerta de que a produção científica não era neutra e que a industrialização desenvolvimentista era uma das grandes responsáveis pelos impactos ambientais. Clamando pela ética nas pesquisas, os ecologistas internacionais denunciaram a explosão demográfica como um dos grandes fatores de ameaça à sustentabilidade planetária. No Brasil, entretanto, quinto país em extensão territorial e com controle de natalidade, o maior problema ambiental certamente não é a densidade demográfica e sim a miséria da degradação socioambiental. Para além do Produto Interno Bruto (PIB), a orientação pautava-se nas causas dos dilemas ambientais, ou seja, sem reivindicar ciências e tecnologias limpas no combate ao dano ambiental, a proposta surgia no combate à raiz que gerava a má distribuição de renda – minimizar os lucros para maximizar a qualidade de vida da maioria (SATO, 2005). Vale ressaltar ser um engodo olhar o índice financeiro como um critério de aferição de “qualidade de vida”, desde que qualquer variação cambial nas especulações de bolsas de valores, possa alterar sensivelmente o poder de compra. E para além da renda per capita, o último relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), denuncia uma amarga oitava posição internacional na taxa Gini – que afere o índice de desigualdade pela má distribuição de renda no Brasil (SILVA, 2006).

Num contexto de simplificação do “agir localmente e pensar globalmente” (GALLOPIN, 1997), o ecologismo apregoava a equidade social com distribuição de riquezas; propostas de empoderamento político, social e econômico; autonomia ética dos sujeitos e comunidades, os múltiplos saberes e a não-violência tanto, para os meios como para os fins. (SMITH, 1999, p. 4) exemplifica a não-violência pela destreza de Mahatma Gandhi na sua eloqüente frase: “há o suficiente para todos neste planeta – mas parece que a ganância humana ainda não se basta em si”.

SUTER (2002) defende uma visão biocêntrica pela horizontalidade da vida, reivindicando que na teia da vida, não pode haver hierarquia, gerando inúmeras entidades de cunho eminentemente de proteção e direitos animais, bem como organismos conservacionistas e instituições que denunciam a tendência das ciências, revigorando o saber local. Inscrevem-se na Ecologia Profunda de

resgate à ética universal pela vida em sua plenitude. No bojo deste olhar, Leonardo Boff clama pela Carta da Terra, um documento com 16 princípios que vai além dos direitos humanos, clamando pela defesa da vida em sua plenitude, inclusive a ecologia interna. Uma outra proposição surge com Lovelock, resgatando a figura mitológica Gaia, orienta-se numa visão de astronauta, considerando a Terra como um organismo vivo em um universo errante. Do orgânico ao natural, passeando pelas visões catastróficas do mundo, obviamente as várias tendências mereceram suas críticas pela ausência de bases epistemometodológicas, gerando uma visão de que o ecologismo era um movimento radical e ortodoxo. De fato, o famoso *slogan* de que o ser humano seria o câncer da Terra trouxe a impressão de que os ecologistas defendiam os animais e os sistemas naturais sem nenhuma consideração às comunidades ou às relações de avizinhamento da espécie humana. Façamos um *mea culpa* – o movimento ortodoxo significava ecolatria e não ecologismo político.

Não tardou para o rótulo de ecoterrorismo e as críticas chegarem violentas, dissipando discórdias e conflitos e gerando grupos que combatem o ambientalismo, como é o caso da organização econot²³, que debate textos e visões ambientalistas em sentido contrário, chamando os ambientalistas de fundamentalistas da vida da caverna, ou de religiosos ecológicos. A organização Larouche²⁴, fascista e defensora da indústria bélica, lançou no Brasil um livro intitulado “Máfia Verde 2”, cujo prefácio assinala que os ecologistas são “loucos”, alarmantes sem comprovações, individualistas e “antidesenvolvimentistas”.

Um livro bastante polêmico foi escrito por LOMBORG (2000), um professor universitário de estatística que, ao trabalhar dados mundiais de danos ambientais, ataca os dados científicos, afirma não acreditar nas ciências, dissimula os números e assevera o exagero dos ecologistas diante dos agravos ambientais. Para além da contestação da comunidade científica da Dinamarca (SOTO, 2005), Lomborg foi um ativista do Green Peace e em sua própria definição ele é da esquerda e um ambientalista. Interessante observar que

²³ <http://econot.com/>

²⁴ http://www.alerta.inf.br/Documentos/mv2_apresent.pdf

segmentos tradicionalmente percebidos como oponentes ao ambientalismo invadem arenas buscando reafirmar posições ambientalistas. BURKE (2001) oferece 10 pitadas de sal para desmascarar Lomborg, mas fato é que sujeitos e segmentos intitulam-se ambientalistas desde que os seus trabalhos, seja de manejo florestal, seja no tratamento de madeiras, seja nos negócios do *agrobusiness*, ou até no ceticismo das ciências através da estatística, conservem uma face ambiental. E é neste momento que vale a pergunta: **somos todos iguais?**

Posto neste contexto fenomenológico é emergencial marcar as diferenças das identidades construídas ao longo dos anos de militância, da contribuição à formulação de políticas públicas e da produção acadêmica. Embora possa parecer fragmentação do cartesianismo, quatro grandes grupos aparecem e configuraram-se as tendências ambientalistas do mundo contemporâneo:

- a. **AMBIENTALISMO GENÉRICO:** discurso universal que surge pela orientação da comissão de Brundtland, na orientação do desenvolvimento sustentável e com ênfase nos sistemas econômicos. Enfatizam a densidade demográfica e apostam nas ciências e tecnologias limpas que possam minimizar a degradação ambiental. A proposta pedagógica pauta-se na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (palavras-chave: desenvolvimento - ciências - governabilidade).

- a. **SOCIOAMBIENTALISMO:** discurso que embora mantenha uma face ambiental, inscrevem-se nas orientações da globalização, sem contudo perder a dimensão local, envolvendo elementos e clamor pela paz e pela espiritualidade, na combustão da ecologia interna com os diálogos internacionais. Sublinham uma nova racionalidade ambiental na perspectiva do ambiente interligado e holístico, com proposta pedagógica na educação ambiental para o desenvolvimento sustentável (palavras-chave: sociedade - globalização - paz).

- a. **ECOLOGISMO POLÍTICO**: discursos que evidenciam os dilemas sociais conjugados com os impactos ambientais, enfatizando campos de intervenção na inseparabilidade da sociedade e da natureza. Enfatizam a justiça ambiental, a democracia, a inclusão social e a proteção ecológica e valorizam diversos saberes à construção de sociedades sustentáveis. A proposta pedagógica pauta-se na educação ambiental crítica e emancipatória (palavras-chave: política - saberes locais e universais - empoderamento).
- a. **ECOLOGISMO ORTODOXO**: discursos oriundos das lutas radicais pela defesa da vida animal, enfatizando os sistemas naturais com profunda visão biocêntrica. Apregoam a vida em sua plenitude na evidência da sustentabilidade planetária. A proposta pedagógica é orientada pela reivindicação, denúncias e intervenções que possam dramatizar a situação para a chamada da consciência (palavras-chave: natureza - teia da vida - direitos).

Embora uma linha tênue possa segregar essas abordagens, a ocupação dos espaços tradicionalmente ambientalistas confunde-se, gerando a necessidade de se definir “quem é quem” na história do movimento. A opção pelo **ecologismo político** é de quem reinventa o ambientalismo para além de uma visão ingênua sobre a natureza, rejeita o valor meramente economicista encerrado no conceito de desenvolvimento e acredita que há um campo de conflito que merece ser denunciado nos campos do poder. Inscreve-se no movimento político de mudanças acentuando um olhar crítico e emancipatório de democracia, acolhendo a justiça ambiental e a proteção ecológica à construção de sociedades sustentáveis. São escolhas para tentar transcender a herança da “ecolatria” até alcançar e exceder os limites da própria significação da EA no sentido fecundo da vida. A identidade que assumimos na EA, exposta em sua nudez, vai compreender as potências de ligações na arena do debate sobre a sustentabilidade, reivindicando um ecologismo político que, reconhecendo a importância da natureza, jamais poderá abandonar as complexidades culturais mediatizadas neste coletivo educador.

Os olhares austeros farão com que descubramos as diferenças e o mundo só será percebido quando se mantiver através dos conflitos inerentes ao processo de integração e desintegração. Perceberemos que a sustentabilidade jamais poderá ser representada por um conceito hegemônico, porque as realidades não são iguais. Mas o corpo instituído pela EA não é uma patologia do capitalismo e busca construir um ser sensível que se adensa na polissemia de sentidos, aceitando que mais do que conhecimento científico, inúmeras vezes poderão trazer as suas contribuições à formulação de políticas no campo da EA.

Não temos mais certeza do que significa “ambientalismo” e no mar de incertezas o caos busca uma identidade – é emergencial, assim, explicitar nossas escolhas e identidades que constroem nossos desejos e certamente eles se enraízam no marco do ecologismo político. No confronto dos múltiplos interesses daqueles que participam das empresas, das organizações não-governamentais, dos governos ou das universidades, há que se evidenciar a opção de quem atua na arena da proteção ecológica. Se a infiltração de segmentos tradicionalmente não ambientalistas ocorre de forma sistêmica nos espaços conclamados por nós, é preciso reconhecer que, mais do que nunca, é preciso reafirmar as opções e identidades ecologistas para combater o germe contraditório que oculta os desejos de construção/destruição planetária.

A EA realizada no ritmo e pausa dessa orquestra clama por coletivos educadores engajados e comprometidos com a causa ecologista. É possível que tenhamos mais erros do que acertos e que nossas utopias ainda estejam num horizonte que as estrelas não conseguem tocar. Entretanto, a identidade da educação ambiental quer seu direito de humanização e renovação na construção de sociedades sustentáveis porque buscar reafirmar os arranjos políticos da luta ecológica na vontade de promover a inclusão social, a justiça ambiental e a proteção ecológica. Em especial, no cenário brasileiro, é preciso buscar a insaciável fome de justiça social reconhecendo a exuberância da beleza que os sistemas naturais nos proporcionam.

Educação ambiental e seus cardápios

A palavra disciplina encerra dois sentidos etimológicos: um de delimitação da área do conhecimento, caracterizada pelas ofertas nos sistemas escolarizados, implica em matérias, conteúdos programáticos e currículos do conhecimento tradicionalmente implementados em espaços escolarizados da educação. Um outro sentido da palavra “disciplina” incorpora o comportamento rigoroso, atencioso e que talvez “não ofereça problemas ao professor”, principalmente se o sistema for hierárquico e com mais deveres do que direitos.

Recentes estudos literários têm dado preferência à multirreferencialidade, com abandono da interdisciplinaridade, pois reconhecem que para além de um conhecimento científico, postos nos sistemas universitários, há que se resgatar as múltiplas referências existentes, acolhendo vários conhecimentos universais e locais. Sem negligenciar os campos de poder que se estabelecem quando tais saberes se cruzam, sejam científicos, ideológicos ou de valores, acolhem as interferências que daí possam advir estabelecendo a inter-referencialidade de um sistema de aprendizagem coletivo (SATO, GAUTHIER & PARIGIPE, 2005). Para além do consenso ingênuo que mascara as diferenças, compreendemos os sistemas de conflito e, no caso específico da educação ambiental, a mediação pedagógica torna-se fundamental. Acreditamos, desta maneira, que a mediação possa ocorrer transcendente às tradicionais disciplinas, podendo ser também chamada como ‘cardápios ambientais’.

Ter esse olhar é fugir da esmagadora globalização “projetada na homogeneização da solidariedade absoluta entre todos os povos, da eliminação das diferenças e da pulsação que segrega o local do global. A mudança de uma sobrevivência predatória a uma vida ética requer instrumentos e educação ainda em plena construção local. Isso não implica, entretanto, desprezar a cidadania planetária, mas

antes, institui-se o desafio de sermos realmente justos em construir a requerida cidadania local” (SATO, 2005, p. 41).

Buscamos em Paulo Freire o oferecimento de cardápios naquilo que ele considerava como exigência transformadora de uma era. Se assumirmos uma posição mais progressista, não teremos alternativa senão encarná-la e ousar transformações em tempos de mudanças ou nas mudanças de uma época. Estudar em processos formativos escolarizados ou popularmente, torna-se um ato revolucionário.

A proposta de cardápio em educação ambiental “apresenta-se como uma oportunidade de proporcionar um amplo leque de escolhas, de atividades e temas variados, suficientes para atender à ‘fome de saberes’ dos diversos educandos” (TONSON, 2005). Mais do que os conteúdos, que devem ser contextualizados e biorregionalizados, levar em consideração o método é fundamental, devendo possibilitar a construção do conhecimento, pelo educando, num diálogo crítico e criativo com as informações e a realidade, valorizando os saberes amadurecidos na sua trajetória de vida. Além disso, é importante buscar integrar os diversos conhecimentos, locais ou universais, desenvolvendo táticas que possibilitem a formação de um espírito crítico que ouse a emancipação e o empoderamento político.

“Não engessar a formação é uma atitude política, na medida em que, desta forma, afirma-se a IDENTIDADE e DIVERSIDADE, acentua-se a posição de que somos todos diferentes e que a diferença não é um problema, muito pelo contrário, é uma característica que deve ser valorizada, incentivando que cada educando busque os itens que lhe sejam mais apropriados, incentivando-o na construção de sua AUTONOMIA” (TONSO, 2005, p. 53).

A homogeneização da educação leva a uma reprodução dessa sociedade predominante, à manutenção do *status quo* e à garantia de que as informações

que interessam ao projeto dominante de sociedade sejam repassadas e que as pessoas sejam formatadas para servirem ao sistema. A prática educativa corrente, ou seja, programas de formação estruturados em “grades” e “disciplinas” têm a característica de engessar o processo de formação, considerando os educandos como uma mesma massa uniforme, com os mesmos desejos e lacunas, ou seja, ao contrário da proposta de cardápio, seria um “prato feito” (TONSO, 2005). Essa educação massificadora, que na verdade é de enquadramento das mentes, impossibilita ou reduz sensivelmente as transformações sociais, que poderiam ser levadas a cabo por pessoas protagonistas e capazes de construir realidades que sirvam para as suas vidas não homogeneizadas.

Para uma melhor compreensão de como seria desenvolver cardápios em educação ambiental no Acre, é importante conhecer o contexto no qual está mergulhado o estado. Assim, apresenta-se a seguir uma síntese da caracterização do ambiente do Acre e da trajetória histórica de seu povo, tendo como referência bibliográfica principal para esse último tópico a Revista dos Povos da Floresta.

Acre: conhecendo o seu ambiente, a sua cultura e a sua trajetória histórica

O estado do Acre, localizado no extremo oeste do território brasileiro, faz divisa com os estados do Amazonas, ao norte, e Rondônia a leste, e tem a sua fronteira com a Bolívia, a sudeste, e com o Peru, a sudoeste. Teve o seu território ocupado há mais de um século por migrantes de origem nordestina, que vieram ser seringueiros, e há milênios por diferentes povos indígenas, mesmo antes de ter sido conhecido como Acre ou constituindo-se como um estado da Federação. O Acre possui uma superfície de 152.581,388 km², correspondente a 3,9% da Amazônia brasileira e a 1,8% do território nacional, sendo um dos menos populosos, com 5.558.526 habitantes (Censo 2000 do IBGE).

Segundo SORRENTINO (2001), a região do Alto Juruá é tida como uma das áreas de maior biodiversidade biológica da Amazônia e do mundo. A floresta do Acre se caracteriza por florestas fechadas ou ombrófila densa, as semi-abertas ou florestas de taquaras e as florestas de palmeiras, onde há grande predomínio de palmeiras. Dessa forma, a floresta apresenta fisionomias e espécies características nessas formações vegetais, dependendo do local em que ocorre. De modo geral, as florestas dependem de mecanismos de auto-regulação, entre eles a biodiversidade é fator imprescindível, bem como o processo de ciclagem de nutrientes.

O Acre é banhado pelos rios Acre, Acuriã, Amônia, Aparição, Breu, Caeté, Caipora, Chandless, Envira, Embirá, Gregório, Grajaú, Humaitá, Iaco, Jurupari, Juruá, Juruá-Mirim, Ouro Preto, das Minas, Moa, Muru, Natal, Paraná dos Mouras, Paratari, Purus, São Luiz, São João, Tarauacá, Tejo, Valparaíso e Xapuri. Praticamente todos cortam o estado no sentido transversal, dificultando a mobilidade no interior do estado. Provavelmente, por isso, e pela dificuldade de abertura de estradas, hoje o estado do Acre tenha quase 90% de suas florestas preservadas, pois o 'progresso' não teve facilidade em adentrar em seu território.

Os primeiros humanos a habitarem a floresta, onde se denomina estado do Acre, foram as populações indígenas, sendo que hoje ainda estão presentes 13 etnias, a saber: Arara, Ashaninca, Kaxinauá, Jaminawá, Kampa, Katukina, Kaxarari, Kulina, Machineri, Nukuini, Nawa, Poyanawá e Shanenawa. (SOUZA, 2002).

Os povos da floresta secularmente vêm utilizando seu vasto conhecimento da floresta para dela tirar seu sustento e sua forma de viver, desde comida, moradia, roupa, sua crença, seus rituais místicos e profanos, portanto, seus alimentos físicos e espirituais, oferecidos e tirados da floresta através do extrativismo, como mostra a sabedoria dos povos indígenas e dos seringueiros.

O estilo de vida dos povos da floresta, baseado no extrativismo, gera baixo impacto sobre os recursos da natureza, que, somado à baixa densidade demográfica, oferece um cenário de baixa degradação ambiental. Os povos da floresta aprenderam que para além de conservar seus sistemas naturais, podem ainda ter a sobrevivência digna com modelos alternativos.

A tecnologia extrativista dessas populações, segundo os antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida, “é conservacionista, não no sentido de colocar acima de tudo a preservação da natureza como um fim em si mesmo (embora haja muito mérito nesse alvo específico), mas por entender a conservação como requisito para manter a produtividade da natureza ao longo do tempo” (Caderno Povos da Floresta, p. 70). Segundo Mauro Almeida, antropólogo pesquisador da UNICAMP, “os dados de estudos que indicam uma riqueza máxima em espécies para lepidópteros, aves e mamíferos, confirmam o princípio geral segundo o qual, no passado, as populações tradicionais utilizaram os recursos naturais de maneira prudente e sustentável”. “Grande parte da cobertura florestal deve-se à prática do extrativismo, principal atividade econômica realizada por seringueiros e índios” (Caderno Povos da Floresta, p. 77). “Pesquisas recentes confirmam e reforçam a diversidade exuberante da floresta tropical, relacionando-a as características culturais das sociedades que lá vivem” (MONTE, 2003, P. 76).

A vida do seringueiro acontece intimamente ligada à floresta. O seringal é constituído por colocações. Cada colocação é cuidada por um seringueiro ou sua família. Em sua colocação o seringueiro tem a “estrada de seringa” que é, além do caminho para o trabalho, o espaço para o relacionamento com a floresta. Ser seringueiro significa ter um relacionamento com a floresta. Um seringal não é uma grande extensão de terra árida, e sim, uma grande extensão de terra com floresta, pois para os seringueiros a terra é o que menos importa, o mais importante é a floresta, de onde ele retira o seu sustento. Cada colocação tem um nome, cada estrada de seringa tem um nome. É uma relação com o território, com o espaço, com as formas de vida que ocorrem nesse espaço e no tempo. No passado, o tempo do seringueiro era regulado pelos ciclos da natureza: a época das chuvas

ou inverno, a época das secas ou verão, período certo para colher o látex, época de caça. Tudo isso é ciência na vida no seringal.

Há um saber local expressivo destes povos, que embora não seja científico, busca compreender os fenômenos do mundo. São símbolos, significados e cosmologias para interpretar a vida. Sua ligação mítica com a floresta reflete-se nas lendas, que representam momentos mágicos da vida ribeirinha, emergindo nos festejos, como a lenda do boto, as histórias fascinantes da cobra-grande e das laras, os redemoinhos sem fim, ou as miragens de lagos que desaparecem de uma hora para outra. Há um universo simbólico pulsante nesta imensidão acreana que a segregação urbana talvez não compreenda. Entretanto, suas histórias e narrativas revelam a intrínseca relação da natureza com a sociedade, misturada na dor da labuta ou no sorriso de suas festas. A sociedade acreana, embora seja composta por indígenas, por descendentes de nordestinos, por sírio-libaneses, por migrantes de todas as regiões do Brasil, apresenta uma forte identificação sociocultural.

Essa identidade histórica e cultural do povo acreano tem apenas 100 anos de reconhecimento. Um século breve, mas intenso o suficiente para forjar um povo consciente e orgulhoso de suas raízes. Há pouco mais de um século, o povoamento do Acre se realizou e conseguiu fixar uma sociedade que vivia da e na floresta, longe dos mitos da insalubridade, descobrindo modos e estratégias para desfrutar de uma vida saudável em plena Amazônia” (Caderno Povos da Floresta, p.13).

A moradia tradicional reflete essa íntima relação do seringueiro com a floresta. A casa tradicional do seringueiro é feita de paxiúba (palmeira nativa na floresta) e é coberta de palha de jaci, uricuri, jarina e ubim. Ela é ecológica e simboliza a adaptação do nordestino ao ambiente da floresta tropical úmida, feita com material da própria floresta com vãos e distantes da terra para que haja ventilação, evitando a umidade excessiva.

A história do Acre representa a luta de um povo inquieto e resistente

“Houve um tempo em que existia ordem nas coisas dessa floresta. Os animais, os homens, as árvores, os rios, os deuses e os encantos da mata estavam todos em seus lugares próprios. Mas um certo dia, sem que ninguém pudesse esperar, chegaram os invasores trazendo medo, tristeza, separação, dor, maldades, doenças, cobiça e razões totalmente incompreensíveis. Desde este dia, tudo mudou e a mudança podia ser sentida no cheiro do ar” (Caderno Povos da Floresta, p. 78).

Os seringueiros, migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, aportaram no Acre a partir da segunda metade do século XIX. Trazidos para produzir a borracha, a partir de um leite branco chamado de látex, extraído da *Hevea brasiliensis*, conhecida popularmente por seringueira, com grande valor econômico no mercado internacional naquele momento, para atender as indústrias, principalmente a bélica e a automobilística dos países europeus e dos Estados Unidos, no processo de avanço da industrialização.

De acordo com (GONÇALVES, 1999), o Acre foi palco de intensa movimentação econômica gerada pelo extrativismo vegetal que teve dois momentos de apogeu: o primeiro, no final do século XIX (a partir de 1860 milhares de homens brancos subiram os rios para estabelecer imensos seringais em suas margens) e o outro, durante a Segunda Guerra Mundial (1936-1945), para novamente entrar em decadência e agonizar até o final da década de 1960.

Os nordestinos, em busca de vida melhor e fugidos da seca que fustigava principalmente o Ceará, foram levados para a Amazônia, um ambiente totalmente diverso do que conheciam, para aprenderem a viver na, com e da floresta.

Esses seringueiros nordestinos, quando chegaram para trabalhar nos seringais, a mando dos seringalistas e respondendo aos interesses dos comerciantes de Manaus e Belém, com a justificativa de alargar os seringais para aumentar a produção de borracha, organizaram grupos para expulsar os índios de suas terras, desalojando estas etnias e dando continuidade ao genocídio.

Para os indígenas – os que mais sofreram com as invasões periódicas de seus territórios – os invasores eram muitos, provenientes de diferentes regiões e falando línguas diferentes, porém, havia uma coisa entre eles que os tornavam todos iguais: a enorme ganância pela borracha. Em busca dessa riqueza, os invasores mataram, abriram feridas na floresta, espantaram os animais e trouxeram doenças que os pajés não podiam curar. Milhares de índios morreram.

Com o primeiro ciclo da borracha (de 1880 a 1914) dos senhores das terras da Amazônia sul-ocidental, os povos nativos passaram a obstáculos à exploração da borracha e do caucho e vítimas das correrias (expedições armadas para matar as lideranças das aldeias, aprisionar homens para o trabalho escravo e obter mulheres que seriam vendidas aos seringueiros). Os índios passaram a trabalhar nos seringais. Alguns conseguiram escapar, deixando para trás malocas, roçados, cultura, história e mitos, e resistiram ao cerco cada vez maior da nossa civilização, perambulando sem parar pela região das cabeceiras, longe dos brancos (GONÇALVES, et al.).

O Acre teve uma história curiosa de consolidação de seu território. Tratava-se de uma terra que pertenceu à Bolívia, mas na qual viviam brasileiros. Quando esse pedaço de terra passou a ser arrendado para um grupo de capitalistas europeus e norte-americanos, interessados na exploração da borracha (Bolivian Syndicate), logo alguns brasileiros decidiram contestar a administração estrangeira daquele território. Assim, em maio de 1899 ocorria a Primeira Insurreição Acreana, quando os bolivianos foram pela primeira vez expulsos de Puerto Alonso, povoado situado à beira do rio Acre. Nesse momento, Luiz Galvez, espanhol de nascimento mas cidadão do mundo, por vocação,

chegou de Manaus ao Acre. Galvez e os brasileiros proclamaram o “Estado Independente do Acre” em 1899. Foram oito meses de governo do Presidente Galvez. Entretanto, esse novo estado não foi reconhecido, e o presidente do Brasil na época, Campos Sales, enviou três navios da marinha brasileira para prender Galvez e devolver aquelas terras à Bolívia, ainda que os jornais das principais cidades brasileiras denunciassem o absurdo da situação de exploração que assolava aquela região.

Os “revolucionários” brasileiros mantiveram-se mobilizados e em constante atitude de confronto. O governo do Amazonas, mesmo contra a vontade federal, continuava apoiando a luta acreana e financiou a “Expedição dos Poetas”, poderosa em ideais e frágil em combate, cujo maior legado foi manter viva a luta contra a dominação boliviana.

Em 1902, a notícia da constituição do Sindicato Boliviano teve forte reação da opinião pública nacional, uma vez que essa companhia comercial de capital anglo-americano estava arrendando o Acre, por vinte anos, com amplos poderes territoriais, militares e alfandegários, e, no contrato com a Bolívia estava prevista também a livre navegação internacional dos rios amazônicos, o que feria totalmente a soberania brasileira sobre a Amazônia. Foi deflagrada então, naquele mesmo ano, uma guerra em Xapuri que durou seis meses, resultando na expulsão mais uma vez dos bolivianos e na proclamação do Estado Independente do Acre. Tamanha foi a pressão nacional que Rodrigues Alves, então presidente, teve que reverter a posição oficial brasileira, estabelecendo negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, possibilitando que o Acre fosse anexado ao Brasil, finalmente, em 1903. SOUZA (2002).

Logo, em 1904, o governo brasileiro tornou o Acre o primeiro Território Federal da história brasileira, o qual seria administrado diretamente pela Presidência da República, visando à canalização dos recursos provenientes da borracha (impostos) para os cofres da União, significando tutela e dependência da sociedade acreana pelo poder executivo federal.

Começava assim uma nova etapa de lutas da sociedade acreana, agora não mais contra estrangeiros, mas contra o governo de seu próprio país. Várias revoltas autonomistas ocorreram. A sociedade acreana viveu um dos períodos mais difíceis de sua história, sendo que os anos de 1920 foram marcados pela completa decadência econômica provocada pela baixa dos preços internacionais da borracha. Os seringais acreanos entraram em falência devido à oferta da borracha da Malásia, no mercado, resultado da biopirataria dos ingleses, que levaram sementes de seringueiras da Amazônia para a Malásia.

Impulsionados pelas necessidades, os seringueiros passaram a explorar outros recursos da floresta, além do látex, tendo início a prática de uma agricultura de subsistência, intensificação da colheita e exportação da castanha e o crescimento do comércio de peles de animais silvestres.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a ocupação dos seringais da Malásia, pelos Japoneses, que lutavam ao lado da Alemanha e da Itália, contra os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, os seringais no estado do Acre voltaram a ter um novo surto econômico, pois passaram a produzir novamente, para os países aliados, a matéria-prima principal para a guerra: a borracha. Naquela época, uma nova leva de milhares de famílias nordestinas chegou ao Acre, repovoando os seringais e constituindo o Segundo Ciclo da Borracha. Chamados de “soldados da borracha”, homens e mulheres, aproximadamente 55.000 pessoas, transferiram-se de estados nordestinos para a Amazônia, principalmente para o Acre, a fim de integrarem a contribuição brasileira, aos aliados, na produção da borracha necessária e indispensável à guerra naquele período (SOUZA, 2002).

Os nordestinos passaram a conviver com a floresta na intensa labuta da coleta do látex, o qual deveria ser entregue todo ao patrão, que mantinha os seringueiros em condição praticamente de escravidão ou semi-escravidão, pois eles viviam endividados pela compra de mantimentos do barracão do seringal.

Proibidos de fazer seus roçados e de se dedicar a outras atividades diferentes que a de extrair o látex, caçavam eventualmente e passaram a aprender a viver na e da floresta.

Finalmente, em 1962, os acreanos conseguiram, por meio de uma longa batalha legislativa, passar o Acre de Território a Estado. Foram 58 anos de resistência, entre 1904 e 1962 até que o movimento autonomista finalmente conquistasse para os acreanos os mesmos direitos básicos e essenciais de qualquer cidadão brasileiro.

A partir da década de 1970, os falidos seringalistas tornaram-se alvo fácil dos pecuaristas do Centro-Sul do país, que investiram na compra de terras para a criação de gado e na exploração de madeira nos anos de 1970 e 1980, expulsando milhares de seringueiros da mata, iniciando um ciclo frenético de apetite voraz e insaciável de cada vez mais desmatamentos para a consolidação de fazendas de gado (GONÇALVES, 1999). Essa “invasão dos paulistas”, como eram denominados genericamente os imigrantes do Sul do país, em busca de terras fartas e baratas, abriu caminho para um sem-número de grileiros e especuladores. Essa mudança de cenário aconteceu graças ao estímulo do governo brasileiro, para uma nova ocupação da Amazônia, utilizando-se do discurso de “integrar para não entregar”, visando ao “progresso econômico” da região, com grandes projetos madeireiros, agropecuários e de mineração, e contando para isso com financiamento internacional e incentivos fiscais em nome de uma pretensa defesa da soberania brasileira.

Emílio Garrastazu Médici era presidente do Brasil na década de 1970 e sua ditadura era concretizada no coração da Amazônia, quando uma árvore era derrubada dando vazão ao simbolismo do gigantesco mundo verde sucumbido pelo desenvolvimento na frase: “Integrar para não entregar”. A promessa da “terra sem homens para homens sem-terra” trouxe homens e mulheres no sonho desenvolvimentista estampado no positivismo da bandeira nacional – era a hora da ordem e do progresso do Brasil. Bertolt Brecht revelaria o dilema de uma

árvore nas centelhas, que buscando estar ereta como um gigante, desabaria no fogo da ganância humana. Não se trata de raciocinar num espectro ideológico da esquerda e direita, mas, sobretudo de evidenciar uma das presenças do imperialismo feroz e insaciável da ocupação das terras amazônicas. Trata-se de reivindicar a responsabilidade de quem é avalista do processo de ocupação, em cooperação com empresários e associados multinacionais.

O enorme abismo entre desenvolvimentismo e ambientalismo poderá ser reduzido se formos capazes de denunciar a situação que mantém-se com recursos informais de poder, mesmo que o sistema político seja democrático. Nossa aposta, enquanto academia, recusa a aceitar qualquer proposição que se ancora no poder da riqueza econômica avigorada por *slogan* tradicional de injustiça deste país. O Acre ainda exhibe uma vasta população em estado de miséria e o sonho da integração não passou de uma destruição. É preciso radicalizar na adoção de políticas distributivas que possam oferecer empoderamento aos sujeitos e comunidades para se arquitetar uma vida digna. A radicalidade é realmente necessária, mas configurada pelo poder simbólico de se enraizar nos subterrâneos, torna-se fortalecido como uma raiz pivotante para emergir e quebrar todas as estruturas cristalizadas de exclusão social aliada aos impactos ambientais.

Circunscrita num campo político de construção da cidadania, a educação ambiental tem o grande desafio de refletir sobre o significado político e conceitual da frase que trazia enormes modificações no campo migratório da década de 1970, e oferecer uma guinada político-conceitual para o desafio deste século: “Integrar a democracia para não entregar a esperança”.

Encontramos obstáculos, certamente, diante da realidade assustadora para os povos da floresta: índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos viram de repente suas terras sendo invadidas e devastadas em nome de um novo tipo de progresso que transformava a floresta em terra arrasada. A política que previa o crescimento econômico, com a derrubada da floresta para a transformação de

pasto e criação de bois, expulsou centenas de famílias de suas terras, obrigando o seringueiro a procurar, nas periferias das cidades, um sustento que antes era obtido na floresta.

A partir de 1975, as populações tradicionais da floresta começam a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência. Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. A Igreja deu importante força aos movimentos sociais ao apoiar cursos em que se discutia a formação e objetivos dos sindicatos, e também começou a denunciar os primeiros crimes contra os seringueiros. A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) chegou ao Acre em 1975 por causa dessa pressão.

A expansão da frente agropecuária e de madeireiras foi acompanhada de uma série de problemas graves como os conflitos pelo acesso à terra e outros recursos naturais, a exploração calamitosa da natureza, bem como o crescimento desordenado das cidades.

Em 1976, os seringueiros criaram a sua mais poderosa forma de luta – o empate – protagonizando a reinvenção da resistência popular na floresta. Para empatar a derrubada de um seringal os extrativistas juntavam suas famílias e colocavam-se como barreiras humanas para impedir a ação dos tratores e das motosserras. Nem sempre os empates eram bem-sucedidos, mas certamente significaram um aprendizado incalculável no processo de organização sindical, tomada de consciência da importância da floresta em pé e formulação da proposta da reserva extrativista. As mulheres tiveram participação importante nos movimentos sociais. Hoje é muito claro para todos os grupos de mulheres que a questão ambiental está relacionada ao modo produtivo e que isso tem que ser levado sempre em consideração.

Após terem enfrentado desde o início o autoritarismo e a exploração do seringalista, em regime de escravidão e semi-escravidão, os seringueiros

passaram a lutar contra grandes fazendeiros para preservar a floresta em pé, fonte de sua sobrevivência, quer extraíndo o látex ou coletando castanha.

Uma série de assassinatos de seringueiros ocorreu, entre eles, em 1980, o do líder sindical Wilson Pinheiro. As mortes continuavam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que causou grande impacto na sociedade acreana e brasileira, repercutindo inclusive internacionalmente. O movimento ambientalista havia tornado Chico Mendes uma figura pública, conhecida e reconhecida em todo o mundo por sua luta em defesa da floresta e de seus povos. Sua morte desencadeou uma grande pressão sobre os organismos financeiros internacionais, que foram obrigados a rever os critérios de investimentos na Amazônia.

“Mais uma vez os acreanos haviam sido obrigados a lutar até a morte para defender sua integridade, seus modos de vida tradicionais, seu direito à cidadania e à autodeterminação” (Caderno Povos da Floresta, p. 20).

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora, contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva pelo movimento ambientalista da ligação umbilical entre a defesa da floresta e das sociedades que nela vivem, há dezenas e centenas de anos, ajudando a protegê-la.

A partir de 1986, os empates chamaram a atenção e ganharam apoio fora do Acre. Muitas dessas ações resultaram na desapropriação e na criação de reservas controladas pelos seringueiros. Atualmente, aproximadamente dois milhões de hectares são ocupados por reservas extrativistas, outros dois milhões de hectares foram reconhecidos como áreas indígenas e um milhão de hectares abriga projetos de assentamento agrícola.

Chico Mendes representava um grupo enorme de seringueiros que começava a relacionar a luta pela terra com a questão ecológica. O mártir da floresta teve a habilidade de costurar alianças com diferentes segmentos da sociedade civil, desde técnicos do governo estadual, sensíveis em pensar novas opções econômicas para o uso sustentável da mata, aos ambientalistas de ONGs estrangeiras, sem deixar de lado o envolvimento na política local, por meio de sua militância no Partido dos Trabalhadores.

Com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o governo brasileiro foi pressionado por instituições governamentais, não-governamentais e intergovernamentais a adotar políticas públicas socioambientais para a Amazônia, onde os índices de desmatamento subiam em escala galopante. Apesar dessas políticas se chocarem com projetos desenvolvimentistas realizados pelos próprios governos federal e estadual, o componente ambiental passa a ser referência obrigatória no processo de formulação de planos econômicos para a região amazônica.

Chico Mendes e seus companheiros compartilhavam de idéias sobre a vida em que estavam incluídos os direitos sociais básicos, novos métodos em educação, a criação de reservas extrativistas, a demarcação de terras indígenas, o aumento de salários para trabalhadores urbanos e a pesquisa de novos produtos da floresta, entre outros fatores. “Quando Chico Mendes referia-se a esse projeto, todos entendiam e concordavam com a direção, o rumo e a utopia que ali se expressava” (Caderno Povos da Floresta, p. 7).

No plano estadual, o movimento dos extrativistas desembocou num questionamento político de fundo à política tradicional que vinha sendo praticada no Acre desde que fora oficializado como estado, em 1962, até 1999. A princípio, conduzida por seringalistas e, posteriormente, também por agropecuaristas, a política tradicional, marcada pela violência e corrupção, deu suporte à devastação da mata. Essa exploração predatória “tem muito a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram sendo

‘privatizadas’ entre determinados grupos políticos e econômicos do estado e de fora, para atender os seus próprios interesses” (ACRE, 1999, p. 27).

O projeto de Chico Mendes e seus companheiros incluía não apenas a defesa do meio ambiente, mas a economia, a política, a ética e a cultura, nas formas mais variadas, como são vividas pelos povos da floresta. Essas idéias ultrapassaram fronteiras e influenciaram o pensamento de muita gente mundo afora. Não há como não reconhecer a contribuição do projeto acreano na mudança política em curso no Brasil, configurada no governo estadual por dois mandados de Jorge Viana e na presença de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente.

As lutas dos povos da floresta continuam ainda hoje no Acre, principalmente no Vale do Juruá, onde ainda ocorrem sérias questões fundiárias e ambientais, além de inúmeros conflitos sociais e interétnicos, devido às invasões promovidas por madeireiros locais e caçadores profissionais, bem como por grandes madeireiras e narcotraficantes peruanos. Para solucionar esses graves problemas é urgente a regularização fundiária das terras indígenas e das reservas. Com o apoio de organizações não-governamentais e do próprio governo, a denúncia realizada pelos indígenas nessa região levou representantes dos governos dos dois países a debaterem a possibilidade de implementar uma política binacional de cooperação ambiental na fronteira. As transformações necessárias na região, dinamizadas pela organização social, têm levado a transformações maiores, transcendendo as fronteiras.

As conquistas das lutas do povo acreano

“O acreano é um povo que luta. Nas suas lutas, afirma sua vontade de escolher livremente seu caminho. Recusa modelos impostos de fora para dentro, de cima para baixo. Busca um modelo de desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável. E vai criando, em seu caminho de lutas, uma profusão de símbolos e paradigmas.

As criações mais recentes desse povo, como o Governo da Floresta e a florestania, já se tornam referências para outras regiões do Brasil e até para outros países” (Caderno Povos da Floresta, p. 20).

Hoje a situação mudou muito daqueles tempos de dominação sobre os homens nativos e os extrativistas que se estabeleceram nessa região. Os índios e os seringueiros agora transitam livres pelas matas que também lhe pertencem. Essa foi uma conquista do movimento dos povos da floresta, que avançou nos anos de 1980 e 1990 com a proposta de reservas extrativistas e outras medidas de proteção da floresta. As lutas implicaram em um processo de reapropriação da natureza como base da sobrevivência dos povos da floresta.

O componente humano foi assumido de maneira mais firme nas políticas ambientais, que passaram a reconhecer a importância de vários projetos econômicos de associações de extrativistas e pequenos agricultores para a efetivação do conceito de desenvolvimento sustentável na Amazônia. As reservas extrativistas, concebidas pelos seringueiros em articulação com os ambientalistas, multiplicaram-se em toda a região, seja no modelo de unidade de conservação de uso direto, do IBAMA, seja no de assentamento agroextrativista, modalidade criada pelo INCRA em resposta à pressão do movimento sindical em sua luta pela reforma agrária, em áreas de conflito na floresta.

Atualmente, os seringueiros do Acre estão colocando em prática novas atividades, buscando a diversificação da produção e aprofundando os conhecimentos tradicionais, agora, em parceria com o saber científico. Nos seringais do Vale do Acre as novas gerações de seringueiros estão aprendendo técnicas de alpinismo e de rapel para serem utilizadas na coleta de sementes e de folhas. Atualmente, o seringueiro vive da floresta, porém, não mais escravo do patrão, voltado apenas para extração do látex, mas utilizando também outros produtos da floresta, realizando manejo de uso múltiplo (extraindo madeira, castanha, frutas como o açaí, sementes, etc.), além de dedicar algum tempo ao roçado e a pequenas criações de animais.

Esse povo acreano, misto de várias etnias, raças e culturas, que teve uma trajetória de lutas e conquistas, que soube se relacionar com o meio no qual está inserido, que criou uma riqueza cultural incrível, tem mostrado à Amazônia, ao Brasil e ao mundo que é ímpar, que tem seu valor e tem ensinado os novos rumos para a sustentabilidade na alteridade.

Educação ambiental no Acre

Há um sábio provérbio da floresta: “é preciso ver de perto pra contar de certo” (Caderno Povos da Floresta, p. 20).

No panorama cultural e ambiental do Acre, a degustação antropofágica da floresta parece atingir a sua máxima essência. Neste contexto, a educação ambiental acreana dialoga com a estrutura ecológica da floresta, com sua biodiversidade e suas complexas interações, com a cultura local, os conhecimentos gerados pelo povo que nela vive e com o conhecimento científico.

“Os cardápios de aprendizagem não podem se limitar à questão técnica e objetiva de oferecerem somente informações, mas devem propor atividades que brinquem conosco, que nos tragam a memória da nossa história, que nos alimentem com poesia, que desenvolvam o sentido lúdico, afetivo e estético, enfim, o cardápio deve conter todas as formas que afetem o educando. O cardápio deve também representar a cultura da própria região na qual está inserido. O cardápio deve ajudar o educador a atuar de modo cooperativo, crítico e produtor de autonomia entre seus educandos” (TONSO, 2005, p. 54).

As decisões que condicionam as ações sobre o meio, quase sempre são antropocêntricas, servem para responder à demanda humana. Nem sempre ações vistas como sustentáveis tiveram uma consciência ambiental como suporte. É importante compreender os processos de vida e enquanto seres humanos nos perguntar que repercussões nossas ações vão trazer à vida no lugar. Enquanto nossas decisões forem baseadas em critérios alheios ao sistema onde vai interagir, não pode garantir a sustentabilidade de nossas ações.

É interessante considerarmos que os discursos e ações dos movimentos dos povos da floresta no Acre a favor da questão ambiental, protegendo a floresta, não surgiram de uma consciência ecológica ou de uma ética ambiental, mas da necessidade imposta pelo estilo de vida dos seringueiros, indígenas e ribeirinhos, os quais dependiam diretamente do extrativismo dos recursos da floresta.

De acordo com Mary Allegretti “o empate não foi feito para impedir o desmatamento da floresta, mas como meio de garantir o direito de posse”. Quando perceberam a dificuldade para abandonar o extrativismo, atividade herdada dos pais, e optar pela agricultura, passaram a defender a “posse da colocação”, o espaço real de vida do seringueiro e, por extensão, a posse da floresta. Nas palavras de Chico Mendes, “a gente foi descobrindo, no avanço da conscientização, que o importante não era fazer acordo com o fazendeiro e ganhar um pedaço de terra. O importante era lutar pela conservação da nossa floresta, pela defesa da seringueira e, finalmente, pela defesa da nossa posse” (Caderno Povos da Floresta, p. 26).

Compreendemos que os materiais educativos, os veículos comunicacionais ou intervenções pontuais perfazem algumas táticas da educação ambiental, entretanto, há que se ponderar que estes instrumentos não realizam mudanças *per se*. Um processo formativo deve ser a meta de um olhar crítico que supere a ingenuidade das ações, ingressando em ideários mais políticos e emancipatórios. A necessidade de mudança encontra nos cardápios uma

alternativa de formação que ultrapasse a pedagogia escolar e atinja uma pedagogia humana. E embora culturalmente estejamos acostumados a receitas e métodos fáceis e replicáveis, cabe aqui um estímulo à ousadia do educador de criar, de buscar no diálogo, na leitura do mundo, nas informações disponíveis, nas ações realizadas no cotidiano e na região, inspiração e formas específicas de desenvolver um cardápio e oferecer ao educando, considerando as necessidades e preferências do mesmo.

A transversalidade ambiental localiza-se na parceria entre as diversas instituições e sujeitos participantes, que ousa a multirreferência, ciente também de que tais referências se entrecruzarão em territórios não neutros e que, muitas vezes, as interferências poderão causar desarranjos ou caos. A aventura ou o risco do processo, entretanto, garantirão aprendizagem participativa, possibilitando que novas organizações se estruturam para a ampliação e a sustentabilidade dos coletivos educadores.

É importante que venha à tona a consciência do que significou e significa o estilo de vida dos povos da floresta, os movimentos de resistência para a defesa dessa forma de viver e procurar criar estratégias e possibilidades de sistemas de produção, ao mesmo tempo eficientes do ponto de vista produtivo, e que não dilapidem os recursos para a vida no planeta. Esse é o grande desafio e a educação ambiental pode contribuir muito para despertar essa consciência.

A educação ambiental para a sustentabilidade deve ter o foco no conhecimento dos processos de vida e para ser emancipadora deve ser reflexiva, crítica e gerar processos criativos para a retroalimentação das intervenções de educação ambiental. Não deve ser impositiva, como uma “lavagem cerebral”, mas deve pautar-se em sólidos argumentos, baseados em conhecimentos científicos e populares.

Algumas ousadas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no estado do Acre, na perspectiva acima discorrida. Uma delas diz respeito ao Arboreto, setor do Parque Zoobotânico, da Universidade Federal do Acre, que desenvolveu, a partir de suas experiências com educação agroflorestal junto a colonos, indígenas e seringueiros, a metodologia de educação agroflorestal, cuja base é a participação das comunidades na construção do conhecimento para a co-responsabilidade na busca da auto-gestão. Essa metodologia de educação agroflorestal, de caráter construtivista e sociointeracionista, inspirada em Paulo Freire, proporciona a construção do conhecimento por meio de trocas de experiências, ampliação do diálogo e valorização do saber tradicional.

A metodologia é aplicada utilizando-se uma coletânea de ferramentas didáticas que comunicam, a partir do universo dos agricultores familiares, conceitos fundamentais para a adoção de sistemas agroflorestais, numa perspectiva de uma agricultura sustentável. A atuação junto às comunidades gerou a Metodologia de Educação Agroflorestal, bem como as ferramentas, originando a Mochila do Educador Agroflorestal, a qual encerra o Manual do Educador Agroflorestal, a Apostila de Introdução à Agrofloresta, o Flanelógrafo para Estudo da Paisagem, Miniaturas de Árvores, Gravuras Agroflorestais, Vídeos Conceitual e de Experiências Agroflorestais, e CDs de Histórias e Músicas para Sensibilização.

A metodologia é aplicada por meio de dinâmicas interativas, práticas de campo e práticas de estimulação dedutiva que compõem o Manual do Educador Agroflorestal. (RODRIGUES et al., 2000). Esse material didático pode ser utilizado por técnicos ou agricultores multiplicadores na capacitação de familiares para a implementação de sistemas agroflorestais e outras técnicas agroecológicas associadas.

Outra experiência diz respeito à Escola da Floresta, uma proposta do governo do estado do Acre. Tratando-se de um Centro de Educação Profissional, oferece quatro cursos técnicos na área florestal, agroflorestal, ecoturismo e

agroindústria, e busca desenvolver suas atividades numa perspectiva pedagógica fundamentada na formação por competências, em que a formação profissional não é vista como adestramento, mas como uma formação consciente sobre o papel do profissional, sua responsabilidade, suas atitudes e valores, suas habilidades e conhecimentos que alicerçam o seu fazer profissional. A aprendizagem é contextualizada e deflagrada a partir de situações reais ou de desenvolvimento de projetos, dentro de uma perspectiva de aprender a aprender, dando autonomia aos educandos. Não há uma grade de disciplinas, mas um cardápio, uma série de atividades articuladas nas quais os educandos são convidados a construir o conhecimento, e o papel do educador, identificado na Escola como mediador, é justamente de mediar o processo de ensino/aprendizagem, colocar desafios, estimular o educando no desenvolvimento das competências (PENEIREIRO & FRANCO, 2004).

Como num cardápio de um restaurante, existe uma ordem no oferecimento das iguarias (primeiro uma entrada, depois uma salada, o prato principal e depois a sobremesa), uma atividade que sucede a outra, obedecendo determinada lógica, de forma que apresentam-se vinculadas umas às outras. Por exemplo, na Escola da Floresta, discute-se o que fazer com o resíduo dos alimentos dos alunos no refeitório e automaticamente vem à tona os assuntos como compostagem, que por sua vez, levam à horta, e assim vão aparecendo as oportunidades para desenvolver as competências esperadas, sem que os assuntos estejam desconectados em disciplinas.

Uma outra iniciativa recente é a criação da Universidade da Floresta, no Vale do Juruá. Sua proposta ainda está em construção, mas já se avista a possibilidade efetiva de membros da população tradicional participarem do quadro docente, contribuindo com os seus conhecimentos. Ainda que a universidade se pautem em grade de disciplinas, não oferecendo cardápios, o fato de aproximar o conhecimento acadêmico do popular já é um grande avanço quando se trata de quebrar a hierarquia de poder e reconhecer que há outras formas de conhecimento além daquelas oferecidas pela ciência moderna (DIEGUES, 2005).

A Comissão Pró-Índio (CPI-AC) possui uma vivência bastante interessante e contextualizada à realidade acreana, que há 26 anos desenvolve trabalhos nas áreas de educação indígena, formação de professores indígenas, agentes de saúde e agentes agroflorestais, buscando a transformação a partir de uma pedagogia intercultural. Considerados intelectuais indígenas transformadores, eles têm responsabilidades pedagógicas, culturais e políticas e atuam em práticas educacionais, culturais e produtivas, visando à resolução dos problemas de suas comunidades. As escolas indígenas, também chamadas de escolas da floresta, onde atuam esses agentes, é um espaço para a utopia, para o fortalecimento cultural e para o diálogo intercultural (MONTE, 2003). Essas escolas interculturais e bilingües praticam uma proposta pedagógica e curricular própria, num terreno de luta e conflito com os currículos hegemônicos das escolas urbanas e rurais do país integradas às atuais políticas educacionais dirigidas à população indígena. Os agentes agroflorestais indígenas têm como “objetivo se capacitarem, e a outros, para, a partir de padrões culturais e do diálogo intercultural, formularem estratégias de uso e manejo dos recursos do ambiente e de gestão de seus territórios” (MONTE, 2003, p. 27).

“De todas as guerras, a mais difícil tem sido a mais íntima, oculta e silenciosa. Uma guerra permanente pela conquista de um território na consciência do Ocidente, a delimitação de uma reserva de tolerância onde se possa preservar tanta diferença. A civilização que se expandiu desde Roma não conhece a alteridade. Conquista, submete, explora ou simplesmente destrói. Os sobreviventes agrupados no último lugar da terra, os arredios e isolados, os novos gauleses, os brabos, arigós, caboclos, nauas, os fins-de-rama de todas as civilizações só querem existir”. Como disse o representante da Bolívia na solenidade de inauguração da estrada na fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, em 2005, “nuestro pueblo no quiere el desarrollo; solo quiere vivir” (Caderno Povos da Floresta, p. 10).

Os acreanos, bem como outras sociedades que não querem ser engolidas pelo poder hegemônico da sociedade dominante, querem o direito de ser o que são nesse lugar distante dos grandes centros, e têm trazido importantes

contribuições no que diz respeito a repensarmos a nossa forma de estar no mundo e sermos no mundo, com o mundo.

As inúmeras recomendações da literatura, entre as mais diretamente relacionadas com a proteção amazônica, revelam que a EA configura-se como uma das mais eficazes trajetórias ao fortalecimento das políticas públicas; de sensibilização e formação da consciência crítica; do fomento à participação em comitês e comissões colegiadas; da produção intelectual e também de materiais educativos; do desenvolvimento de pesquisas e de novas alternativas metodológicas; de transformação de informações científicas em linguagens compreensíveis; e da mobilização, capacidade de subversão e valorização da práxis pedagógica como elemento de transformação à sustentabilidade do Acre.

O mosaico é rico e é proporcional à vontade de mudar o mundo. A escolha talvez encontre uma aventura com riscos, pois somente aqueles que ousam mudanças sabem o significado da luta pela construção de um ecologismo político ousado, teimoso e incansável à construção de uma Nação que ainda sonha pelas utopias das transformações desejadas.

Referências bibliográficas

ACRE. Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC. Secretaria Estadual de Educação. **Programa de Educação Ambiental para o Estado do Acre**. Rio Branco, 2000.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação – SEPLAN/Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social. **Agenda Social para o Acre**. Rio Branco, 2001.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação. **ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico**. 1ª Fase – Vol. I e II. Rio Branco, 1999.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente / Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC. **Projeto de Gestão Ambiental Integrada - PGAI – Fase II (2001 a 2003) – SPRN/PP-G7**. Versão preliminar, julho, 2001.

BOLOGNA, E. J. **Diálogos Criativos** : Domenico De Masi : Frei Beto. São Paulo: DeLeitura, 148p. 2002.

BURKE, Tom. **Ten pinches of salt - a reply to Bjorn Lomborg**. London: Green Alliance, 2001.

Caderno Povos da Floresta. Chico Mendes vive! MMA. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Brasília, 2003

DIEGUES, A.C.S. Sociobiodiversidade. In.: Ferraro Junior. L. A. (org.) **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasil. MMA. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, p. 305-11. 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 149p. 1977.

GALLOPIN, Gilberto. Commentary on Gordon Baskerville's Perspective.

Conservation Ecology [online] v.1, n.1, 1997:

<http://www.consecol.org/vol1/iss1/art12/>, 14/July/05.

GONÇALVES, José Alberto. **Levantamento de Experiências em Educação Ambiental na Amazônia - Primeiras Análises das Experiências em Educação Ambiental nos Estado do Acre e Rondônia**. Levantamento de Brasília : WWF, 1999.

IBGE, 2000 – Censo.

LOMBORG, Bjørn. **O ambientalista cético**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MONTE, N. L. **Novos frutos das escolas da floresta: registro de práticas de formação**. Rio de Janeiro: N.L.Monte. 95p. 2003.

PENEIREIRO, F.M.; FRANCO, M.V.G. **Escola da Floresta: uma perspectiva inovadora em educação profissional no acre**. Anais: II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba-SP, maio de 2004.

RODRIGUES, F.Q.; PENEIREIRO, F.M.; LUDEWIGS, T., Luis Carlos de Lima MENESES-FILHO, L.C.L, ALMEIDA, D.A. **Formação de educadores agroflorestais no Estado do Acre**. Anais do II Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais - CBSAF Manaus, 2000.

SATO, Michele. Biorregionalismo: a educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In: Ferraro Junior. L. A. (org.) **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasil. MMA. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, p. 39-46. 2005.

SATO, Michèle. Sociedades sustentáveis: opção e identidade de uma educadora ambiental. IV ENCONTRO DE EDUCADOR@S AMBIENTAIS DE MATO GROSSO - Sociedades Sustentáveis ou Desenvolvimento Sustentável: opções e identidades da Educação Ambiental. Cuiabá: **Anais**, Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, p. 40-42, 2005 [conferência 3]. 2005.

SATO, Michèle; GAUTHIER, Jacques; PARIGIPE, Lympo. Insurgência do grupo pesquisador na Educação Ambiental sociopoética. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Orgs.) **Educação Ambiental - pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, p. 99-134. 2005.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu; MEDEIROS, Heitor **“Relatório parcial nº 3 - encontrando-nos na educação ambiental”**. In: TAMAIO, I. (Coord.) Levantamento-diagnóstico de educação ambiental na Amazônia - 2ª fase. Brasília: WWF- Brasil, 33p. 2001.

SMITH, Mark. **Ecologism**. London: Penguin, 1999 [download]
<http://www.ecologism.com/ISMOS/ecologism/index.html>, 14/July/05.

SILVA, Regina. **Tecendo a Educação Ambiental com fios amazônicos e linhas de dignidade**. Cuiabá: Dissertação [Mestrado em Educação] - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT, 145p. 2006.

SOTO, Manuel. **Ecologismo e autodeterminação na Galizia**. [download]
<http://www.primeiralinha.org/paramhagzindependente/soto.htm>, 24/Setembro/05.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco, Edição do autor, 2002.

SUTER, Keith. 'Friends of the Earth International', in Olav Schram Stokke and Øystein B. Thommessen (eds.), **Yearbook of International Co-operation on Environment and Development** 2002/2003. London: Earthscan Publications: p. 69-75, 2002.

TONSO, Sandro. Cardápio de Aprendizagem. In.: Ferraro Junior. L. A. (org.) **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasil**. MMA. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, p. 49-56. 2005.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CHICO MENDES E RESERVAS EXTRATIVISTAS

Heitor Queiroz de Medeiros²⁵ & Michèle Sato²⁶

RESUMO

Este trabalho se propõe a entender o processo de construção do ideário dos povos da floresta, principalmente dos seringueiros da Amazônia Acreana, capitaneados pelo olhar e liderança de seu líder Chico Mendes. Propõe um diálogo dessa experiência com a Educação Ambiental junto com este povo da floresta, através de uma breve contextualização do estado do Acre na Amazônia brasileira. A história de luta de seu povo para sua inserção ao território brasileiro, bem como um aprofundamento do processo de lutas dos seringueiros e povos indígenas em suas florestas é o fio condutor para a compreensão do modo de vida do Acre. Esse mergulhar possibilitou um entendimento de que a luta dos povos da floresta acontece em sua plenitude preecha de um teor educativo ambiental intrínseco em suas ações radicais, como os “empates”. A luta sócioambiental dos povos da floresta vem a ser um processo educativo contínuo, permanente e em contato direto com a floresta amazônica, laboratório de vivência e práticas desse povo simples e de uma sabedoria ímpar. \

PALAVRAS CHAVE: Acre, Amazônia. Chico Mendes. Educação Ambiental. Povos da Floresta

²⁵ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da UFSCar (PPGERN/UFSCar) e Técnico da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente.

²⁶ Profa. Dra. Docente no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ABSTRACT

This work if considers to understand the process of construction of the forest people ideologies, mainly rubber men os Acre, Amazon, commanded for the political view and leadership of its Chico leader Mendes. It proposes a dialogue between this forest people with theri own experiences in Environmental Education, through one brief contextualization of the state of the Acre in the Brazilian Amazon. The history of fight of its people for its insertion to the Brazilian territory, as well as a deepening of the process of fights of the rubber men and indigenous peoples in its forests is the conducting wire for the understanding in the way of life of the Acre. This diving in Acre made possible an agreement of that the fight of the peoples of the forest happens in its pregnant fullness of an intrinsic educative context in its radical action, as “empate”. The social and environmental fight of the peoples of the forest comes to be a continuous, permanent educative process and in direct contact with the Amazonian forest, practical laboratory of experience and of this simple people and an uneven wisdom.

KEYWORDS: Acre. Amazon. Chico Mendes. Environmental education. Forest people.

O estado do Acre no contexto da Amazônia



O estado do Acre faz parte da Bacia Amazônica, com a floresta recobrendo todo o território banhado pelos rios Acre, Acuriã, Amônia, Aparição, Breu, Caeté, Caipora, Chandless, Envira, Embirá, Gregório, Grajaú, Humaitá, Iaco, Jurupari, Juruá, Juruá-Mirim, Ouro Preto, das Minas, Moa, Muru, Natal, Paraná dos Mouras, Paratari, Purus, São Luiz, São João, Tarauacá, Tejo, Valparaíso e Xapuri. Os mais importantes são: Juruá (nasce no estado), Tarauacá, Muru, Envira e Xapuri que atravessam o estado em cursos praticamente paralelos.

Possui uma superfície de 152.581,388 km², correspondente a 3,9% da Amazônia brasileira e a 1,8% do território nacional, sendo um dos menos populosos, com 5.558.526 habitantes, estando situado num planalto com altitude média de 200 m, localizado a sudoeste da região Norte, entre as latitudes de 7°06'56"N e longitude 73° 48' 05"N, latitude de 11° 08' 41"S e longitude 68° 42' 59"S, fazendo divisa com os estados do Amazonas (N) e Rondônia (L) e fronteira com a Bolívia (SE) e o Peru (S e O), de acordo com o censo 2000 do IBGE.

O Acre é o responsável pela metade da borracha produzida na região Norte do país, a partir da seringueira (*Hevea brasiliensis*), com aproximadamente 2,7 mil toneladas por ano, sendo o maior produtor brasileiro, produzindo também quase 10 mil toneladas anuais de castanha da Amazônia, o que significa aproximadamente um terço de toda a produção de castanha na região Norte do país.

O estado do Acre, ainda hoje, tem a sua economia baseada nas atividades extrativistas, principalmente na seringa e castanha da Amazônia, bem como nas culturas de subsistência, como arroz, feijão, milho, mandioca e banana.

O Acre foi a última região a ser incorporada ao território brasileiro, estando duas horas a menos que o horário oficial de Brasília e, portanto, no quinto fuso horário em relação a Greenwich.

A história da presença humana na região hoje denominada de estado do Acre tem o seu início com a chegada dos índios dos troncos lingüísticos Pano e Aruaque vindos do Peru pelo rio Ucayali, fugindo da perseguição espanhola, chegando à região dos rios Juruá e Purus, sendo que ao tronco Pano pertencem as etnias Arara, Jaminauá, Kaxarari, Kaxinauá, Nukini e Poyanáwa e ao tronco Aruaque pertencem as etnias Kampa e Kulina.

A história registra que os povos indígenas forma os primeiros humanos a saborearem com sabedoria esta floresta, em toda a sua dimensão, não poderiam deixar neste ritual gastronômico de incorporarem a ingestão da ayahuasca ou auasca, um chá feito da efusão do cipó (*Banisteriopsis caapi*) e folhas de (*Psychotria Viridis*), tirando daí a sabedoria que alimenta a espiritualidade e protege o corpo, dando boa saúde a esse povo.

Existem registros confirmando que em 1851 o botânico inglês Richard Spruce encontrou-se com os índios Tucano nas margens do rio Vaupés, na Amazônia brasileira, tendo o acontecimento sido celebrado em ritual com a ingestão de um chá de nome *caapi*, que diziam provocar visões.

“Os índios Aruaque dominavam a bacia do rio Purus e os índios Pano dominavam a região do rio Juruá. Os índios Aruaque chegaram primeiro que os Pano a região do Juruá. No ano de 1892 os índios Kanamari, Manitereri e Apurinã, do tronco-lingüístico Aruaque já se encontravam localizados nos rios Juruá e Purus, mas predominavam no Purus, ocupando as margens dos rios Iruxi, Acre e Iaco. Os índios Remo, Arara, Inuquinin, Karipuna, Pacauara, Jaminauá e os valentes Naua, do tronco lingüístico Pano, em 1892 ainda ocupavam a região dos rios Juruá, Tarauacá e Envira.” SOUZA (2002, p. 30)

Os seringueiros que serviram como instrumento de seringalistas para desalojar estas etnias de suas terras para transformá-las em seringais produtores do látex, com potencial econômico viabilizador do enriquecimento destes seringalistas, de comerciantes do Amazonas e do Pará, foram trazidos do Nordeste de ambiente totalmente diverso do amazônico para aprenderem a aprender a viver na e com esta floresta e comerem e serem comidos da e pela floresta, também com grande sabedoria e prazer.

A região do Acre pelos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), assinados pelas coroas portuguesa e espanhola, pertencia à Bolívia e por meio do Tratado de Ayacucho (1867), que buscava resolver as questões de limites entre os dois países, acabou trazendo à tona a questão do Acre pertencer ou não ao Brasil.

A disputa pelo território do Acre vai se dar mais por determinação de seus novos habitantes, nordestinos, que fugindo da seca e atraídos pelo econômico da borracha, um produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais, do que propriamente por interesse do governo brasileiro.

Numa situação de desinteresse por parte do governo brasileiro e tampouco por parte da Bolívia, em 1899 o Acre é proclamado estado independente pelo espanhol Luiz Galvez, financiado por um grupo de seringalistas e pelo próprio governo do Amazonas. Em 1901 a Bolívia cede a área a um grupo norte-americano, formando a Syndicate of New York que fica encarregada da colonização e exploração da borracha na região do Acre, em troca de auxílio militar e econômico ao país. Em face desse ocorrido o Brasil vai suspender as relações comerciais com a Bolívia, havendo a suspensão das navegações entre os dois países. (GONÇALVES, 1999)

O Acre iria ter ainda mais um movimento de independência com o gaúcho José Plácido de Castro (1873-1908), militar que vai encostado como castigo para o Acre, ex-aluno da Escola Militar de Porto Alegre, agrimensor já estabelecido há alguns anos na região e que arregimenta alguns grupos de seringueiros e toma Xapuri em 1902. Em 1903, ocupam Puerto Alonso e, mais uma vez, proclama o Estado Independente do Acre, sendo dissolvido logo depois por tropas do governo brasileiro.

Em 17 de novembro de 1903 chega ao fim esta disputa, por meio do Tratado de Petrópolis, em que a Bolívia renuncia as suas pretensões sobre o Acre em troca de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas com o Brasil, obrigando também a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O extrativismo da borracha amazônica entra em declínio com a opção dos industriais ingleses em produzir a borracha por um preço mais baixo através da produção do látex dos seringais plantados na Malásia, que tinham sido viabilizados através do contrabando de toneladas de sementes de seringueiras, da Amazônia acreana, por um inglês chamado Henry Wichham, em 1876, sendo elas preparadas na Inglaterra e posteriormente plantadas na Malásia, sendo considerado até hoje uma dos maiores ações de biopirataria praticada contra a Amazônia e a soberania acreana e brasileira.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a ocupação dos seringais da Malásia pelos Japoneses, que lutavam ao lado da Alemanha e da Itália, contra os Estados Unidos, Inglaterra e França, os seringais no estado do Acre voltaram a ter um novo surto econômico, pois passaram a produzir novamente, para os países aliados, a matéria-prima principal para a guerra, que era a borracha.

Naquele momento surge o “soldado da borracha”, homens e mulheres na ordem de aproximadamente 55.000 pessoas que se transferiram de estados nordestinos para a Amazônia, principalmente a acreana, para integrarem-se na contribuição brasileira aos aliados na produção da borracha necessária e indispensável ao modelo de guerra daquele período (SOUZA, 2002).

Esse saborear a floresta por meio do extrativismo acontece em uma escala que possibilitou a mesma se manter em sua integridade biológica, trouxe impactos em pequena escala, compatíveis com um modo de vida ligada às necessidades básicas da subsistência das espécies ali presentes, inclusive a

humana, e esse estar gastronômico garantiu a exuberância desse ecossistema com dimensões continentais e com reconhecimento de sua importância para a manutenção da biodiversidade e como espaço de vida de povos únicos e peculiares.

Segundo (GONÇALVES, 1999) o avanço do capital em sua forma mais moderna e gananciosa, na busca de acumulação de riqueza, tem a partir da década de 1970 criadas as condições para a sua entrada através do avanço da agropecuária, visto que falidos os seringalistas, tornaram-se alvo fácil dos pecuaristas do Centro-Sul do país, que investiram na compra de terras para a criação de gado e a exploração de madeira nos anos de 1970 e 1980, expulsando milhares de seringueiros da mata e iniciando um ciclo frenético de um apetite voraz e insaciável de cada vez mais desmatamentos para a consolidação de fazendas de gado, produtoras de enriquecimento vertiginoso quase sempre financiado por dinheiro público através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A expansão da frente agropecuária e madeireira foi acompanhada de uma série de problemas graves como os conflitos pelo acesso à terra e outros recursos naturais, a exploração insustentável da natureza, bem como o crescimento desordenado das cidades.

Após ter enfrentado desde o início o autoritarismo e a exploração do seringalista, em regime de escravidão e semi-escravidão, os seringueiros passavam a lutar contra grandes fazendeiros para preservar a floresta em pé, fonte de sua sobrevivência, extraíndo látex ou coletando castanha.

Chico Mendes e seus companheiros dão visibilidade à luta dos povos da floresta

Chico Mendes emerge nesse contexto representando um grupo enorme de seringueiros que começavam a relacionar a luta pela terra com a questão ecológica. O mártir da floresta teve a habilidade de costurar alianças com diferentes segmentos da sociedade civil, desde técnicos do governo estadual, sensíveis em pensar novas opções econômicas para a exploração sustentável da mata, a ambientalistas de ONGs estrangeiras, sem deixar de lado o envolvimento na política local, por meio da militância no Partido dos Trabalhadores.

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora, contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva pelo movimento ambientalista da ligação umbilical entre defesa da floresta e das sociedades que nela vivem, há decênios e centenas de anos, ajudando a protegê-la.

Foi na década de 1970 que se estruturou a organização de resistência dos seringueiros, ao modelo de ocupação de suas terras, quando foram criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e outras entidades civis e, por meio deles, os seringueiros criaram sua mais poderosa forma de luta, o empate.

Suas ações apresentam como inovadoras a forma encontrada para fazer o enfrentamento com os responsáveis pelo desmatamento, criando a figura dos “empates” que tão eficientes se mostraram na paralisação do desmatamento de milhares de alqueires de floresta virgem onde tiravam o sustento de suas famílias.

Para empatar a derrubada de um seringal, os extrativistas juntavam as suas famílias e colocavam-se como barreiras humanas para impedir o ataque dos tratores e das motosserras. Nem sempre os empates eram bem-sucedidos, mas certamente significaram um aprendizado incalculável no processo de organização sindical, tomada de consciência da importância da floresta em pé e formulação da proposta da reserva extrativista.

Segundo (GONÇALVES, 1999) a temática da educação ambiental não vai aparecer como tema central nas ações dos seringueiros nem tampouco nas propostas educacionais institucionais de seus líderes, que passam a participar da vida política local com cargos eletivos e acaba acontecendo na prática nas várias dimensões do processo de organização e mobilização da sociedade local, buscando conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da floresta.

A cidade de Xapuri passa a ser o foco de observação de ecologistas brasileiros, como de outras partes do mundo, transformando-se em espaço privilegiado de atuação de instituições públicas, como as universidades, o IBAMA, a EMBRAPA, entre outras, bem como de Organizações Não-Governamentais (ONGs), como o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre) e o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA).

O Centro de Formação de Seringueiros na colação Pimenteira, da Resex Chico Mendes, nasceu em 1995 por iniciativa da CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri), AMOREX (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com recursos do governo da Áustria, e sua grade curricular compunha-se de seis eixos básicos: gestão participativa, reforço à alfabetização, atividades de produção (apicultura, piscicultura e quintais produtivos), saúde, conhecimento da realidade histórica e avaliação de impactos ambientais. Os alunos passavam 15 dias nas instalações do Centro da Pimenteira e outros 15 nas casas de suas famílias.

O centro tem como objetivo a formação integral de adolescentes e jovens seringueiros, contemplando os vários aspectos da vida humana como a sexualidade, a importância de sindicatos e cooperativas, entre outros, lançando mão também da arte-educação e de oficinas para trabalhar certas questões como o controle da caça na mata, a fim de tornar sustentável a exploração dos recursos

naturais.

Chico Mendes, em 1976, participa ativamente das lutas dos seringueiros para impedir desmatamentos através dos "empates", organizando também várias ações em defesa da posse da terra. Em 1977, participa da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, além de ter sido eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à Câmara Municipal local. Naquele mesmo ano, Chico Mendes sofre as primeiras ameaças de morte por parte dos fazendeiros, ao mesmo tempo que começa a enfrentar vários problemas com o seu próprio partido, o MDB, que não era solidário às suas lutas.

Em 1979, Chico Mendes transforma a Câmara Municipal num grande foro de debates entre lideranças sindicais, populares e religiosas, sendo por isso acusado de subversão e submetido a duros interrogatórios. Em dezembro do mesmo ano Chico é torturado secretamente, sem ter condições de denunciar o fato.

Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores, Chico transforma-se num de seus fundadores e dirigentes no Acre, participando de comícios na região juntamente com Lula. Ainda em 1980, Chico Mendes é enquadrado na Lei de Segurança Nacional, a pedido dos fazendeiros da região que procuravam envolvê-lo com o assassinato de um capataz de fazenda que poderia estar envolvido no assassinato de Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Brasiléia.

Chico Mendes assume, em 1981, a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, do qual foi presidente até o momento de sua morte. Naquele mesmo ano Chico é acusado de incitar posseiros à violência, sendo julgado no Tribunal Militar de Manaus e conseguindo livrar-se da prisão preventiva.

Em outubro de 1985 lidera o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, quando é criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do qual torna-se a principal referência. A partir de então, a luta dos seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, começa a ganhar repercussão nacional e internacional, principalmente com o surgimento da proposta de "União dos Povos da Floresta", que busca unir os interesses de índios e seringueiros, em defesa da floresta amazônica, propondo ainda a criação de reservas extrativistas que buscassem preservar a própria floresta, ao mesmo tempo que garantissem a reforma agrária desejada pelos seringueiros.

Meses depois, Chico Mendes começa a receber vários prêmios e reconhecimentos, nacionais e internacionais, como uma das pessoas que mais se destacaram naquele ano em defesa da ecologia, como por exemplo o prêmio "Global 500", oferecido pela própria ONU.

Durante o ano de 1988, Chico Mendes, cada vez mais ameaçado e perseguido, principalmente por ações organizadas após a instalação da UDR no Acre, continua sua luta percorrendo várias regiões do Brasil, participando de seminários, palestras e congressos, com o objetivo de denunciar a ação predatória contra a floresta e as ações violentas dos fazendeiros da região contra os trabalhadores de Xapuri.

Por outro lado, Chico participa da realização de um grande sonho: a implantação das primeiras reservas extrativistas criadas no estado do Acre, além de conseguir a desapropriação do Seringal Cachoeira, em Xapuri, de Darly Alves da Silva, mandante de seu assassinato. A partir daí, agravam-se as ameaças de morte, como o próprio Chico chegou a denunciar várias vezes, ao mesmo tempo em que deixava claro para as autoridades policiais e governamentais que corria risco de vida e que necessitava de garantias, chegando inclusive a apontar os nomes de seus prováveis assassinos.

A clareza do papel social e ambiental para a gestão da floresta amazônica

através das reservas extrativistas está presente no pensamento e na prática de Chico Mendes, como pode ser visto em sua entrevista publicada na *Revista Chico Mendes*, publicada pela CUT e CNS, em que define o seu conceito bem como apresenta as reservas extrativistas como uma nova possibilidade de reforma agrária para o país, não mais a partir do conceito de propriedade privada e sim sob a ótica da propriedade coletiva, onde ninguém é dono e todos cuidam, com consciência, da importância ambiental e cultural da floresta e do povo que nela vive, sendo a floresta o ambiente de onde vem as condições ambientais para a sobrevivência de todos.

“A reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros. É o reconhecimento de áreas de floresta, ocupadas tradicionalmente por seringueiros e outros extrativistas, como áreas de domínio da União, com usufruto exclusivo dos seringueiros organizados em cooperativas ou associações. Nas reservas extrativistas não há títulos individuais de propriedade. Nelas serão respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho dos seringueiros, que continuarão a realizar a extração de produtos de valor comercial como a borracha, a castanha e muitos outros, bem como a caça e a pesca não predatórias, juntamente com pequenos roçados de subsistência em harmonia com a regeneração da mata. As reservas extrativistas não serão áreas inviáveis economicamente: garantida a floresta, os seringueiros organizados aumentarão a produtividade, introduzindo inovações tecnológicas adequadas. Além disso, darão continuidade à criação de escolas, postos de saúde e cooperativas geridas por seringueiros. A reserva extrativista não é apenas a reforma agrária dos seringueiros, mas também uma forma de preservação da natureza pelos que dela dependem, e uma alternativa econômica para a Amazônia” (Revista Chico Mendes, CUT/CNS)²⁷

Uma vitória sem dúvida de Chico Mendes e seus aliados está expressa na inclusão das reservas extrativistas no Sistema Nacional de Unidades de

²⁷ □ Revista Chico Mendes. STR de Xapuri, CNS, CUT, Rio Branco, 1989. Capturado em: <http://www.chicomendes.org/seringueiros11.php>

Conservação (SNUC), no grupo das unidades de uso sustentável, além de várias unidades de conservação, entre elas cinco reservas extrativistas, foram criadas no estado do Acre, mas a heterotopia de Chico Mendes e seus aliados de consolidar na Amazônia em um espaço aliando preservação ambiental e desenvolvimento das comunidades que ali vivem, ainda não foi consolidado, mas houve avanços significativos na consolidação de um sistema estadual de unidades de conservação bastante significativo.

A criação de áreas naturais protegidas no estado do Acre se justifica por sua situação privilegiada, estando situado na Ecorregião 4 do Sudoeste da Amazônia, na área de transição entre as Terras Baixas Amazônicas e a Cordilheira Andina, o estado do Acre destaca-se nessa região por sediar uma grande variedade de ecossistemas e habitat, grande riqueza de tipologias vegetais, gradientes topográficos e tipos de solos.

Além da floresta tropical úmida, ocorrem outras fisionomias, como formações típicas de ambientes rochosos (na Serra do Divisor) e formações de ambientes secos sobre areias brancas (campinas e campinaranas) ao norte do município de Mâncio Lima. Possui a maior riqueza de palmeiras da Amazônia Ocidental: mais de 70% das espécies de palmeiras da região foram registradas no Acre. Ocorrem ainda florestas densas submontanas, de terra firme e aluviais, e florestas abertas de bambus, cipós, palmeiras, aluviais inundadas e não inundadas.

Há, ainda, outras tipologias de vegetação, estando identificadas cerca de 80 categorias de Unidades de Paisagem Biofísica (UPBs), no mapeamento realizado na escala de 1:1.000.000, demonstrando uma significativa diversidade de paisagens.

Além da diversidade mencionada, o Acre é o estado da Amazônia brasileira que mantém uma das maiores áreas de floresta tropical contínua intacta: somente 9,7% de sua cobertura florestal tinham sido desmatadas até 1998, fato que aumenta o seu potencial para a conservação. O Acre sedia

também o Corredor Ecológico do Oeste da Amazônia, considerado da mais alta prioridade para a conservação da biodiversidade no Brasil (MMA, 1998).

No Acre, existem hoje três unidades de conservação de uso indireto (incluindo as áreas verdes instituídas pelo poder municipal, somam-se sete UCs) e 15 UCs de uso sustentável. Na instância estadual temos quatro florestas, uma área de proteção ambiental e um parque estadual.

Para facilitar a gestão participativa das unidades de conservação e o monitoramento das demais áreas protegidas estaduais, foi criado o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP (Lei Estadual nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001). Originalmente, o projeto de concepção do SEANP inclui UC, TI e RL (Unidade de Conservação, Terra Indígena e Reserva Legal, respectivamente) como áreas protegidas passíveis de ser reconhecidas pelo sistema e de gozar dos benefícios estaduais que venham a ser oferecidos a este tipo de uso da terra.

A inexistência de um plano estadual de unidades de conservação pode ser apontada como uma das principais lacunas na política de proteção da diversidade biológica. Um plano do sistema de áreas protegidas conceitua e discrimina as categorias necessárias para atingir os objetivos da política de conservação, define os objetivos de manejo específicos para cada categoria, estabelece critérios para orientar a seleção de novas áreas a serem protegidas e critérios para analisar a validade das unidades existentes quanto à sua inclusão no sistema, sua classificação e necessidade de transferência para outras categorias.

Para dar início ao plano do sistema estadual, é necessário elaborar o Cadastro de Unidades de Conservação do Estado, subsídio indispensável e prioritário ao desenvolvimento desse trabalho. Além de subsidiar o planejamento das UCs no estado e no país, este cadastro vem atender às demandas imediatas,

tais como: oferecer referências ao licenciamento e monitoramento de atividades potencialmente degradadoras quanto à interveniência em áreas naturais sensíveis; possibilitar que as unidades de conservação sejam plotadas nas cartas oficiais; auxiliar no planejamento de projetos de desenvolvimento (expansão da malha rodoviária, ferroviária, entre outros).

Somando as áreas de proteção ambiental oficialmente reconhecidas pelo governo federal, estadual e municipal, o estado do Acre apresenta atualmente sete UCs de proteção integral, representando 1.733.415 ha (10.52% da área do estado) e 15 UCs de uso sustentável, atingindo 4.045.569 ha (24.7% da área do estado). Somando estas áreas aos 2.167.146 ha (13.1%) das terras indígenas, o estado do Acre possui 48.32% de seu território protegido pelas UCs.

A contribuição de Chico Mendes ao processo de conservação da Amazônia, principalmente da Amazônia acreana, cada vez mais lhe trouxe problemas face às reações contrárias das elites locais, lideradas no momento pela União Democrática Ruralista (UDR), colocando cada vez mais a sua vida em perigo, da mesma maneira que diversas outras lideranças já assassinadas no estado, principalmente a partir da década de 1980.

No 3º Congresso Nacional da CUT Chico Mendes voltou a denunciar sua situação de risco de vida, juntamente com a de vários outros trabalhadores rurais de todas as partes do país. A situação é a mesma, a violência criminosa tem a mão da UDR de Norte a Sul do Brasil. No mesmo Concut, Chico Mendes defendeu a tese apresentada pelo Sindicato de Xapuri, "Em Defesa dos Povos da Floresta", aprovada por aclamação por cerca de 6 mil delegados presentes. Ao final do Congresso, ele foi eleito suplente da direção nacional da CUT.

Chico Mendes foi assassinado em dezembro de 1988, deixando além de sua luta, uma mulher Ilzamar Mendes e dois filhos, Elenira de quatro anos e Sandino de dois anos. Assumiu seu lugar na presidência do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Xapuri seu vice-presidente, o seringueiro Júlio Barbosa, que também ocupava a função de presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri. Sua atuação nesse processo vai levá-lo a liderar, junto com outras pessoas, a criação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) no âmbito do PPG-7 – Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da floresta amazônica e da Mata Atlântica.

Sua atuação como liderança dos seringueiros, dentro de um quadro de mudanças substanciais das forças políticas no estado do Acre possibilitou a sua eleição como prefeito de Xapuri pelo Partido dos Trabalhadores, em 1996, fato inédito e impensável até poucos anos atrás, colocando os seringueiros em lugar de destaque nas definições das políticas públicas locais.

“O Chico tinha muito essa preocupação de envolver os seringueiros e os índios, porque como a discussão era a criação de reservas extrativistas, era criar um modelo de reforma agrária diferenciado para os seringais da Amazônia, e a referência que o Chico sempre achava que podia ser a combinação era as terras indígenas e como já tinha algumas terras indígenas demarcadas ele tinha essa convicção. Ela tinha uma convicção muito clara... quando mais aliados melhor... o Chico não tinha a concepção da galinha... que cisca para traz...a concepção do Chico era de juntar... só era possível conquista a partir da união... o conceito do empate era estar todo mundo junto...”²⁸

O depoimento de Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, para a *Revista Chico Mendes* editada pelo Sindicato do Trabalhadores

²⁸ Entrevista com Júlio Barbosa, substituto de Chico Mendes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais após seu assassinato, ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), ex-prefeito de Xapuri e atualmente vice-presidente do CNS no Estado do Acre. Entrevista gravada em Xapuri – AC em 04/02/2006 em gravador Powerpack Digital Player DVR–SD3850

Rurais de Xapuri (CTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), em janeiro de 1989²⁹ expressa bem a importância de Chico Mendes na articulação entre os seringueiros e os povos indígenas.

“A melhor maneira de se entender um pouco o significado da luta de Chico Mendes é prestar atenção num pequeno episódio da nossa, índios e seringueiros, história recente. O Acre é uma região da Amazônia onde até a década de 1970 não havia qualquer reconhecimento da existência das populações indígenas. As antigas áreas indígenas das doze tribos daquela região tinham se transformado em seringais sob controle dos coronéis da borracha e os índios em escravos destes seringais.

Os seringueiros, historicamente, tinham se constituído numa espécie de guarda dos patrões no processo de domesticação dos índios e chegaram a ser aliciados para fazerem guerras punitivas contra grupos indígenas pelo resgate de sua condição e retomada do domínio de seus territórios. O movimento dos seringueiros, liderado por Chico Mendes, teve a sensibilidade de superar esta histórica inimizade manipulada pelos patrões e lançar as bases da atual aliança dos povos da floresta, que o Chico resumia assim: "Nosso povo é o mesmo povo, nós não somos mais brancos. Temos uma cultura diferente da dos brancos e pensamos diferente dos civilizados. Aprendemos todas as nossas necessidades básicas e já criamos uma cultura própria, que nos aproxima muito mais da tradição indígena do que da tradição dos 'civilizados'. Nós já sabemos disso, agora o Brasil precisa saber disso. Nunca mais um companheiro nosso vai derramar o sangue do outro, juntos nós podemos proteger a natureza que é o lugar onde nossa gente aprendeu a viver, a criar os filhos e a desenvolver suas capacidades, dentro de um pensamento harmonioso com a natureza, com o meio ambiente e com os seres que habitam aqui".

29

Entrevista publicada na Revista Chico Mendes. STR de Xapuri, CNS, CUT, Rio Branco, 1999

O jornalista acreano Élon Martins, em artigo publicado no jornal *Folha do Amapá*, em 10 de dezembro de 2004, na coluna Voz das Selvas, a partir de seu vasto conhecimento sobre a vida de Chico Mendes, por ter sido um dos seus parceiros na divulgação para a mídia nacional dos acontecimentos e lutas dos seringueiros liderados por Chico Mendes e seus companheiros, na defesa da floresta, vai mostrar a sua importância para o estado do Acre.

“O Acre cresceu muito com a ajuda de Chico Mendes: 30 por cento de seus 15 milhões de hectares foram transformados em reservas e assentamentos extrativistas, em parques nacionais, áreas indígenas e florestas estaduais protegidas por legislação ambiental. Não existem mais seringueiros e ribeirinhos ou índios ameaçados por proprietários de terras. Os povos da floresta são livres no centro e na margem, e organizam-se para construir a sociedade sustentável que lhes convém.

Mesmo assim, acontecem sobressaltos que incomodariam Chico Mendes. A vida moderna é tocada com muita pressa e prioriza uma mídia regional, nacional e internacional que confunde as pessoas desatentas. Pior, mata os sonhos e sufoca a tradição que fez o Acre diferente e atraente. Cresce entre as pessoas que reverenciam Chico Mendes a preocupação com a utilização de seu nome em vão.”³⁰

A consciência da importância da educação na libertação dos povos da floresta está presente em depoimentos registrados em diversas entrevistas com seringueiros que participaram da luta dos povos da floresta junto com Chico Mendes, como o depoimento do seringueiro e hoje também, além de seringueiro, professor Pedro Teles de Carvalho, que foi o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, na gestão em que seu presidente, Chico Mendes, foi assassinado, tendo participado ativamente da Escola do Seringueiro, primeiro como aluno e posteriormente como professor, estando trabalhando na floresta e ensinando até hoje.

³⁰ Entrevista com o jornalista Élon Martins, ex-correspondente do Jornal O Estado de São Paulo, no Acre, que acompanhou e publicou a nível nacional matérias sobre Chico Mendes e a luta dos Seringueiros na Amazônia e principalmente no Acre. Entrevista gravada em Rio Branco – AC em 02/02/2006 em gravador Powerpack Digital Player DVR–SD3850

Nascido em Xapuri no Seringal São Pedro, na colocação Estrema no Alto rio Xapuri, tem hoje 55 anos, filho de seringueiro nordestino que veio do Piauí, cortou seringa a partir dos nove anos de idade, acompanhando o pai e os meeiros, e a partir dos 12 anos cortava seringa sozinho, até o final da década de 1980, dependia exclusivamente do corte da seringa para a sua sustentação. Começou a militar no início do movimento dos seringueiros, tendo participado da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia, em 1985, e da fundação, em 1987, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

“... a igreja católica tinha o trabalho das comunidades eclesiais de base... aí ficou discutino as questões sobre os direito do homem, do posseiro, na época se pagava a renda ao patrão.. aí foi uma das coisas que se trabalhou para extinguir a renda do patrão, porque a gente já tava praticamente autônomo, o patrão já não bancava muita coisa, então não tinha mais direito de pagar renda, aí depois partimo para a luta da posse da terra, chegou a questão dos empates, que na época tava chegando os sulistas, aqui se chamava sulistas as pessoas que vinha do sul comprar terra, comprava os seringais a´i expulsava os seringueiros de sua colocação, a conseguiu ter essa resistêcia né?, e depois, a resistêcia pela posse da terra, depois foi a vez do empate pelo não desmatamento, que foi quando o Chico tava aqui sendo presidente do sindicato, inclusive ele era presidente e eu era secretário geral do sindicato... isso foi em oitenta e cinco...”

31

É exemplar a experiência desse seringueiro educador sócio ambiental, mesmo que ele não se denomine assim, mas o compromisso e a responsabilidade com a educação e a prática voltada para a busca pela formação de seres humanos que construam sua sobrevivência neste planeta num diálogo inteligente com o ambiente natural onde vive e atua, em toda sua trajetória de envolvimento com as lutas e conquistas dos extrativistas do estado do Acre e assumidamente um educador a serviço de sua comunidade, tendo participado

31

Entrevista gravada em Xapuri – AC em 04 de Fevereiro de 2006 com o professor e seringueiro Pedro Teles de Carvalho, em gravador Powerpack Digital Player DVR–SD3850.

desde o início do projeto seringueiro, que vai ser uma proposta/ação totalmente radical e avançada em projetos educacionais, sendo responsável pela formação de lideranças populares e seus filhos, a partir de temas ligados a seu interesse e em diálogo com a floresta que lhes sustenta, procurando tirar os mesmos do analfabetismo que também contribui para o processo de exploração por seus patrões.

“... uma outra coisa interessante que aconteceu na época, em oitenta e três, quando eu passei a trabalhar na educação, foi a criação das escola pra seringueiro, isso visano educar o seringueiro, pra que ele, alfabetizar pra que ele sobesse no mínimo as 4 operações de conta, pra fazer o acerto da comercialização, pra ele tá entendeno.... e hoje foi um fruto muito grande, né? que surgiu dessa semente, foi primeiro implantado umas duas escolas... isso aí foi a partir da Mary Alegrete... depois aconteceu a fundação do CTA, Centro dos Trabalhadores da Amazônia, que foi criado dentro do CTA, o Projeto Seringueiro... o projeto da própria organização, a partir daí foi criado mais as duas escolas, o pessoal de minha comunidade me escolheu como professor, fiz o treinamento, inclusive passei uns 3 anos, de 83 a 86, a maioria de 86 eu trabalhei sem contrato nenhum, sem receber, só pela boa vontade, fui contratado em maio de 86... cortava seringa, trabalhava na roça, também no movimento, no sindicato, e hoje já perdemos algumas coisas que a gente conquistou, mas outras graças a Deus, as escolas aumentou muito na zona rural, a gente hoje já tem até iniciação da quinta a oitava série, tamos trabalhano para que o ensino médio seja implantado...”³²

O Projeto Seringueiro, que é o Programa de Educação do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) apresenta-se como uma das experiências mais bem-sucedidas no estado, podendo sem dúvida ser considerado modelo para uma educação ambiental que se pretenda ensinar e aprender a partir dos conhecimentos da floresta e vem sendo realizado desde 1981, sob o compromisso de desenvolver uma proposta pedagógica compatível com a

³²

Entrevista gravada em Xapuri – AC em 04 de Fevereiro de 2006 com o professor e seringueiro Pedro Teles de Carvalho, em gravador Powerpack Digital Player DVR–SD3850.

realidade sociocultural das populações que vivem na floresta. As atividades do projeto são desenvolvidas em 27 escolas, sendo 22 em Xapuri, três na reserva extrativista de Porto Dias, em Acrelândia, e duas na Floresta Nacional de Macauã.

A proposta começou a ser desenvolvida conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, com a finalidade de mobilizar a sociedade civil e o estado para levar escolas ao interior da floresta. Chico Mendes foi uma das pessoas que conceberam o projeto e o iniciou na década de 1980.

Nos últimos anos, particularmente desde 1995, tem-se concentrado maior esforço na sistematização de uma proposta de capacitação de professores leigos – que são escolhidos pelas comunidades onde irão trabalhar – e na elaboração de materiais didáticos adequados para a realidade das populações tradicionais extrativistas. Por meio de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação de Xapuri, o Projeto Seringueiro foi transformado em referência para o ensino fundamental da cidade. Segundo a equipe, a proposta pedagógica diferenciada para os povos da floresta é um instrumento importante para evitar a repetência.

O meio ambiente é tratado no conjunto de temáticas do programa do professor. No início do projeto havia uma grande ênfase sobre a questão ambiental, com muitos textos e desenhos falando de mata, bichos e etc. Ultimamente, as escolas estão reforçando o tratamento de questões urbanas, pois percebeu-se que o aluno não quer ficar sabendo apenas coisas de sua realidade, pois tem necessidade de aprender coisas da cidade, para onde vai periodicamente.

Alguns dos resultados alcançados pelo projeto, segundo o CTA, bastante significativos, são os seguintes: a taxa de evasão dos alunos das escolas rurais orientadas pedagogicamente pelo CTA é de 20%, enquanto que nas gerenciadas pelo estado o percentual se eleva para 50%; o projeto oferece

cursos de formação continuada para todos os professores com duração de aproximadamente 30 dias em várias localidades; o estado não possui nenhum curso de formação específico para as comunidades da floresta; o setor de educação do CTA possui quatro cartilhas específicas para o ensino fundamental: Poronga (alfabetização), Livro dos Seringueiros (pós-alfabetização), Geografia do Seringueiro e Educação Matemática – e um material de suporte para leitura de textos – "Mapinguari: comedor de carne", livro de lendas tradicionais da cultura seringueira; quatro cartilhas estão sendo elaboradas para as áreas de produção de textos, educação para a saúde, ciências (com ênfase no tema do extrativismo) e artes (articulada com o projeto Mala de Leitura, uma espécie de biblioteca portátil levada ao seringal).

O projeto Seringueiro recebeu vários prêmios de relevância nacional e internacional, a saber: Menção Honrosa do Itaú-UNICEF, 1995; Formação Continuada de Professores, do Itaú-UNICEF, 1997; Prêmio Paulo Freire, 1998; Prêmio Semana da Amazônia, Nova York, 1998.

Embora não haja formação da equipe do projeto em EA nem ação específica para a questão, o seringueiro apresenta-se como uma experiência demonstrativa de peso para se trabalhar a questão da escola junto a populações tradicionais da Amazônia e de áreas de conservação de todo o país. A preocupação com a formação e o acompanhamento constante do professor leigo e a produção de material didático pelo CTA são dimensões relevantes do projeto.

As políticas públicas desenhadas pelo Estado de Mato Grosso, por exemplo, pautam-se na construção dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC), alicerçado pela necessidade do diálogo entre escola e comunidade. A aliança da educação escolarizada com a utopia concretizável da formulação de políticas em EA (MATO GROSSO, 2004)

Um desafio para o projeto é o desenvolvimento de um programa de EA

para os seringais, que não são imunes a problemas ambientais. A questão sanitária, por exemplo, é um sério dilema nas áreas habitadas pelos extrativistas, que pode ser facilmente percebido nas andanças pelas colocações, onde em geral não há rede de esgoto e água. Também falta um programa de destino do lixo gerado nas áreas ocupadas pelos seringueiros.

Uma inspiração para esta formação pode ser dada pelo Órgão Gestor da Educação Ambiental, no diálogo entre MEC e MMA, que ao cuidar da escola, zela também pelo seu entorno.

Por meio de parceria entre governos federal e estadual, placas de energia solar foram instaladas em algumas colocações de seringueiros como no Seringal Cachoeira (Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes). Além de melhorar substancialmente as condições de vida dos extrativistas, a energia solar por si só funciona como elemento importante no processo de educação em meio ambiente das populações da floresta. A energia solar irá atender a escola, o posto de saúde e a pousada do local, entre outros serviços.

Pode-se perceber que o sonho e as lutas de Chico Mendes junto com os seus parceiros extrativistas e povos indígenas tem conseguido alguns resultados, sem ter conseguido ainda efetivamente conter o processo de ocupação da Amazônia acreana pelo desmatamento. Sem dúvida o Acre é um dos estados com o menor índice de desmatamento da Amazônia no período de 1977 a 2004, como podemos verificar na tabela abaixo.

Os povos da floresta ainda mantêm a chama dos ideários revolucionários de Chico Mendes à construção da heterotopia. Através do exemplo de sua luta, Chico Mendes configura-se como uma aspiração política, aos ecologistas do mundo inteiro. No cenário local da Amazônia acreana, o governo da Florestania ousa um novo conceito e prática de gestão pública. Ainda que mereça ser revisto, a ponta na direção de alternativas viáveis para a guinada política que conceba o

significado polissêmico da qualidade de vida, ou dos índices de satisfação dos povos, ou ainda da concepção de felicidade. Embora, sublinhemos a importância de Chico Mendes, faz-se notório atentar que sua luta jamais foi individual. Sua família, seus companheiros e seus aliados foram fundamentais à construção de uma sociedade sustentável, pautada no conceito foucaultiano da heterotopia coletiva.

Nesta nova geração vamos encontrar a atual presidente da Fundação Chico Mendes, sua filha Elenira Mendes, que contava com quatro anos quando de seu assassinato foi a quem ele dirigiu suas últimas palavras ainda agonizando. Elenira hoje, uma moça crescida e já mãe de uma filha, tem diversos olhares sobre si em função de sua herança, que é nada menos do que ser filha de Chico Mendes, o que já não é pouco, e mostra-se bastante confiante em sua responsabilidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido por seu pai junto com seus companheiros e na medida de suas possibilidades vem fazendo isso.

“... olha, isso é, para ser sincera, é uma dor que a gente carrega pra toda a vida, né? não vou dizer que tem momentos que eu me sinto muito orgulhosa, pôxa, meu pai foi um homem que lutou, ele não teve medo, ele doou a vida dele por essa causa, ele foi, ele era apaixonado pela floresta, pela mata, e é uma responsabilidade muito grande pra mim como filha, porque essa é minha herança, né? a herança da luta dele, dos benefícios que ele deixou pra nossa cidade, pro país entendeu? então eu me sinto orgulhosa de ser filha dele, mas também me sinto como se tivesse perdido muito com isso, porque ele não pensou muito assim na família dele, ele pensou nesse sonho. Eu me sinto um pouco órfã mas também me sinto vencedora. Órfã porque ele se doou por essa causa e nos deixou sem a presença dele, e vitoriosa porque ele foi um herói praticamente, né? foi um herói, porque ele se doou inteiramente por isso... então é isso, eu acho que ele confiou em mim uma responsabilidade, eu acho que eu tenho por obrigação hoje de dar continuidade a tudo aquilo que ele queria, que de certa forma ele não conseguiu, mas ele deixou a mensagem, deixou a luta, e isso

despertou o interesse do mundo, né?...”³³

Aqui os sonhos amazônicos de justiça ambiental se renovam com a expectativa da consolidação de uma Amazônia para a sua diversidade biológica, com destaque para as ações e modos de uso do povo que nela habita e vive há séculos, sabendo que isso se dará efetivamente com a continuidade da luta desse povo que vive na floresta e da floresta, com um tipo de sabedoria que tem demonstrado ser adaptada para quem vive neste ambiente, pensando em viver e ser feliz, sem grandes aspirações dos sonhos de consumo do mundo capitalista, mas contribuindo efetivamente para o ensinamento sobre modelos de gestão de florestas em bases sustentáveis.

³³

Entrevista com Elenira Mendes Gadelha, filha de Chico Mendes, gravada em Rio Branco, em 11 de fevereiro de 2006, em gravador Powerpack Digital Player DVR-SD3850.

Um diálogo inicial com os povos indígenas na atualidade

Com a chegada dos migrantes oriundos do Nordeste para ocupar as regiões dos seringais estabelece-se os primeiros conflitos entre estes povos indígenas e estes seringueiros, que cumprem o papel de exército a serviço dos seringalistas na efetivação do extermínio e expulsão dos povos indígenas, expulsos de suas terras, transformando aqueles que se submeteram também em seringueiros.

Os seringueiros que serviram como instrumento de seringalistas para desalojar estas etnias de suas terras, para transformá-las em seringais produtores do látex com potencial econômico viabilizador do enriquecimento destes seringalistas, comerciantes do Amazonas e Pará, foram trazidos do Nordeste de ambiente totalmente diverso do amazônico para aprenderem a viver na e com esta floresta e comer e serem comidos da e pela floresta, também com grande sabedoria e prazer.

O conflito entre os povos indígenas, que viviam e vivem na região do Acre, e os seringueiros que foram trazidos para a exploração da seringa, é extremamente presente na memória dos povos da região, transformando-se em referência tanto para o entendimento do processo de dominação, por parte dos invasores chegantes, bem como no fortalecimento das lutas pela retomada da identidade cultural desse povo e de seus direitos, pela posse da terra ocupada imemorialmente por seus ancestrais.

Em entrevista com o índio Huni-kuim, ou Kashinauá, líder e chefe da comunidade do Jordão, que também foi vice-prefeito do município, podemos perceber claramente a consciência da expropriação dos direitos de seu povo para atender a uma política de ocupação da Amazônia, dentro do avanço do capitalismo nessa região, a partir da chegada dos brancos para explorar a seringa

na produção do látex, com grande valor comercial no mercado internacional, onde a memória dos confrontos continua viva e presente nesse povo.

“Nós tivemos ali de primeiro nos 1817, nós tivemos esse confronto grande, né, 1800 e parou aí no início de 1900, né, esse confronto com os seringueiros... até próprio 1950 período de meu pai, eu peguei já no finalzinho desse confronto com os seringueiros, que é de 1964... eu ainda peguei no finalzinho, ainda enfrentei eles alguns no caso de arrenda de estrada, ocupação de terra... essa confronto com entre os patrões, né? a ocupando as terras do estado do acre, principalmente os cearenses, nordestinos, né? os baianos né, que vieram pra cá.... ocuparam a terra, eles tinha dinheiro, trazia pessoa de fora... abria a colocação, né?, o seringal e ocupava a estrada, né? essa estrada seringa, nos massacraram, né? eles tinha arma de fogo e nós tinha flecha, cumé que nos ia enfrentá embora que nós somos pajés.... mas essa coisa de avanço, né? que pega longe... mataram 90% de nossa população aqui com isso... perdemo muita coisa, de nossa base de medicina, nossa língua e todo nosso modo de vida em geral...”³⁴

Considerações finais

O conceito de cardápio em aprendizagem utilizado em educação ambiental serve para o entendimento sobre os usos e abusos no manejo da floresta amazônica, principalmente nas últimas décadas, quando a mesma vem sendo “comida” vorazmente pelo modelo de ocupação em implementação, principalmente a partir da década de 1960, com a intenção dos governos da ditadura militar brasileira de integrá-la a outras regiões do país, principalmente ao Centro-Sul, verdadeiros centros de consumo de recursos naturais à custa de rápidos processos destrutivos da biodiversidade, bem como das formas equilibrada e inteligente das relações sociais.

³⁴

Entrevista com Sian, cacique Huni-Kuin ou Kashinawá,, gravada em Rio Branco – AC em 02/02/2006 em gravador Powerpack Digital Player DVR–SD3850

O que se tem para comer, da forma que se come e como se é comido, tem a floresta amazônica como prato principal, o grande cardápio portador de todos os ingredientes necessário para se degustar um verdadeiro manjar dos deuses, os maiores néctares a disposição do paladar para os mais diversos gostos.

Os povos da floresta secularmente vêm utilizando o seu vasto conhecimento dela para tirar seu sustento e sua forma de viver, desde comida, moradia, roupa, sua crença, seus rituais místicos e profanos, portanto, seu alimento físico e espiritual, oferecido e tirado da floresta através do extrativismo, como mostra a sabedoria dos povos indígenas e dos seringueiros.

Aqui se dá a degustação antropofágica da floresta na máxima de sua essência, portanto, um cardápio em educação ambiental estruturado a partir da Amazônia acreana dialoga primeiramente com a estrutura ecológica da floresta, com sua biodiversidade e com os conhecimentos gerados pelo povo que nela vive, reconhecendo-se a importância da contribuição do conhecimento produzido e disponibilizado pela comunidade científica sobre toda a complexa cadeia ecológica contida.

Saborear a floresta por meio do extrativismo acontece em uma escala que possibilitou a mesma manter-se em sua integridade biológica, trouxe impactos em pequena escala, compatíveis com um modo de vida ligada às necessidades básicas da subsistência das espécies ali presentes, inclusive a humana, e esse estar gastronômico garantiu a exuberância desse ecossistema com dimensões continentais e com reconhecimento de sua importância para a manutenção da biodiversidade e como espaço de vida de povos únicos e peculiares.

A Amazônia acreana tem se transformado nas últimas décadas em um espaço onde cada vez mais se concentram interesses divergentes, estando

inserida no cenário nacional como uma região que tem importância estratégica para a política de “desenvolvimento” da região amazônica, tendo potencializado nas últimas três décadas debates e divergências entre diversos atores sociais presentes no estado e com repercussão nacional e internacional.

Com anos de conflitos presentes no estado do Acre, primeiro entre povos indígenas e seringueiros e depois entre os seringueiros e os fazendeiros “paulistas”, culminando com o assassinato de diversos trabalhadores extrativistas, principalmente índios e seringueiros, o assassinato de lideranças expressivas como Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia, no ano de 1980, e do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no ano de 1988, a questão da defesa de um modelo de economia com base no extrativismo ganha repercussão mundial pelo reconhecimento de uma forma de manejo da floresta em bases sustentáveis, permitindo a manutenção da mesma em pé, sem a sua destruição.

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva, pelo movimento ambientalista, da ligação umbilical entre a defesa da floresta e das sociedades que nela vivem, há decênios, e centenas de anos ajudando a protegê-la.

Com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o governo brasileiro foi pressionado por instituições governamentais, não-governamentais e intergovernamentais em adotar políticas públicas socioambientais para a Amazônia, onde os índices de desmatamento sobem em escala galopante. Apesar dessas políticas chocarem-se com projetos desenvolvimentistas realizados pelos próprios governos federal e estadual, o componente ambiental é referência obrigatória no processo de formulação de planos econômicos para a região amazônica.

No plano estadual, o movimento dos extrativistas desembocou num questionamento político de fundo à política tradicional, que tem sido praticada no Acre desde que ele foi oficializado como estado, em 1962. A princípio conduzida por seringalistas e posteriormente por agropecuaristas, a política tradicional, banhada de violência e corrupção, deu suporte à devastação da mata. Essa exploração predatória “tem muito a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram “privatizadas” entre determinados grupos políticos e econômicos do estado e de fora, para atender seus próprios interesses” (ACRE, 1999, p.4)

O componente humano foi assumido de maneira mais firme nas políticas ambientais, que passaram a reconhecer a importância de vários projetos econômicos de associações de extrativistas e pequenos agricultores para a efetivação do conceito de desenvolvimento sustentável na Amazônia. As reservas extrativistas, concebidas pelos seringueiros em articulação com os ambientalistas, multiplicaram-se em toda a região, seja no modelo de unidade de conservação de uso direto do IBAMA, seja no de assentamento extrativista, modalidade criada pelo INCRA em resposta à pressão do movimento sindical em sua luta pela reforma agrária em áreas de conflito na floresta.

Referências Bibliográficas

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre - Diretrizes Básicas**. Rio Branco, 1999

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 202 p. 1989.

BENJAMIM, W. **História e Narração**. São Paulo. Perspectiva, 1994.

CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. **Como a história oral chegou ao Brasil** (entrevista). História oral. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.167-179, 1999.

Conselho Nacional dos Seringueiros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Xapuri, Central Única dos Trabalhadores. **Revista Chico Mendes**. Rio Branco, 1989.

COSTA, S. S. M. **Caracterização Ambiental da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre-Brasil): Subsídios ao Plano de Manejo**. São Carlos : UFSCar, 2000 (Tese doutorado)

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 304 p. 2001.

FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 204 p. 2000.

GAGNEBIN, Jeane Marie. Ensaio de um vigor e profundidade notáveis. In: BENJAMIM, W. **História e Narração**. São Paulo. Perspectiva, 1994.

GONÇALVES, J. A. **Levantamento e Experiências em Educação Ambiental na Amazônia – Primeira Análise das Experiências em Educação Ambiental nos Estados do Acre e Rondônia**. Brasília. WWF-Brasil, 1999 (Relatório de consultoria).

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, cap. 4 , p. 267-277. 2001.

GRZYBOWSKI, Cândido (Org.). **O testamento do homem da floresta. Chico Mendes por ele mesmo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

HALBWACHS, M. **La émoire collective**. Paris: PUF, 1956.

JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, cap. 4 , p. 267-277. 2001.

MARTINS, Edílson. **Chico Mendes, um homem da floresta**.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de educação. **Projeto de Educação Ambiental (PrEÁ)**. Cuiabá: Tanta Tinta & SEDUC, 2004

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 86 p. 1998.

REINALDO, A.M.S.; SAEKI, T.; REINALDO, T.B.S. - **O uso da história oral na pesquisa em enfermagem psiquiátrica: revisão bibliográfica.** *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 5 n. 2 p. 55 – 60, 2003.

STR de Xapuri, CNS, CUT. **Revista Chico Mendes.** Rio Branco, 1989. Capturado em: <http://www.chicomendes.org/seringueiros11.php>.

REVKIM, Andrew. **Tempo de Queimadas – Tempo de Morte.**

_____. **The burning season.** Boston, Houghton Mifflin, 1990.

SOUZA, Márcio. **O empate contra Chico Mendes.** São Paulo: Marco Zero, 1990.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mediação pedagógica da educação ambiental busca no legado de Chico Mendes uma engenharia institucional demarcada pelos processos de luta e de participação. Aos ideários de sociedades sustentáveis proclamados pela vida desse ícone, somam-se os desejos da guinada político-conceitual da própria EA em promover mudanças, balançar estruturas e ousar revolução. Obviamente, ao lado da pesquisa, grita o desejo quase insano de se promover as políticas governamentais, mas uma convergência aponta a mesma rota: a inclusão social por meio da democracia participativa, que empodere as comunidades em suas escolhas e opções à proteção da ecologia local.

Nesse desejo eminentemente político, Chico Mendes tem sua essência significativa à construção da EA, pois relaciona-se com a luta travada em conflitos econômicos díspares, tendo o controle social como mediação pedagógica às sociedades sustentáveis. Na transcendência de um estudo acadêmico, o radicalismo da luta mistura-se ao sabor dos cheiros amazônicos, na indignação da situação desfavorecida amalgamada pela sensibilidade da vida. Não há fronteiras, senão as esperanças em construirmos a EA espelhada na trajetória de Chico Mendes no Acre, no Brasil e no mundo.

Mantendo a nossa convicção de que o Acre é um estado educador ambiental, mais pelas virtudes das lutas e comportamentos de seu povo, que não se verga diante da opressão e reivindica e exige qualidade e respeito a todos, como a conquista de um governo da floresta que está construindo escolas da floresta, cunhando o conceito de florestania, do que pela diferenciação da EA que faz, que se não deixa nada a desejar ao comum da EA, que é feita em todo o Brasil, ainda precisa ganhar a sua marca de uma EA Acreana Popular condizente com o Estado do Acre Educador Ambiental.

Um estado educador ambiental (popular) onde as(os) educadoras(es) ainda não descobriram como transformar essa riqueza de iniciativas e ações em políticas públicas que as fortaleçam. As dissidências e brigas intestinas dificultam a tradução da diversidade e profundidade das iniciativas e experiências de Educação Popular e EA Popular e Ambientalistas e Sindicais, emancipatórias, críticas e participativas, em política pública, em lei estadual de EA, em programa Estadual de EA, em Sistema Estadual de EA, em efetivas ações de empoderamento dos atores locais, de enraizamento para todos os pedaços/territórios/setores do estado, em testemunho cotidiano, promovido pelo estado em todas as suas esferas, coordenado pela CIEA, controlado pela Rede e implementado por Coletivos Educadores e Com-Vidas, ou por qualquer outra forma de organização de base que promova o enraizamento, a continuidade, a permanência, a articulação dos processos de EA junto a totalidade da base populacional a qual se destina.

O respeito à autonomia local e a valorização da região acreana devem também repousar no valor da biodiversidade, desde que suas culturas mantenham-se conectadas ao sistema natural. As reservas extrativistas (RESEX) são uma conquista da sociedade, muitas vezes em forma de cooperativas, com direção ao comércio da borracha e da castanha e precisam cumprir o seu papel social e ambiental.

O trabalho de educação ambiental no Acre defronta-se com o desafio de assumir, de forma inequívoca, sua dimensão política, e podemos dizer transformadora, na medida que para alcançar os resultados esperados de participação cidadã nos processos, definidos no programa como "resultados", necessita despir-se de qualquer conotação "bancária" e autoritária, estabelecendo com as comunidades locais uma ação dialógica, de aprendizagem, de troca, de elaboração participativa do conhecimento, de reconhecimento das suas necessidades, dos seus valores, de suas expectativas, não como marcos limitadores das transformações necessárias para a construção de uma sociedade sustentável, mas como ponto de partida.

O resultado final da soma das ações governamentais em curso no Acre almeja a experiência social, econômica, cultural e política do desenvolvimento sustentável, experiência só realizável quando a sociedade evolui coletivamente, num processo de educação participativa e contínua. Não há como “implantar” o desenvolvimento sustentável, ele é uma construção social e as políticas públicas são instrumentais e estratégicas no processo, mas o estado e os seus técnicos não são os principais atores. Na verdade dividem a cena histórica com os diversos e conflitantes atores sociais de seu tempo/espço. Desta forma, a proposição do desenvolvimento sustentável só encontra coerência numa proposta participativa de trabalho.

Por outro lado, a experiência nos mostra que a participação só é cidadã se os atores sociais envolvidos num processo, ou em dada situação, estão numa condição equilibrada de conhecimento e de domínio das regras e regulamentos que regem e alimentam estes processos.

Deve preceder e sustentar estas ações um processo de educação popular que permita, por parte das comunidades, a apropriação dos conhecimentos e técnicas necessárias para a análise crítica da realidade contextual em que se situam e atuam, e das propostas de regulamentação trazidas pelo sistema governamental. Há que haver investimentos não só de recursos financeiros mas de tempo e vontade política.

A construção de condições para a participação pode ser fortalecida pela alocação de recursos financeiros que facilitem a participação das organizações populares, possibilitando a contratação de consultores independentes e de assessorias jurídicas, bem como atividades de comunicação e transporte e atividades de rotina administrativa das organizações. Assim, a participação poderá ser mais propositiva e democrática, representando um avanço na organização social e possibilitando a consolidação da sustentabilidade. Esta não pode ser entendida apenas no seu âmbito econômico do uso racional dos recursos naturais, mas deverá ser inclusiva de uma perspectiva de

sustentabilidade cultural dos valores que visem à promoção da vida.

Nessas escolhas se revelará a importância cada vez maior que a questão ambiental, neste caso a floresta amazônica, terá sobre a posição do Brasil no mundo. Essa importância é material, física, econômica, pois as riquezas ali guardadas representam uma reserva significativa de tudo aquilo que o mundo inteiro necessitará. Um grande tesouro em três reinos: mineral, vegetal e animal, a serviço da manutenção de uma relativa estabilidade do planeta, ameaçada diante do risco do desaparecimento da floresta. Mas é também uma importância simbólica, um tesouro do reino humano, tanto pela sabedoria ancestral de povos que habitam a floresta quanto pelo significado que ela tem para toda a humanidade. A Amazônia é a fronteira da civilização. Representa os limites da possibilidade de domínio total sobre a natureza, justamente porque, gigantesca e delicada, a Amazônia nos alerta para o desastre que o não-reconhecimento desse limite pode provocar. Pensar na contribuição que a floresta pode dar ao futuro é, antes de tudo, garantir que haja realmente um futuro (SILVA, 2001).

Podemos afirmar, sem dúvida, que hoje o estado do Acre é um referencial na área ambiental no Brasil, com dimensão internacional, isto se deve a todo um contexto histórico que vai culminar com o movimento dos povos da floresta, portanto, podemos abstrair que o Acre configura-se como um Estado Educador Ambiental.

Com certeza o Acre hoje ocupa no ideário nacional uma condição de estado onde pulsa a cidadania socioambientalista, onde se trava o enfrentamento mais radical e eficiente das lutas sócio ambientalistas vistas no ecologismo brasileiro – que vem a ser a luta dos povos da floresta, índios e seringueiros, inimigos históricos desde meados de século passado, que por meio da sabedoria e do carisma de um líder seringueiro, chamado Chico Mendes, estabelece o inteligente pacto entre índios e seringueiros, no Acre, em busca de sua própria sobrevivência, construindo na luta a consciência de que a manutenção da floresta amazônica em pé, sem dúvida, com estratégia de manejo e conceito de não-

propriedade privada, nos moldes das reservas extrativistas é, sem dúvida, o caminho e a proposta de política ambiental mais inteligente e viável para toda a Amazônia.

Os povos da floresta secularmente vêm utilizando o seu vasto conhecimento para dela tirar o seu sustento e sua forma de viver, desde comida, moradia, roupa, sua crença, seus rituais místicos e profanos, portanto, seu alimento físico e espiritual, oferecido e tirado da floresta através do extrativismo, como mostra a sabedoria dos povos indígenas e dos seringueiros.

Aqui se dá a degustação antropofágica da floresta na máxima de sua essência, portanto, um cardápio em educação ambiental estruturado a partir da Amazônia acreana dialoga primeiramente com a estrutura ecológica da floresta, com sua biodiversidade e com os conhecimentos gerados pelo povo que nela vive, reconhecendo-se a importância da contribuição do conhecimento produzido e disponibilizado pela comunidade científica, sobre toda a complexa cadeia ecológica nela contida.

Esse saborear a floresta por meio do extrativismo acontece em uma escala que possibilitou a mesma manter-se em sua integridade biológica, trouxe impactos em pequena escala, compatíveis com um modo de vida ligado as necessidades básicas da subsistência das espécies ali presentes, inclusive a humana, e esse estar gastronômico garantiu a exuberância desse ecossistema com dimensões continentais e com reconhecimento de sua importância para a manutenção da biodiversidade e como espaço de vida de povos únicos e peculiares.

A Amazônia acreana tem se transformado nas últimas décadas em um espaço onde cada vez mais se concentra interesses divergentes, estando inserida no cenário nacional como uma região que tem importância estratégica para a política de “desenvolvimento” da região amazônica, tendo potencializado nas

últimas três décadas debates e divergências entre diversos atores sociais presentes no estado e com repercussão nacional e internacional.

Com anos de conflitos presentes no estado do Acre, primeiro entre os povos indígenas e os seringueiros e depois entre os seringueiros e os fazendeiros “paulistas”, culminando com o assassinato de diversos trabalhadores extrativistas, principalmente índios e seringueiros, o assassinato de lideranças expressivas como Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Epitaciolândia, no ano de 1980, e do líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no ano de 1988, a questão da defesa de um modelo de economia com base no extrativismo ganha repercussão mundial pelo reconhecimento de uma forma de manejo da floresta em bases sustentáveis, permitindo a manutenção da mesma, em pé, sem a sua destruição.

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora, contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva, pelo movimento ambientalista, da ligação umbilical entre defesa da floresta e das sociedades que nela vivem, há decênios e centenas de anos, ajudando a protegê-la.

Com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o governo brasileiro foi pressionado por instituições governamentais, não-governamentais e intergovernamentais a adotar políticas públicas socioambientais para a Amazônia, onde os índices de desmatamento sobem em escala galopante. Apesar dessas políticas chocarem-se com projetos desenvolvimentistas realizados pelos próprios governos federal e estadual, o componente ambiental é referência obrigatória no processo de formulação de planos econômicos para a região amazônica.

No plano estadual, o movimento dos extrativistas desembocou num questionamento político de fundo à política tradicional que tem sido praticada no Acre desde que foi oficializado como estado, em 1962. A princípio conduzida por

seringalistas e, posteriormente, também por agropecuaristas, a política tradicional, banhada de violência e corrupção, deu suporte à devastação da mata. Essa exploração predatória “tem muito a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram sendo “privatizadas” entre determinados grupos políticos e econômicos do estado e de fora, para atender seus próprios interesses” (Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Diretrizes Básicas, Governo do Estado do Acre, 1999, p. 4).

O componente humano foi assumido de maneira mais firme nas políticas ambientais, que passaram a reconhecer a importância de vários projetos econômicos de associações de extrativistas e pequenos agricultores para a efetivação do conceito de desenvolvimento sustentável na Amazônia. As reservas extrativistas, concebidas pelos seringueiros em articulação com os ambientalistas, multiplicaram-se em toda a região, seja no modelo de unidade de conservação de uso direto do IBAMA, seja no de assentamento extrativista, modalidade criada pelo INCRA em resposta à pressão do movimento sindical, em sua luta pela reforma agrária, em áreas de conflito na floresta.

CONCLUSÃO

Acatando o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais da UFSCar, este capítulo final denomina-se conclusão, sem contudo ter a pretensão de dar um tom conclusivo sobre as teorias e métodos tecidos nesta pesquisa. Assumindo a incompletude fenomenológica, a temporalidade reivindicada poderá possibilitar novas revisitações, proporcionando novos olhares sobre a Educação Ambiental acreana.

Não temos a intenção de estabelecer uma única verdade afirmando que Chico Mendes é a inspiração de todos, muito menos de que a Educação Ambiental salvará o planeta. Embuímos em nossos próprios ideários, ressignificando a vida em outros valores que não seja meramente econômicos.

Ainda que falte solução, trazemos as esperanças indeléveis de quem ousa sonhar para que as sociedades sustentáveis sejam possíveis.

O olhar sobre os povos da floresta como indígenas, seringueiros, ribeirinhos e outros, bem como os educadores e educadoras ambientais que atuam especificamente no estado do Acre, além de ser um privilégio é também um assumir responsabilidades com o que se olha, se vê e procura entender e interpretar.

Aqui se construiu uma das maiores experiências em gestão de florestas nativas, por meio da sabedoria dos povos indígenas e seringueiros, tendo se consolidado na proposta das reservas extrativistas como um modelo possível de conciliação entre unidades de conservação e reforma agrária – proposta conceitualmente revolucionária do ponto de vista da responsabilidade socioambiental efetivamente implantada. Diversas delas encontram-se em processo de consolidação enquanto possibilidades.

A opção por estruturar este trabalho a partir do método de abordagem dialético e do método de procedimento monográfico mostrou-se eficaz na construção deste trabalho com a opção por um ibridismo conceitual baseado na pesquisa diagnóstica, avaliativa e participante, que tem como pioneiro no Brasil o educador Paulo Freire, e como sugere (BRANDÃO, 1983) é necessário que o cientista e a sua ciência estabeleçam um compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer, para explicar, a pesquisa deve compreender para servir, e este processo foi estabelecido com o envolvimento do pesquisador, além das técnicas da história oral.

O levantamento de dados em campo contou com a participação do cotidiano dos educadores e educadoras ambientais do estado do Acre, com acompanhamento das atividades dos seringueiros, principalmente na região de Xapuri, que se consolidou em um processo de observação, acompanhamento e apoio às ações do grupo pesquisado, sendo bastante positivo o envolvimento permanente nas reuniões da Comissão Estadual de Educação Ambiental (COMEEA), um coletivo de fundamental importância para a construção e definição das políticas públicas em educação ambiental no estado.

Os instrumentos da pesquisa possibilitaram a avaliação do estado da arte da educação ambiental no estado, fugindo da armadilha da participação binária do pensamento cartesiano em que se trabalha com o certo ou o errado, e possibilitou um aprofundamento sobre as experiências em educação ambiental desenvolvidas a partir do início desta primeira década do século XXI, em que se verificou a riqueza e a diversidade de experiências, algumas totalmente estruturadas com proposta de permanência e continuidade, e a maior parte delas sendo de ações efêmeras e passageiras, com grande dificuldade de consolidação, como efetivos processos educativos.

A história oral mostrou-se altamente contributiva neste processo de

pesquisa, possibilitando o convívio próximo com atores e atrizes atuantes na área de educação ambiental no estado, mas também o acompanhamento cotidiano das experiências de nações indígenas, seringueiros, servidores públicos, representantes da sociedade civil e pessoas que atuaram ou apoiaram a luta de Chico Mendes e seus companheiros, estando consolidados com um acervo de 21 entrevistas dentro deste universo, registradas em gravador Powerpack Digital player DVR-SD3850. Além de um registro visual através de fotografias digitalizadas foi produzido um acervo com aproximadamente 500 fotografias registradas em máquina fotográfica Sony Cyber-shot 5.1 mega pixels, que serão disponibilizadas aos grupos sociais onde houve o registro, na mesma medida que as entrevistas gravadas.

Podemos interpretar, à luz de nossas cosmologias, que o Acre é um estado 'educador sustentável', como foi discutido no terceiro capítulo, e os educadores e educadoras ambientais que atuam na região ainda não têm a dimensão desse fenômeno que transformou o estado do Acre com o surgimento de Chico Mendes e consolidando-se com a barbárie de seu assassinato em 1988. Após essa tragédia, o Acre passou a representar um ícone do ambientalismo mundial e espelho e expectativa de resistência e sabedoria em proposta do ambientalismo para a conservação da Amazônia e, isto, é um fenômeno que se consolida e dá suporte a processos educativos que extrapolam as divisas do próprio estado, ecoando no ambientalismo do mundo.

Essa experiência de lutas, derrotas e conquistas vividas por pessoas e grupos organizados no estado do Acre consiste num cardápio rico de coletivos educadores que estão sendo estruturados nas regiões do Alto Acre, Baixo Acre e Purus e no Vale do Juruá, com o coletivo educador Samaúma, do Baixo Acre e Purus, já com suas atividades de articulação e formação em plenas atividades, vislumbrando um efervescente processo de articulação de experiências em processos pedagógicos definidos pelas pessoas que vivem e trabalham com educação ambiental no estado e pela própria comunidade que ali vive.

Esse mesmo processo que possibilita o entendimento da importância e da capacidade do Acre como estado 'educador sustentável', estruturado na história e experiência de luta de seu povo, vivendo num ambiente exuberante, que é a Amazônia, com toda a sua riqueza de biodiversidade e de culturas humanas presentes, possibilita também a leitura da contradição que se expressa pelo poder do avanço do modelo de ocupação da Amazônia a partir de ações estruturadas na acumulação de capital, por atividades intensivas como as fazendas de gado, que foram contra quem os extrativistas liderados pelos seringueiros empenharam a sua luta a partir da década de 1970 e que teve como resultado a consolidação da proposta dos seringueiros da inclusão, no SNUC, das reservas extrativistas, pensada e estruturada a partir de suas articulações.

Enquanto proposta, o compromisso com o modelo da vivência na floresta no estado do Acre é com a consolidação das mais diversas formas de extrativismo, como a seringa, a castanha, o açaí, o óleo de copaíba e de andiroba, além de diversas outras espécies vegetais presentes na floresta amazônica acreana, como a exploração de madeiras da floresta nativa, por meio do que se denomina "manejo sustentável" das madeiras, mas também nas reservas extrativistas com a população local, e também não negando a agropecuária, que trouxe como resultado uma situação de perigo iminente para as políticas de conservação da floresta.

O modelo implementado no acre ainda obedece ao capital. A consolidação das fazendas agropecuárias foi instaurada pelo sistema capitalista, fazendeiros bem sucedidos economicamente com milhares de cabeças de gado no pasto e carros importados, normalmente representados com possantes cominhonetes, demonstrando a representação de um símbolo de poder do modelo econômico.

Esse modelo de representação tem o seu reflexo inclusive dentro dos seringais, onde é visível o aumento dos roçados nas colocações, que, num primeiro momento, serve para a produção de alimentos, mas em seguida

transforma-se em pasto para a criação de um gadinho, que tem como primeira justificativa real a poupança do seringueiro. É daí que ele consegue, de imediato, o dinheiro para o caso de uma urgência na família, como uma doença grave, que ele não consegue curar com as plantas que a floresta oferece e que é de seu conhecimento.

Esse fenômeno de ampliação de áreas de pasto nas colocações, inclusive dentro das reservas extrativistas, é muito recorrente pelas mãos das populações mais jovens de filhos de seringueiros que preferem essa atividade a estar cortando seringa. Primeiro por que nessa atividade normalmente trabalham para seus pais e, segundo por que ao adquirir a sua independência familiar, trabalhando com gado, existe um vislumbre da possibilidade de ficar rico, face ao seu convívio na cidade com o contraditório, que são os filhos de fazendeiros exibindo seus objetos de consumo, como carro, roupas de grifes e normalmente músicas de qualidade duvidosa consumidas numa altura que mais faz mal aos tímpanos, de todos e todas que estão a seu alcance, do que beneficia qualquer ouvinte com as mais diversas preferências musicais.

Ao testemunharmos que os ideários do capital ainda imperam no Acre, deparamos com o impossível da luta. Afinal, será que tudo que é sólido se desmancha no ar? como nos disse Marshal Berman?³⁵ As atrações materiais ainda seduzem este mundo tecnocolorido da rede “plim plim”, ma a realidade pode ser mais cinza do que nossa capacidade de luta.

Ao mesmo tempo que o estado do Acre avança e se consolida como um estado-referência em políticas de conservação ambiental, cumprindo seu destino histórico traçado por seu povo, está sendo colocado em cheque o sonho de Chico Mendes, que é conservar a floresta amazônica com políticas e ações que privilegiem o modelo secular experimentado na região pelos povos indígenas e pelos seringueiros, portanto, pelos ‘povos da floresta’, a partir da manutenção da floresta em pé e consolidando um modelo de felicidade para o seu povo, com boa

³⁵ BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

qualidade de vida, e também um latente crescimento do desejo de ser igual ao novo-rico, digo, 'bem-sucedido' que é idolatrado nos espaços urbanos. Para isso é preciso criar gado na floresta, inclusive na reserva extrativista, e criar gado significa desmatar para plantar pasto.

Podemos compreender, assim, que as condições para a resistência e a consolidação de um modelo socioambiental inovador na região são conhecidas e as que já existem não são suficientes para que as pessoas possam viver felizes e dignamente, sem ter que destruir a floresta, que sempre possibilitou condição de vida humana na região, além da rica biodiversidade presente, mas também estamos no limiar da destruição do grande sonho de Chico Mendes com a consolidação do modelo destruidor, tanto da floresta como das pessoas que ai vivem. Mas já a ganhos efetivos consolidados que nos possibilitam dizer que a primeira opção tem grande chance de predominar, sabendo que a educação ambiental revolucionária, crítica, permanente e comprometida com a construção utópica e possível de sociedades sustentáveis, tem a responsabilidade e possibilidade de contribuir de forma decisiva para este fim. A luta pelas mudanças iniciaram há mais de um século, a responsabilidade, portanto, é a nossa contribuição.

ANEXOS

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais
Doutorado em Ciências (Ciências Biológicas)
Área de Concentração: Ecologia e Recursos Naturais
Linha de Pesquisa: Percepção e Educação Ambiental

Roteiro de perguntas para a entrevista (seringueiros)

1) Levantamento de dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:

Profissão:

2) Onde você nasceu?

3) Onde você já morou?

4) Quanto tempo você morou?

5) Você sempre foi seringueiro(a)?

6) Qual seu envolvimento com a luta dos seringueiros?

7) Participou da fundação e luta de qual sindicato de trabalhadores rurais?

8) Participou de algum empate? Quando?

9) Participou da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros?

10) Como você vê a figura de Chico Mendes se transformando em líder ecologista respeitado internacionalmente?

11) O assassinato de Chico Mendes trouxe alguma melhoria para a vida dos seringueiros em geral e para a sua individualmente?

- 12) Como você vê a aproximação dos seringueiros com os povos indígenas na luta dos povos da floresta pela não destruição das mesmas?
- 13) Qual a importância da hoje senadora e ministra do Meio Ambiente Marina Silva na luta dos seringueiros no Acre?
- 14) O fato de Marina Silva se transformar em Senadora e Ministra do Meio Ambiente no governo Lula trouxe alguma mudança e benefício para a sua vida e para a dos seringueiros em geral?
- 15) As Reservas Extrativistas trouxeram qual benefício para os seringueiros e para você especificamente?
- 16) A relação entre índios e seringueiros melhorou após a União dos Povos da Floresta?
- 17) Houve diminuição no desmatamento da floresta após a criação das Reservas Extrativistas?
- 18) A relação entre índios e seringueiros melhorou após a União dos Povos da Floresta?
- 19) Você tem simpatia pelos povos indígenas? Sim ou não? Por quê?
- 20) O assassinato de Chico Mendes e a tomada do poder pelo PT no Acre têm alguma relação?
- 21) Por que você deixou de ser seringueiro (a)? (se for o caso)
- 22) A vida na cidade tem sido melhor do que no seringal?

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais
Doutorado em Ciências (Ciências Biológicas)
Área de Concentração: Ecologia e Recursos Naturais
Linha de Pesquisa: Percepção e Educação Ambiental

Roteiro de perguntas para a entrevista (indígenas)

1) Levantamento de dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:

2) Qual a etnia que você pertence?

3) Possui área territorial demarcada? Qual?

4) Sua etnia sofreu algum tipo de perseguição por parte dos seringueiros?

5) Sua etnia sofreu algum tipo de perseguição por parte dos fazendeiros?

6) Sua etnia tem alguma organização no molde dos brancos? (Associação, etc...)

7) Qual organização de articulação dos povos indígenas sua etnia faz parte?

8) Qual a articulação de sua etnia com os seringueiros na luta pela floresta?

9) Como você vê a aproximação dos seringueiros com os povos indígenas na luta dos povos da floresta pela não destruição das florestas?

10) Chico Mendes teve alguma contribuição na articulação de seu povo com os seringueiros?

- 11) A morte de Chico Mendes trouxe alguma melhoria para a vida dos povos indígenas no estado do Acre?
- 12) O fato de Marina Silva se transformar em Senadora da República e Ministra do Meio Ambiente no governo Lula trouxe alguma mudança e benefício para a vida de sua etnia?
- 13) A relação entre índios e seringueiros melhorou após a União dos Povos da Floresta?
- 14) Houve diminuição no desmatamento da floresta após as lutas dos povos indígenas e seringueiros contra o desmatamento?

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais
Doutorado em Ciências (Ciências Biológicas)
Área de Concentração: Ecologia e Recursos Naturais
Linha de Pesquisa: Percepção e Educação Ambiental

Roteiro de perguntas para a entrevista (outros)

1) Levantamento de dados pessoais:

Nome:

Idade:

Sexo:

Profissão:

2) Onde você nasceu?

3) Onde você já morou?

4) Quanto tempo você morou?

5) Você participou de algum movimento de apoio aos povos indígenas no Acre?

6) Qual seu envolvimento com a luta dos seringueiros no estado do Acre?

7) Como você vê a figura de Chico Mendes se transformando em líder ecologista respeitado internacionalmente?

8) O assassinato de Chico Mendes trouxe alguma melhoria para a vida dos seringueiros e para a diminuição do desmatamento no estado do Acre?

9) Como você vê a aproximação dos seringueiros com os povos indígenas na luta dos povos da floresta pela não destruição das mesmas?

- 10) Como você vê a trajetória de Marina Silva de um seringal à Senadora e Ministra de Estado do Meio Ambiente?
- 11) O fato de Marina Silva se transformar em Ministra do Meio Ambiente no governo Lula trouxe alguma mudança e benefício para a vida dos seringueiros?
- 12) As Reservas Extrativistas trouxeram que tipo de benefício para os seringueiros no estado do Acre?
- 13) Houve diminuição no desmatamento da floresta após a criação das Reservas Extrativistas?
- 14) A relação entre índios e seringueiros melhorou após a União dos Povos da Floresta?
- 15) O assassinato de Chico Mendes e a tomada do poder pelo PT no Acre têm alguma relação?
- 16) O modelo de implantação de fazendas de gado tem aumentado no estado do Acre?